

Emergência Política Periferias

—



E + P
PERIFERIAS

INSTITUTO UPDATE



O Instituto Update é uma organização sem fins lucrativos que estuda e fomenta práticas de inovação política na América Latina. O instituto nasceu da percepção de que entre as crises da política - representativa e institucional - existe a crise de referência. Há poucas informações que apontam as soluções e uma visão para a política. Mas não é um problema de escassez ou falta de pessoas e iniciativas tentando mudar a política, mas sim de falta visibilidade dessas novas práticas. Por isso, um dos eixos de atuação do instituto é observar, pesquisar e ser capaz de revelar histórias que apontam os caminhos para política do século 21.

Se as velhas narrativas não dão mais conta de mover a sociedade, precisamos ser capazes de encontrar e contar histórias. Nossa pesquisa não é acadêmica, não são quantitativa e nem possui viés ideológico - entendemos a pesquisa como ferramenta de escuta para encontrar novos comportamentos.

Essa série de pesquisas qualitativas chamamos de Emergência Política: e aqui tem duplo sentido, emergência no sentido de urgência mas também de emergente, do que está nascendo, despontando. dentro desse sistema falido, nas bordas dele que florescem as novas práticas políticas. A inovação política, embora tenha um horizonte comum, possui diversas perspectivas/abordagens. Entender a emergência política a partir das periferias é ampliar a dimensão e conhecimento dos caminhos para atualizar a política e aprofundar a democracia.

Foto: Coletivo Nós por Nós, Cidade Ocidental, DF

sobre a pesquisa

A pesquisa **EMERGÊNCIA POLÍTICA PERIFERIAS** é um retrato histórico de um percurso de encontros e entrevistas nas periferias de cinco cidades do Brasil, uma fotografia que cria um marco no tempo de 2018.

O objetivo é dar visibilidade às **práticas de inovação política, a partir de periferias brasileiras**, com o intuito de revelar outras perspectivas, feita por cidadãos brasileiros que estão aprofundando a democracia a partir de seus territórios, necessidades e contextos.

O projeto foi realizado entre **fevereiro e agosto de 2018**. **A pesquisa de campo começou no dia 13 de março, um dia antes do assassinato da vereadora Marielle Franco** no Rio de Janeiro - um fato que permeou toda a pesquisa por tratar de uma liderança representativa do público entrevistado (mulher, negra e periférica que ocupava um cargo público) e enfatiza a importância de abordar essa emergência política dos territórios marginalizados e invisibilizados pela sociedade.

Neste processo, foram mapeadas mais de 400 iniciativas ligadas à política institucional, ONGs, coletivos informais e indivíduos. Foram selecionadas 100 destas para entrevistas em profundidade que, dentro das pautas de **Mídia Independente e Alternativa, Participação Política, Redes de Colaboração, Movimentos Sociais e Culturais, Meio Ambiente e Empreendedorismo Social**, atuam em seus territórios.

5



CINCO PESQUISADORES
CONVIDADOS + CINCO
PRODUTORES LOCAIS

MINUTOS
DE ÁUDIO

7K



PÁGINAS
TRANSCRITAS

2.5K



+100

MINUTOS
DE VÍDEO

DIAS DE
VIAGENS E
ENTREVISTAS
AO VIVO

45



130

ENTREVISTAS

68/61

MULHERES
ENTREVISTADAS

HOMENS
ENTREVISTADOS

1.5K



ACOMPANHANDO A PESQUISA
DIARIAMENTE PELO STORIES NO
INSTAGRAM



O Emergência Política é uma série de pesquisas em profundidade do Instituto Update sobre inovação política na América Latina.

Em 2018, retratamos a inovação política em 11 países da América Latina e, agora, mergulhamos nas práticas emergentes nas periferias de 5 cidades brasileiras.

“A inovação política é o resgate à imaginação política, a partir da reconstrução do tecido social. Os tecedores, cidadãos autônomos orientados pela visão de coletividade, reduzem as desigualdades e estimulam a participação capaz de amadurecer a democracia na região.” Pesquisa Emergência Política na América Latina, jun 2018

Abordar a inovação política nas periferias é aprofundar o entendimento sobre esse fenômeno latino americano complexo e que possui diversas perspectivas, porém com o mesmo objetivo:

- + Aproximar realidades diferentes**
- + Reduzir as desigualdades**
- + Aprofundar a democracia em busca de um novo pacto comum, a partir da coletividade e diversidade.**



ÍNDICE

1.	Inovação política na periferia	07
	1.1. Contexto	
	1.2. Laboratório de Direitos Constitucionais	24
2.	Direito à Existência	27
3.	Direito à Educação, Memória e Cultura	49
4.	Direito à Economia e Bem Viver	73
5.	Direito à Participação Política	93
6.	Direito à Ocupação de Poder	118
7.	Reflexões	133
8.	Sobre o Instituto UPDATE	144

1.

INOVAÇÃO

POLÍTICA

NA

PERIFERIA



Eu conto histórias das quebradas do mundaréu
Lá de onde os ventos encosta o lixo e as pragas bota os ovos.
Falo da gente que sempre pega a pior
Que come da banda podre, que mora na beira do rio
E quase se afoga toda vez que chove
e que só berra da geral sem nunca influir no resultado.
Falo desse gente que transa pelos estreitos escambosos
Esquisitos caminhos do roçado do bom deus.
Falo desse povão que apesar de tudo é generoso, apaixonado
Alegre e esperançoso e crente numa existência melhor na
Paz de oxalá, quem quiser saber meu nome não precisa nem
Pergunta, eu me chamo...

Cidade com nome de santo / Rodrigo OGI

As periferias são territórios legítimos da cidade

Periferias, favelas, aglomerados, quebradas
margem para quem? à
margem do quê?

As representações estigmatizadas reduzem as periferias na narrativa e na estrutura das cidades, deixando para elas o que sobra do entendimento do que é a própria cidade. As periferias, as favelas, os aglomerados e as quebradas vão sendo retratadas na História, a partir de uma lógica sociocêntrica, não como parte do tecido social com identidade própria, mas **quase sempre a partir da negação ao que a região central, majoritariamente branca e economicamente privilegiada,** considerada o padrão a ser seguido.

“

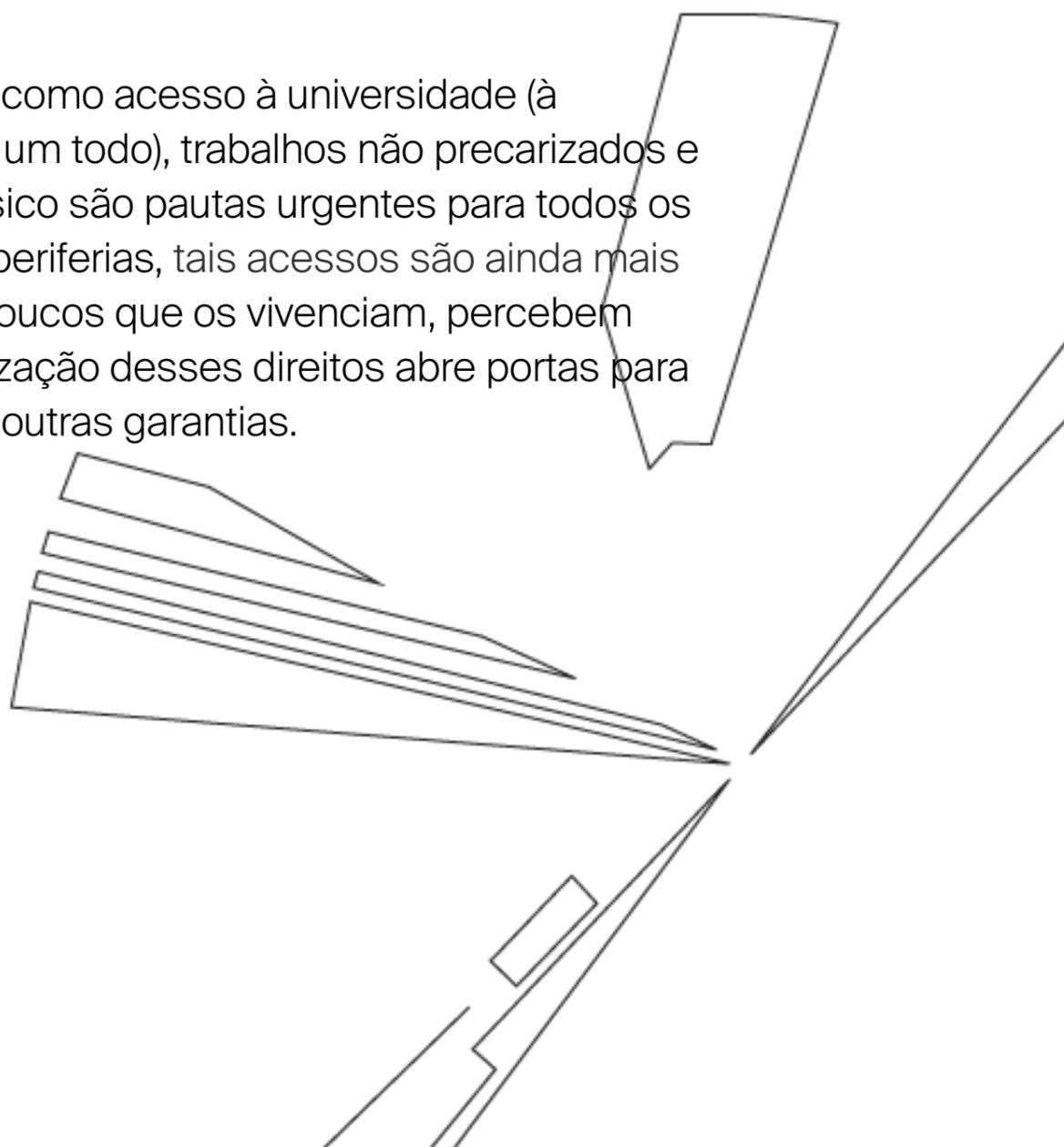
A periferia é política, a periferia é luta, é resistência. É da periferia que está saindo os grandes debates. São pessoas da periferia, são mulheres, são negras e negros. É a minoria em direitos e a maioria populacional. A política do futuro está na periferia.

Luiza, Recife ”

A formulação de políticas públicas distanciada da escuta e da participação na tomada de decisão por quem pertence ao território periférico não atende suas demandas reais, por não levar em consideração suas dinâmicas e características sociais. Essa distorção na compreensão do que são as periferias, a identidade como territórios também legítimos da cidade, implica em dois atrasos: **perpetua narrativas e comportamentos que reduzem, inferiorizam e criminalizam seus moradores** em detrimento a um ideal a ser seguido, **e potencializa a falta de entendimento do que são as políticas públicas prioritárias e inovadoras para o território.**

Por outro lado, a segregação entre empobrecidos e ricos na cidade é unilateral. São os cidadãos mais privilegiados que não percorrem a cidade, não conhecem sua extensão, suas margens, seus morros. Cidadãos periféricos trabalham, estudam e percorrem a cidade como um todo, conhecem outras regiões e estão muito mais preparados para processos de intercâmbio e trocas de experiências.

Direitos básicos como acesso à universidade (à educação como um todo), trabalhos não precarizados e saneamento básico são pautas urgentes para todos os brasileiros. Nas periferias, tais acessos são ainda mais escassos e os poucos que os vivenciam, percebem como a concretização desses direitos abre portas para outros direitos e outras garantias.



Formação política a partir das periferias

As articulações políticas foram historicamente costuradas em ambientes institucionais que se faziam presentes nos territórios como organizadores e mediadores dos sujeitos políticos periféricos, de suas necessidades e interesses diversos, algumas vezes contraditórios ou conflitantes entre si. Estes espaços de formação política nos anos 80 foram essencialmente as igrejas, as agremiações das escolas, os sindicatos e as formações de base partidárias. A partir dos anos 90, as organizações sociais não governamentais, as ONGs, protagonizaram os ambientes de formação política.

Nos últimos 15 anos, as periferias também foram se modificando social, cultural e economicamente. Outros arranjos na disputa e na incidência política na vida das cidades promoveram a formação política através de coletivos autônomos de cultura, ativistas e políticas públicas de acesso à universidade. Esses espaços modificaram socialmente não apenas aos sujeitos participantes, mas também impulsionaram transformações nas suas famílias e nos seus bairros, criando outras possibilidades de ser e ocupar espaços na sociedade, principalmente pelo acesso ao direito à educação.

A dinâmica social dos territórios de onde brotam esses sujeitos periféricos também se modificou. Essas mudanças aconteceram por meio de uma maior circulação em outros espaços sociais, da ampliação de repertório na conexão com outros grupos no ambiente acadêmico e de necessidades que emergiram nas periferias pedindo a invenção de novas estratégias e ferramentas.

“

Eu sou cria de projeto social. Aqui no morro tem, ali na esquina, um projeto que é cristão, protestante. Antes eles eram bem mais social do que religioso. Hoje em dia, está bem chato essa questão das religiões e tal. Mas lá eu tive a oportunidade de ter contato com marcenaria, teatro, inglês, violão, natação, tênis, dança, cultura, esporte e educação. Mesmo com esse cunho religioso, isso que me deu essa formação.

”

Kadu, Belo Horizonte.

**Dor e o
movimento
como resposta**

Deslocamentos



Mentor



**Coletivos
e redes**

ONG

**Formação
política a
partir das
periferias**



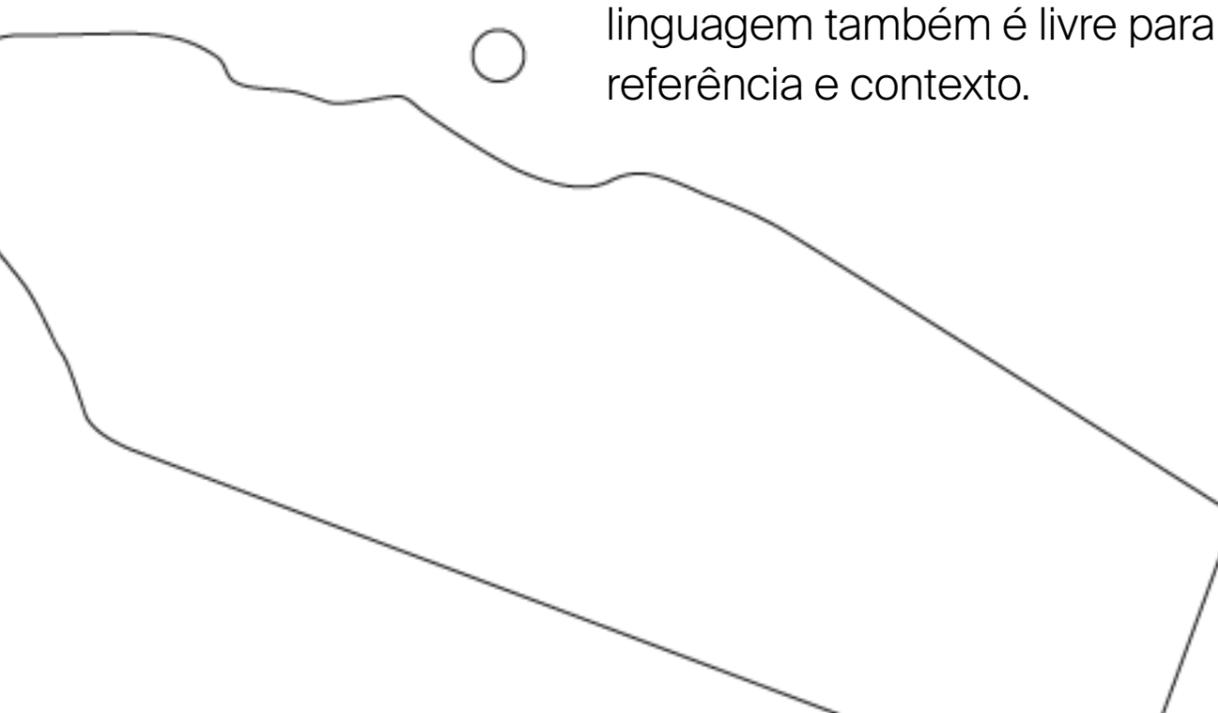
A partir das periferias

Identificamos na nossa pesquisa cinco contextos para o despertar e o mobilizar do ser político a partir das periferias. Importante ressaltar o termo **a partir das periferias** e não *da periferia*, pois compreendemos que este sujeito, mesmo sendo cria dos territórios, circula, disputa e pauta a vida política das cidades, como um vasto território que compreende diferentes visões, identidades e complexidades.

Periferias para expressar a pluralidade.

“ *A periferia é periferias, com “S”. Sim, porque a gente começou a pensar, periferias, mas dentro das periferias tem vários bagulhos que, tipo, aqui não é igual a Edu Chaves, que é a outra rua aqui de baixo.* ”
Jesus, São Paulo.

A esse novo sujeito político, adotamos o nome de **fazedor**, termo encontrado pelos próprios pesquisadores especialistas em territórios periféricos, que conhecem e se reconhecem a partir dessa definição. Assim, como os fazedores, existem os **realizadores** ou os **tecedores** - como o Instituto Update denomina - termos sinônimos para definir o mesmo **comportamento que reconstrói o tecido social, a partir da emancipação cidadã, coletividade e experimentação de novas práticas políticas.** A inovação política é plural e diversa e, por isso, a linguagem também é livre para se redefinir conforme sua referência e contexto.



Não é uma periferia, são todas.

A pluralidade que se tem adotado no discurso dos fazedores tem objetivo político bem definido. aclarado.

Falar em periferias é um esforço para não se afastar de uma identidade coletiva que dá a essas pessoas um lugar e um ponto de vista de luta no mundo, ao mesmo tempo em que aponta e qualifica cada território a partir de suas características. Garantindo a ele, portanto, não apenas o direito à identidade, mas provocando para que o Estado seja aberto para participação, ocupação de espaços de poder e, assim, compreenda as necessidades e demandas específicas na construção das políticas da cidade.

Os bairros como sujeitos

“*Meu nome social é Cris dos Prazeres. Morro dos Prazeres é meu lar.*”
Cris dos Prazeres, Rio de Janeiro.

Os *fazedores* são frutos do seu meio, influenciados por suas dinâmicas sociais e culturais em suas práticas. Esses novos sujeitos políticos compõem e impulsionam também a identidade coletiva dos territórios no imaginário da cidade.

Não raro, ao longo da pesquisa, foi comum as pessoas entrevistadas dizerem seu nome, seguido do bairro onde moravam. Em alguns casos, inclusive, o bairro compõe o nome pelo qual o fazedor é reconhecido na cidade.

Dor e o movimento como resposta

A dor é um dos pontos fundantes dos seres políticos periféricos contemporâneos. E ela é revelada em uma série de ações contínuas e embasadas na violência de Estado, no racismo e sexismo estruturais.

O racismo estrutural se transforma em racismo institucional nas forças de segurança do Estado, na falta de moradia digna e saneamento, na falta de acesso à educação e à saúde, entre outros. Ele se dá através das violações de direitos humanos, como o direito à vida e à dignidade e deixa marcas psicológicas e físicas. **É a interrupção de uma vida pela negligência de quem deveria salvá-la e não estava lá.**

A violação da honra de uma pessoa ou de sua coletividade, na história contada para o mundo, que criminaliza a vítima e estigmatiza a coletividade periférica. Por causa de uma situação traumática, o sujeito amplia suas relações em busca de conforto ou de construção de estratégias para a não repetição do trauma. **A ampliação de redes, repertório e de conexões o impulsiona e o projeta como uma liderança portadora de uma possível solução.**

“ Depois que ele sofreu esse atentado, que ele viu que não havia outra saída, outra solução, ele mudou de cidade, mudou de estado e mudou de vida. E aí eu consegui perceber. Antes disso, antes de acontecer isso com ele, eu achava que as pessoas não conseguiriam se ressocializar. E vendo o caso do meu irmão, um caso próximo assim, que ele se ressocializou, é outra pessoa, consegue estudar, trabalhar, ter uma vida em sociedade saudável, me emocionou e me fez querer proporcionar isso para outras pessoas. Por isso que tem solução, e que não precisa existir uma tragédia para que as coisas mudem. Eu acho que a educação de base, políticas públicas que assistam os jovens para que eles não fiquem nessa marginalidade, à margem da lei. Acho que isso foi um fator que me fez ser mais engajada nas questões sociais. ”

Raquel, Recife

“ O estupro coletivo de uma jovem, feito por 32 homens, que comoveu acredito que o país inteiro, e aí a gente também se comoveu bastante. E essa comoção fez com que a gente se unisse, só que aí é aquela velha história né, “e aí, vai ficar, a gente vai se comover, a gente vai se revoltar, vai se revoltar e daqui a cinco dias essa revolta acabou né, será que dá pra fazer alguma coisa? Assim, é possível fazer alguma coisa? ”

Cíntia, Brasília

“ Eu fui circulando pela cidade, vários subempregos e esse processo veio me mostrando como que o mundo não é um faz de conta e a realidade que eu vivi é bem cruel, principalmente para homens e mulheres negras, e grupos que fogem do padrão, vamos colocar assim, heteronormativo, caucasiano. Quem foge desse padrão não branco e não heteronormativo acaba vivenciando vários gatilhos que impulsionam a luta, ou então a uma acomodação. Eu escolhi lutar e estou aí na luta até hoje. ”

Álvaro, Belo Horizonte

Deslocamentos

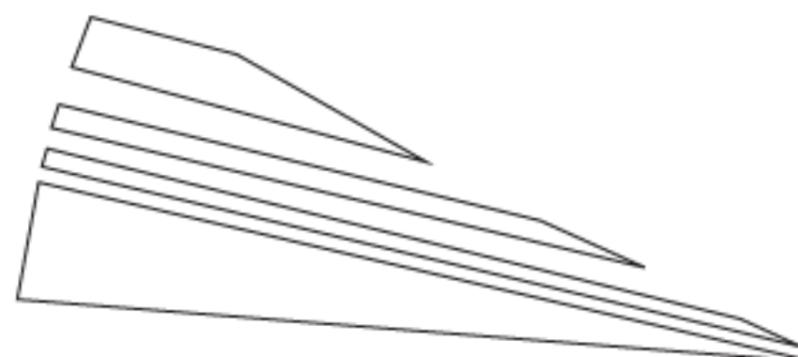
Os deslocamentos dos fazedores além dos seus territórios físicos originários ampliam a compreensão das desigualdades. É no ir e vir para outros espaços que eles compreendem como a retirada de direitos se dá, nas periferias, de maneira cumulativa: por não acessar educação, memória e cultura, o sujeito pouco compreende como acessar saúde, economia, bem viver e assim sucessivamente.

“

O momento que me despertou foi quando eu tive a oportunidade de trabalhar num lugar classe A. Eu morava em São Gonçalo né, que era uma região periférica do Rio de Janeiro, uma comunidade chamada Menino de Deus e aí eu tive a oportunidade de trabalhar na zona sul do Rio de Janeiro, em Botafogo, e nesse trabalho eu tinha a oportunidade de almoçar. O almoço era por conta da empresa e, como eu achava que todo mundo lá era rico eu imaginei que a comida era espetacular. Quando eu cheguei lá eu vi que a galera tinha uma opção alimentar diferente da minha e que reforçava que aquele alimento era de gente rica e a minha comida era de gente pobre. Nesse momento eu comecei a entender que eu precisava decodificar essas questões de alimentação para a minha comunidade.”

Hamilton, Recife

Não raro, **é neste momento que eles experimentam a solidão da inserção**, o qual passam a ter dificuldades de se reconhecer no seu ambiente de origem, mas também não se veem como pertencentes aos novos espaços.



Quando o fazedor acessa outros espaços onde os direitos básicos são garantidos, em deslocamentos geralmente pelo viés do trabalho ou estudo, **o choque de contextos revela dinâmicas sociais diferentes daquelas presentes em seu território.** A partir de uma elaboração que mistura estranhamento com a habilidade para a tradução, esse fazedor passa a empreender esforços para que o direito experimentado por ele de maneira prática nos novos ambientes frequentados sejam também assegurados em seus próprios territórios.

Os deslocamentos também são interseccionais e estimulam a empatia, mesmo que entre os fazedores exista diferentes contextos de origem, raça e gênero.

“

(...) foi depois de uma passeata que teve do grupo lá de Salvador, "Reaja ou Será Morto", logo depois que teve aquela chacina absurda no Cabula, que executaram 12 jovens, os policiais depois praticamente não foram a julgamento e foram absolvidos. Eu fui a convite de uma amiga minha chamada Lúcia que é de periferia e tal e disse: 'vamos, venha ver qual é a realidade de ser preto. Eu falei: bom, eu sou negra, mas sou negra de classe média. Então essa coisa para mim da periferia, da vivência, da violência era uma coisa muito deslocada né, não estava tão próximo de mim.”

Thaísa, Recife



Mentor

Uma professora, um líder religioso progressista ou uma educadora nas aulas de arte e cultura. A figura reconhecida e validada como mentor pode realizar papéis sociais diferentes, mas ele é sempre alguém que, em contato com um sujeito periférico, constrói um ambiente de confiança, de troca de referências, de ampliação do repertório de vida e de visão de mundo. É alguém que alimenta a formação de uma visão crítica e geralmente dá pistas de como os talentos do fazedor podem encontrar caminhos para a transformação da realidade. Provocado e inquieto, o fazedor, seja por orientação do seu mentor ou pela construção de um caminho próprio de pesquisa ou de ação, se coloca em movimento a partir do seu território e para o seu território.

“

Eu morei em Salvador por 16, 15, 17 anos. Uma jornalista chamada Márcia Guena, volta do Senegal e começa a fazer lá na quebrada onde eu morava, no bairro do Beiru, um jornal comunitário, e esse jornal comunitário tinha por intuito dialogar a questão do se auto-reconhecer enquanto negro, enquanto negra, a valorização e a estética do corpo preto, porque Salvador é uma cidade com mais de 70% da sua população preta. No sistema político, na mídia, nos grandes cargos das empresas o percentual de pretos assim eram muito poucos, e em Salvador naquela época estava numa moda de tentarem nos embranquecer, assim, de várias formas, no cabelo, na estética, na música. Aí, a Márcia, quando ela volta para Salvador ela percebe isso e volta para o bairro e aí reúne uma galera. Esse processo virou a Associação Comunitária Jornal do Beiru, que a gente ficou aí mais de um ano, eu fiquei mais de um ano, quase dois anos, e esse foi um processo assim, que me fez despertar. Porque eu nunca tinha percebido a ancestralidade, eu nunca tinha percebido muitas questões ancestrais, isso porque minha avó tinha um terreiro de candomblé e, com 10, 11 anos, quando ela morre, minha família deixa isso para trás.

Jesus, São Paulo

”

ONGS

Um dos mais tradicionais espaços formadores de sujeitos políticos nas periferias, as ONGs, têm presença marcante nos territórios desde os anos 90. Brotaram delas muitas das lideranças que hoje **puxam outras formas de organização política e social nas periferias**, exemplos dos coletivos e das redes, apresentadas mais à frente nessa pesquisa.

Com uma forte característica socioeducativa, algumas ONGs foram e permanecem sendo o espaço de formulação e prática da cidadania, geralmente em suas primeiras experimentações. São elas que alimentam os moradores e moradoras com informações que os impulsionam em direção aos direitos básicos, além de atuar no apoio e proteção dos territórios. **Essas características formam fazedores que pensam a partir da lógica de projetos, com alta capilaridade e profundo conhecimento da dinâmica social dos seus bairros**, o que resulta geralmente em iniciativas que dialogam com direitos estruturantes.

“

*A minha primeira iniciativa no campo da política de formação em movimento social me despertou através do CCJ Recife, quando eu fiz o curso de fotografia, onde a gente trabalhava o sócio-político também entre a ferramenta da comunicação e a educação popular...E daí, eu acho que 2012, 2013, eu fiquei mais forte, assim, dentro da política de juventude. Porque, como a gente trabalhava muito na questão de educação popular, trabalhava muito no direito da cidade e direito à mobilidade urbana, eu fui conhecendo outros setores, outra juventude...Daí eu fui me fortalecendo cada vez mais, conhecendo, tendo vivências, intercâmbios, dialogando com outra linguagem de juventude, não só periféricas...fui despertando, pegando o gosto, mesmo assim, e me tornei o que eu sou hoje **uma jovem multiplicadora e ativista.** ”*

Jéssica, Recife

Coletivos e Redes

Tendo a horizontalidade como essência, os coletivos e as redes são estruturas formativas mais recentes nos territórios. As pessoas se agrupam em torno de temas de interesse, às vezes de maneira temporária, e passam a investigar, produzir conhecimento ou ação a partir dessa identidade coletiva. Pela sua natureza orgânica, uma mesma pessoa acaba por compor dois ou mais coletivos, a depender do seu campo de interesse e de atuação nos territórios.

Deste espaço emergem fazedores políticos com alto comprometimento, entendimento e identificação com as pautas racial e de gênero, reflexo direto da formação política pluralizada que tem nos moradores e no território à sua essência. São nos coletivos e redes que encontramos, a partir da pesquisa feita, os espaços mais férteis para incidência política direta. São nos coletivos e nas redes, também, que são construídas as novas viabilidades para a política que está emergindo.

“

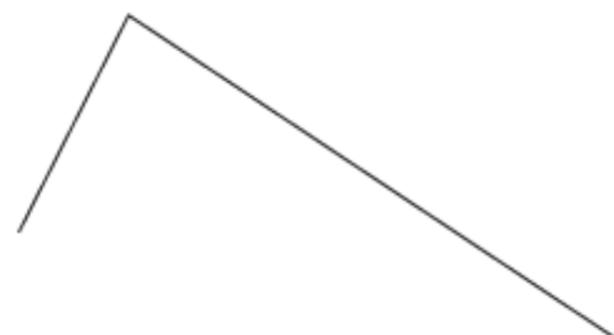
A gente faz parte da Rede de Jornalistas das Periferias. É extremamente importante que nós estejamos em rede, principalmente agora, num momento tão crucial da nossa história, porque nós não temos recursos financeiros, a gente tem o recurso humano, a gente tem a possibilidade de engajar as nossas bases. As nossas bases: família, os meus vizinhos, as pessoas do meu bairro. E eu senti que quando a rede de Jornalistas das Periferias foi criada, deu um up para todos os coletivos que faziam parte da rede. E ainda está em processo de estruturação, de articulação, é muito difícil fazer uma rede, é a coisa mais difícil que existe no mundo. ”

Jéssica, São Paulo

“

O maior ativo que a gente tem é a nossa rede. Esse é o nosso principal ativo mesmo, a nossa principal ferramenta, a nossa rede, quebrar as barreiras (...) sobre conexão nas pessoas. Olhar no olho, sobre verdade, sobre diferenças, sobre coisas que são difíceis até de falar. ”

Márcio, São Paulo



O tempo e as condições deste momento histórico

Três condições edificam as bases para a construção do momento histórico que está redesenhando o papel político destes que chamamos de fazedores periféricos:

Mudanças Comportamentais:

Os fazedores estão se conectando com redes de interesse, que extrapolam as redes de classe. A natureza dessas novas conexões constrói outros repertórios, aumentando redes de apoio e de ação entre centros e periferias.

Mudanças Tecnológicas

Historicamente, as construções políticas se davam nos encontros presenciais, vide o Movimento Hip Hop na Estação São Bento, em São Paulo. Por conta da tecnologia, a internet em especial, fazedores se organizam de maneira mais rápida, com mais diversidade e em maior número, criando redes de colaboração com grande força de incidência.

“ Cada vez a gente está ficando mais tecnológico, a gente não pode fugir disso, eu acho que a gente tem que utilizar, aprender a usar todas essas ferramentas e utilizá-las da melhor forma possível. Criar pontes, nem é ponte mais, é aquele negócio que a gente abre assim e passa, portais, a gente criar portal, hologramas, e conseguir conectar, nos conectar com os nossos. Com os nossos que eu digo é com todas as pessoas que estão dispostas a construir a transformação social. ”

Evandro, Belo Horizonte

Intersecção de Pautas

Pautas fundamentais da sociedade almejada, raça e gênero transversalizam o pensamento político do fazedor, sem as quais ela ou ele se negam a avançar politicamente.

“

A esquerda não consegue compreender nem se você pegar um machado e rachar a cabeça da galera. É a classe, classe, classe, classe... aí você olha e fala: é sério? Quando senta um jovem negro e um branco na frente de um juiz, ou de uma juíza, o juiz e a juíza assume que aquela pessoa negra é a pobre, fodida, e com certeza cometeu o crime, e assume que a pessoa branca não, mesmo que os dois sejam da mesma favela. E assim, o racismo é tão bizarro, eu já vi casos assim que tipo, o menino negro era quem era o chefe do corre mesmo, quem fazia o rolê acontecer, e quem ficou no processo como chefe foi o branco, porque afinal de contas desde quando o preto vai dar conta de chefiar alguma coisa? ”

Fernanda, Belo Horizonte

“

Dá para conciliar os coletivos, não é tudo igual, as formas de fazer são diferentes, muito diferente às vezes, mas em algumas questões, no ponto de combate ao racismo, com uma veia também que tem essa questão do viés cultural, algumas reflexões políticas, conecta e aí dá para fazer junto. ”

Evandro, Belo Horizonte

“

Agora, é bom pensar também na rede com conexões com outros movimentos, tanto pela cidade quanto numa abrangência maior. Eu acho que é um caminho sem volta essa questão, não é? De se organizar dessa forma? ”

Rose, Belo Horizonte

LABORATÓRIO DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS

**DIREITO À
OCUPAÇÃO DE
PODER**

#FORMULAR
#REPRESENTAR
#DECIDIR

**DIREITO À
PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA**

#MOBILIZAR
#INCIDIR
#INFLUENCIAR

**DIREITO À
MEMÓRIA
EDUCAÇÃO E
CULTURA**

#SER
#SABER
#CONHECER

**DIREITO À
ECONOMIA E
BEM VIVER**

#ACESSAR
#DISTRIBUIR
#GERIR

**DIREITO À
EXISTÊNCIA**

#ESTANCAR
#EXISTIR
#RESISTIR

Os fazedores ensaiam uma sociedade, colocando em prática no mundo as soluções que vão sendo construídas nas relações com seus territórios e seus povos, de modo a atingir e acessar os direitos constitucionais fundamentais.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:



I.

a soberania



II.

a cidadania



III.

a dignidade da
pessoa humana



IV.

os valores
sociais do
trabalho e da
livre iniciativa



V.

o pluralismo
político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Distantes estrutural e ideologicamente do alcance da maioria das políticas públicas, as periferias encontram fôlego na ação destes agentes que, com suas iniciativas, buscam materializar em práticas culturais e sociais a efetivação de direitos estruturantes.

A partir da proximidade entre o espaço da elaboração e da prática, emergem soluções comprometidas com o dinamismo da realidade periférica, e não com uma interpretação distanciada e estereotipada sobre ela.

Essas práticas partem dos territórios, seus saberes e seus sujeitos, em um movimento constante de criar, testar e validar soluções que podem ser replicadas em toda a cidade. Diferentemente do que se convencionou chamar de trabalho social, o que estes fazedores promovem são pesquisas e experimentações contínuas, incluindo para além da prática, um esforço de pressão política para ampliação daquilo que vai dando certo.

É neste contexto que os fazedores transformam os seus territórios no que chamamos de **Laboratórios de Direitos**. São chamados assim porque as soluções encontradas não se congelam no tempo e no espaço.

“*Essa lógica que a gente começou a viver, no meu ponto de vista, como organização Oficinas de Imagens, significa que a gente sempre trabalhou com experimentação, todos os nossos projetos surgiram de processo de experimentação, então aqui é um laboratório de inovação, né, que vocês chamam de Inovação Social.*”
Bernardo, Belo Horizonte

2.

DIREITO

À

EXISTÊNCIA

Laboratórios de Direito à Existência A gestão da urgência

#estancar
#existir
#resistir

Estancar a sangria
Estanque de violação de
Direitos Humanos

“

O meu sonho para a política é que eles parem de nos matar, porque se a gente morrer a gente não vai disputar. É isso, é o sonho.

Ivan, Belo Horizonte

”

Existir e Resistir

Em 2018 a Constituição Federal Brasileira faz 30 anos e a Lei da Abolição da escravidão

completa 130 anos. Passado todo esse tempo, quem vive nas periferias, favelas, quebradas e aglomerados ainda não tem seus direitos constitucionais garantidos pelo Estado e as desigualdades continuam sendo um abismo.

O **direito à vida** é uma garantia fundamental prevista no artigo 5º da Constituição Federal. No entanto, ainda que assegurado, sua garantia na prática não existe, principalmente nas periferias. O surgimento de iniciativas que passam a questionar esse direito fundamental de existir através da resistência às violações constantes nos territórios periféricos, gera vozes e corpos políticos que constroem pontes de acesso aos direitos para o coletivo “marginalizado” e esquecido.



Ausência Planejada do Estado

Os grupos que sempre estiveram nos espaços de decisão e poder não possuem amplo histórico de participação dos sujeitos periféricos, resultado da falta de acesso aos direitos. **A dominação desses grupos no poder gera um planejamento e priorização de determinados territórios que não são os periféricos**, assim como investimento em políticas públicas que não alteram a redução das desigualdades. Logo, não podemos afirmar apenas como “ausência do Estado” dessa perspectiva, porém a ausência planejada do Estado. **A ausência é uma escolha de quem está no poder.**

Essa ausência planejada que está por muitos anos programada pelo poder econômico e pelo status quo naturalizado de segregação, colabora para a manutenção das urgências diárias nas populações periféricas. O tempo que seria para a política é o tempo para a sobrevivência.

A identidade periférica dos moradores de aglomerados, favelas e quebradas é uma das principais pautas dos fazedores que estão trabalhando na gestão dessas urgências. O fortalecimento dessa identidade política coletiva é uma das formas de criar confluência que se propõem a outra dinâmica dos espaços de decisão e substitui a ausência planejada do Estado. O fazedor não tolera mais abusos, denuncia violações e dá luz à essa existência.

“

Muitas vezes, **produzir o mínimo de condição de sobrevivência para uma família significa envolver essa família na luta, envolver essa família na formulação política. Porque se você está sobrecarregado com as demandas da sobrevivência, você não tem tempo para pensar em mais nada não, não tem condição de pensar em mais nada.** E aí fala: Ah, não, o brasileiro é alienado, ele não se envolve, ele está omissivo. Velho, as pessoas estão lutando para viver, para sobreviver, para ter a comida na mesa, para conseguir pagar a conta de luz, para conseguir comprar o pão na padaria, essa é a realidade das pessoas. Elas não estão militando em partidos políticos e coletivos, indo para grandes atos nas ruas, não é porque elas são preguiçosas ou porque elas não se importam, é ao contrário.

Fernanda, Belo Horizonte ”

“

Você só pode exigir se existir.
Se não existir como é que cobra do estado?

Celinha, Belo Horizonte ”

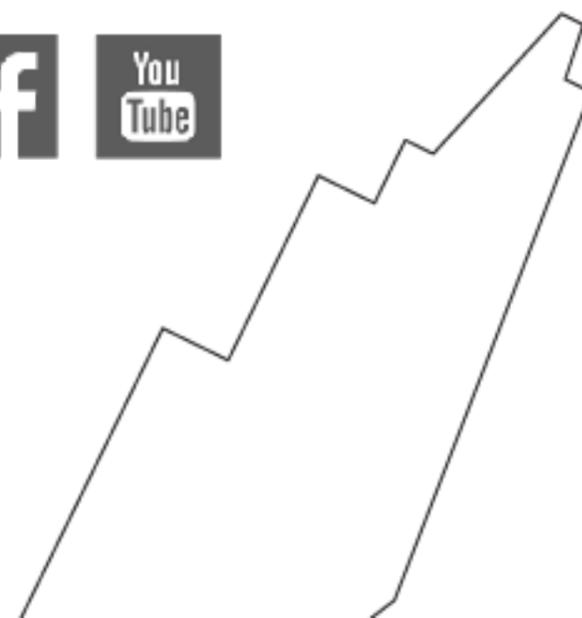
”

Quilombo Manzo

Makota Kidoiale é uma das lideranças do Quilombo Manzo, em Belo Horizonte. Fundado em 1972, só em 2007 ele foi reconhecido como território quilombola após muita luta da comunidade.



Clique abaixo para assistir o vídeo:



Humanidade

Ser, estar e permanecer nos locais de reconhecimento e articulação

A disputa do imaginário coletivo pela existência e pela garantia de direitos permeia as discussões e movimentações, porém, as periferias estão na disputa para não mais ser um lugar de objeto de pesquisa, e ocupar o espaço intelectual e político de si mesma como agente transformador de realidade. A invisibilização desses corpos marginalizados dificulta esse contexto. Os fazedores se fazem presentes nos espaços, alimentando as decisões de reflexões necessárias para que os debates se aprofundem.

“ *Basta ver que a maior pauta trans é banheiro, identidade e respeitar o nome. Nome, banheiro... o Supremo Tribunal de Justiça vai definir qual banheiro a gente pode ir? A gente está lutando pelo conceito de humanidade.* ”
Duda, Belo Horizonte

TransVest

TransVest é uma organização sem fins lucrativos em Belo Horizonte que capacita travestis da capital e região para o vestibular, cursos supletivos, além de realizar acompanhamento jurídico e psicológico para esta mesma população.



Clique abaixo para assistir o vídeo:





Coletivo Papo Reto

O Coletivo Papo Reto atua no Complexo do Alemão e em outras favelas do Rio de Janeiro com articulação, comunicação e mobilização das comunidades contra a violência de Estado e por garantia de direitos.



CDD na Web

O CDD na Web é um portal de comunicação comunitária da Cidade de Deus, zona Oeste do Rio de Janeiro, e faz política ao falar de políticas públicas para os moradores com objetivo de mudar essa realidade.

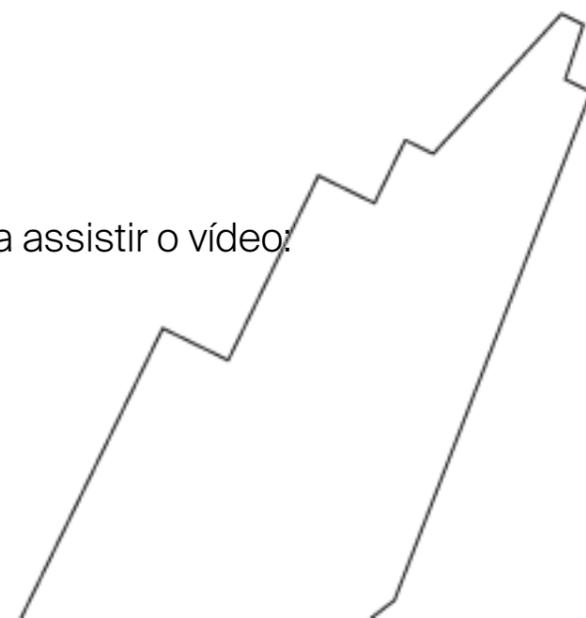


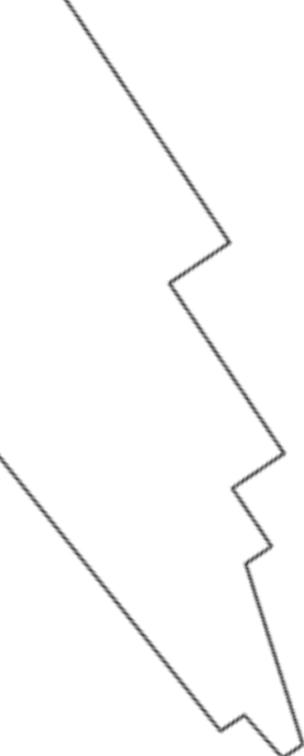
Muros invisíveis e o corre do tempo

A construção de território a partir da distribuição econômica nas cidades ergueu grandes muros invisíveis, delimitados nos seus acessos, atuação do Estado, renda, cor, projetos e sonhos gerados por ali. Existir requer estratégias ancestrais e tecnologias sociais que são criadas, adaptadas e aplicadas no dia a dia. As mortes em favelas, aglomerados e periferias são diárias. Combater e transformar essa realidade é um dos desafios para a continuidade de projetos e perspectivas de futuro.

As estratégias para produção e difusão de informações que protegem a existência têm um tempo completamente diferente de qualquer outro território, com prioridades que se alternam e criam uma corrida pelo estaque das violações, que fura planejamentos e cria a urgência de ações imediatas.

Clique abaixo para assistir o vídeo:





Segundo a Anistia Internacional, no Brasil é como se a cada dois dias caísse um avião de jovens entre 15 a 29 anos, onde 77% destes são negros. Esse número de jovens que perde o direito à vida e assim, à sua existência, em sua maioria são destes territórios, onde o projeto político de controle se dá muitas vezes na utilização das forças policiais.

“

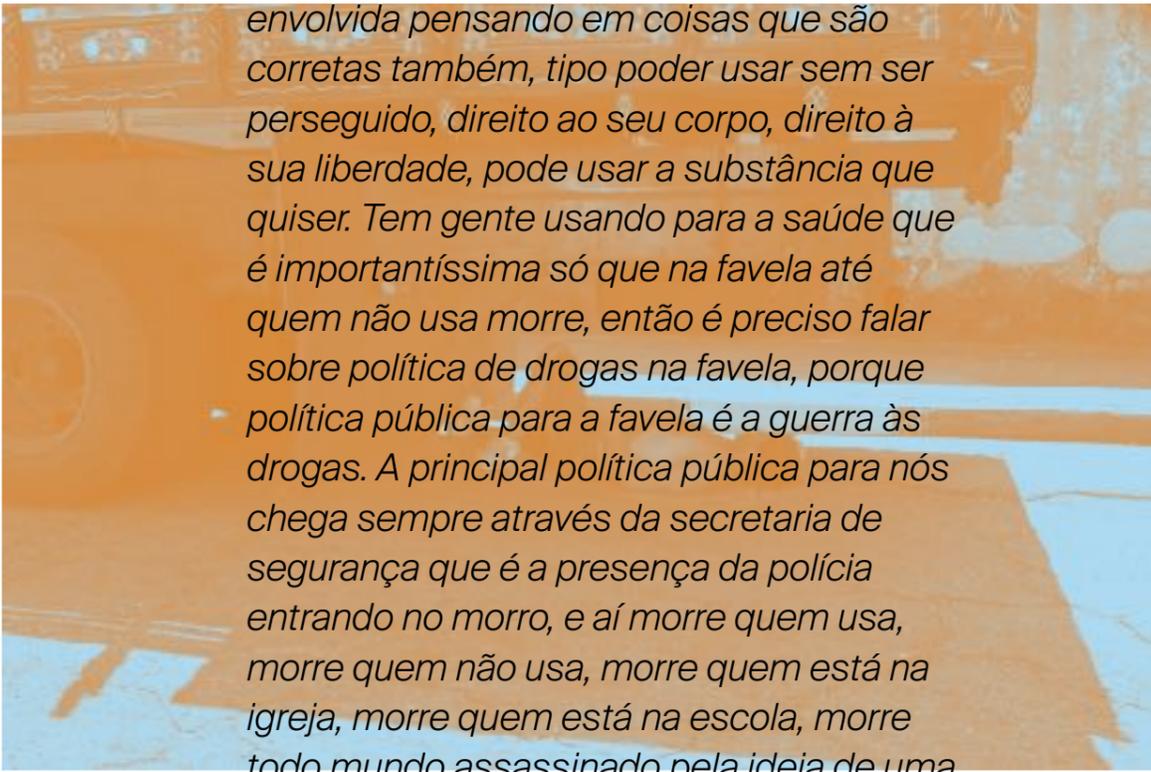
Aqui no Borel teve toque de recolher, duas favelas com UPP, e aqui teve um policial que entrou na casa de um jovem e executou ele com um tiro na nuca, e aí depois colocou como auto de resistência, só que não era auto de resistência, foi execução. E aí isso foi em 2013. Em 2013 a gente organizou a galera, enfim, amigos, **Ocupa Alemão, tipo um ato, tem um microfone aberto na praça, todo mundo chegava lá e falava o que poderia mudar, e aí saiu um manifesto que a gente entregou para pensar que precisava de uma instância mediadora entre a população e a polícia, e não podia ser a polícia que mediava o conflito entre ela mesma.**

Thamyra, Rio de Janeiro

”

A força policial do Estado vem na forma de opressão, colocando na linha de frente, de ambos os lados, os mais fracos. Ou seja, tanto o policial que reprime quanto quem sofre a violência, participa ou vem do mesmo contexto de ausência desses direitos fundamentais. O policial que vai para a linha de frente também é recrutado pelo Estado nas periferias. Os dois estão do mesmo lado. A existência e garantia à vida passa pela necessidade urgente de rever o controle do Estado sobre as periferias e como estas corporações o fazem, regulam e defendem a população.

“



Porque a diferença é que muita gente que está debatendo novas políticas de drogas é maioria de classe média, de classe alta, envolvida pensando em coisas que são corretas também, tipo poder usar sem ser perseguido, direito ao seu corpo, direito à sua liberdade, pode usar a substância que quiser. Tem gente usando para a saúde que é importantíssima só que na favela até quem não usa morre, então é preciso falar sobre política de drogas na favela, porque política pública para a favela é a guerra às drogas. A principal política pública para nós chega sempre através da secretaria de segurança que é a presença da polícia entrando no morro, e aí morre quem usa, morre quem não usa, morre quem está na igreja, morre quem está na escola, morre todo mundo assassinado pela ideia de uma guerra às drogas, e aí a gente tem tentado fazer esse discurso, trocar essa ideia com a nossa galera.

Jéssica, Rio de Janeiro

”

“

A cada 23 minutos um jovem negro é morto. Quantos são mortos por consequência direta da ação policial? E desses que são mortos por consequência direta da ação policial, quantos policiais de fato foram a julgamento por isso? E aí eu vou tentar pôr na cadeia o policial que está lá na ponta que atirou? Ele, que geralmente é negro. E o que mandou? Eu costumo falar assim: eu não quero o cara da ponta, velho, eu quero o dono, eu quero pegar aquele lá que está escondido atrás de uma mesa, no ar condicionado dando as ordens e dizendo que ele não tem nada com isso.

Fernanda, Belo Horizonte

”



Assessoria Popular Maria Felipa

O Brasil tem mais de 720 mil pessoas encarceradas; 40% delas aguardam julgamento; mais de dois terços são negras. Por outro lado, o Poder Judiciário se configura em uma casta branca e majoritariamente masculina, com os maiores salários e benefícios do funcionalismo público. **Mulheres e homens brancos julgando mulheres e homens negros.**

O que Nana Vieira, Ana Paula e outros advogados perceberam é que a linguagem jurídica, a falta de acesso a advogados particulares, o excesso de demanda da Defensoria Pública e o fato de

organizações de direitos humanos atuarem principalmente em casos emblemáticos perpetuam um processo de criminalização da população negra e pobre por gerar um vácuo na defesa.

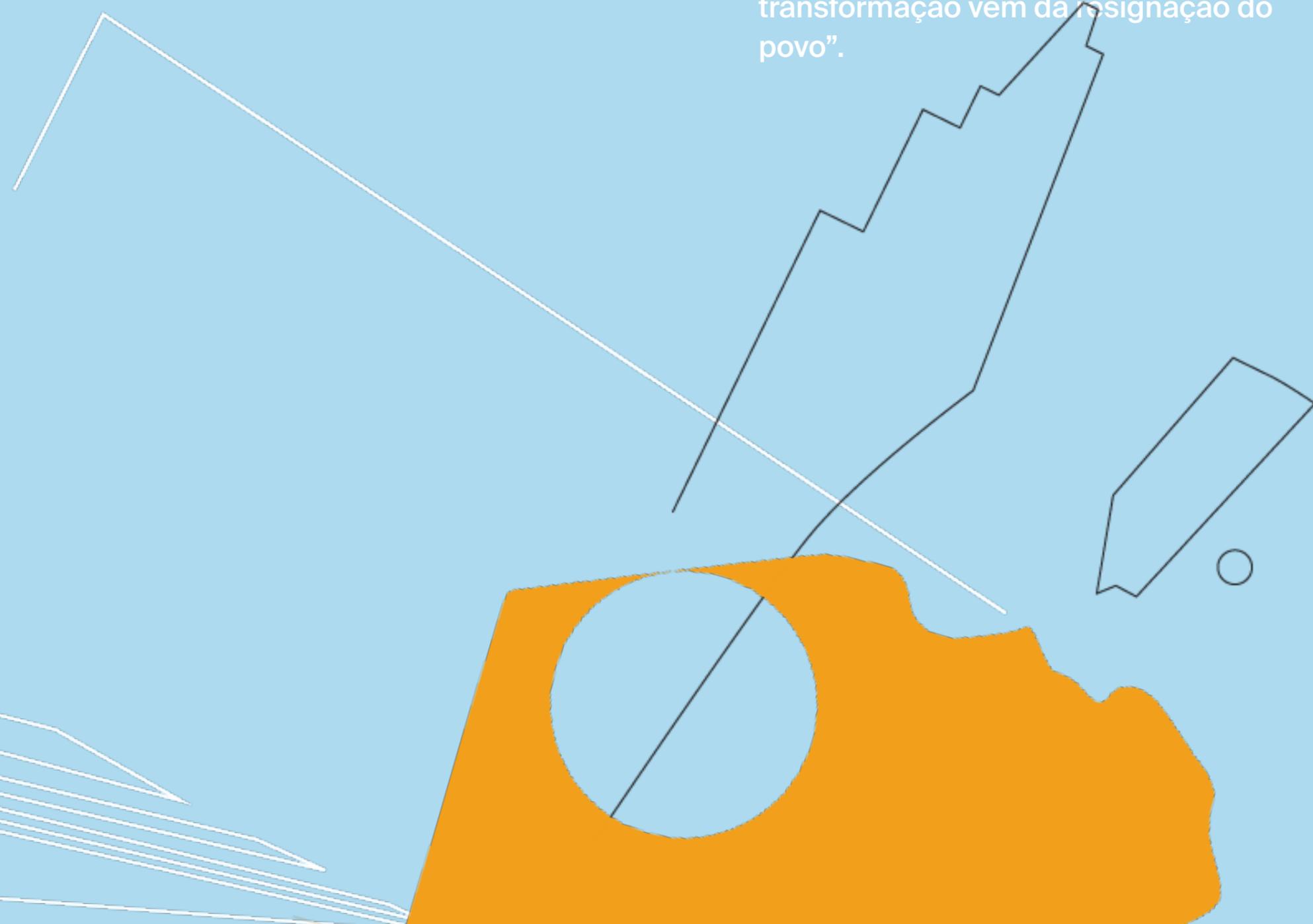
Por isso, criaram em Belo Horizonte a Assessoria Popular Maria Felipa, que presta serviços de assistência jurídica a preços baixos. “Não ter um advogado em condição de acompanhar impede as pessoas de denunciar, porque se eu falo para a pessoa denunciar mas não consigo produzir respaldo para que ela não sofra represália, eu não posso falar para denunciar”, explicam elas.

Fala Roça

O Fala Roça é o jornal impresso, veículo de comunicação que aborda questões do dia a dia da maior favela do Rio de Janeiro, a Rocinha, localizada na zona Sul da cidade, habitada por moradoras e moradores de origem majoritariamente nordestina.

E o responsável por isso é um cria da comunidade: Michel Silva, de 24 anos, filho de auxiliares de serviços gerais. Ligado no movimento desde pequeno, Michel pegava o jornal que o pai trazia do trampo em um condomínio para acompanhar as notícias. Foi numa dessas em que ele sacou que o modo de vida de quem estava no asfalto era muito, muito diferente de quem vivia no morro.

Com um computador com 256MB de memória e um crachá improvisado de “imprensa comunitária”, ele passou a cobrir os acontecimentos do bairro – e a ser reconhecido por isso. Dos eventos culturais ao desaparecimento do pedreiro Amarildo, lá está o Fala Roça. E neste ano de votação, ele mapeia as candidaturas das favelas e torce para a eleição de jovens negros cientes da conjuntura política do País. “Eu tô esperançoso de que vamos ter uma série de candidaturas novas, rostos desconhecidos, e acho que o papel da imprensa é mostrar quem quer mudar a política atual”, diz ele. “A transformação vem da resignação do povo”.



Visibilidade como ferramenta de sobrevivência

A comunicação utilizada como ferramenta dá visibilidade às violações de direitos que ocorrem nas periferias.

A capacidade de acionamento imediato de mídia independente em vários momentos de urgência e a colaboração e criação de redes de apoio e de ações, que não são lineares e nem tradicionais, garantem o registro e a difusão dessas violações.

Os grupos e coletivos que atuam neste eixo de comunicação garantem que a informação circule fomentando formas de proteção e realinhamento de estratégias.

“

Gente, esse é o futuro que a gente tem que levar, é a boa nova que a gente tem que levar para todos os parentes, orientar todos os parentes: olha, parente, agora nós somos cidadãos, depois da Constituição Federal de 88, nós ganhamos o direito de termos os mesmos direitos, de ser cidadão como qualquer brasileiro. Então, mano, dá licença que essa é a nova ordem.

Fetxá, Brasília

”

“

E aí eles perguntam: nossa, o pessoal aqui da comunidade está ficando politizado, começando a entender de segurança pública, porque bota tudo na página. Porque eles chamam os coletivos. É assim mesmo, a gente tem que pensar, a gente tem que ocupar os espaços mesmo de política e lutar pelos nossos direitos, que é coisa básica. E a tecnologia ajuda muito a gente nisso. Então, se a gente não tivesse tecnologia aí, olha, a gente ia estar na mão.

Noemy, Rio de Janeiro

”



Santuário dos Pajés

Santuário dos Pajés é uma terra indígena com três grandes etnias que fica a noroeste da cidade de Brasília, um território que resiste e luta contra a especulação imobiliária desenfreada. Sua liderança, Fetxa Verissimo, é um jovem líder que inspira a sua comunidade e a gente também!

Clique abaixo para assistir o vídeo:



Casa Frida

A Casa Frida está localizada em São Sebastião (periferia de Brasília) e é muito mais que um espaço cultural: a casa também oferece acolhida a mulheres vítimas de violência.

Clique abaixo para assistir o vídeo:



A difusão de conhecimento, torná-lo acessível, intermediar as relações de quem está nestes territórios (e quem não está, mas tem o poder de influenciar) são formas de existir, resistir e coexistir.

E o fortalecimento da coletividade garante segurança para existir enquanto indivíduos ameaçados.

“

Eles acham que tem, por exemplo, índio tem muita terra, por que vocês querem mais terra? A pessoa fica tipo... Eu sempre tento mostrar o meu ponto de vista e levo documentário, levo entrevista, eu levo diversos materiais que tem da mídia para lá, para mostrar, ou para eles aqui, e mostro: gente, foi aqui que eu nasci, foi aqui que meu pai morreu, minha mãe me teve aqui, foi aqui que o trator passou por cima de mim, me arrastou a quase 100 metros com areia e tudo. Foi aqui que chegaram, ameaçaram a minha mãe, ameaçaram meu pai, ameaçaram a gente, foi aqui que aconteceu tudo, o derramamento de sangue, foi aqui que os meus primos deram a vida, muitas pessoas deram a vida por essa causa. Então, se fosse sua casa, se alguém chegasse na sua casa com um trator e passasse por cima dela, o que você, como você se sentiria, como que você iria lutar por isso? Como é que você se sente estando no meu lugar agora, vendo que uma coisa que meu pai plantou há 45 anos atrás, uma planta, o trator veio e passou por cima, sem nada, sem nenhum respeito, sem nada, por aquilo?

Fetxá, Brasília

”

“

Na verdade, eu fui uma pessoa muito covarde. Porque eu precisei construir um projeto social, precisei montar uma sala, dar visibilidade ao projeto, abraçar o projeto para que eu pudesse sair do armário e mostrar o que eu tenho sob a minha identidade. Né? Corajosa são as meninas que desde nova estão aí militando com a sua identidade, estão lá na pista, que puderam pavimentar tudo para que eu, agora com 36 anos, pudesse começar a minha transição de gênero.

Duda, Belo Horizonte

”

Existência e coletividade

É importante entender que as periferias querem existir sendo o que são, porque a potência e a raiz estão nesses territórios. É parte do fazer político periférico existir coletivamente, manter-se indígena, quilombola, negro, com todos os ritos, modos de fazer, tradições e respeito com sua ancestralidade que constitui a identidade genuína desses territórios e grupos. Muitas vezes quando o fazedor faz essa escolha, ele se afasta do que se entende hoje por acesso ao lazer e a cultura, principalmente a cultura do entretenimento.

“

Eu perco um pouco essa adolescência, entendeu? A minha infância também foi um pouco perdida, porque desde sempre teve nessa causa, não só nessa como em outras terras indígenas também (...) Então, às vezes eu falo assim: poxa, eu poderia largar isso tudo, eu poderia deixar isso para trás e ter uma vida de adolescente, uma vida social, uma vida diferente. Mas eu penso: e futuramente, se eu deixar eles aqui como é que vai ser, por que causa eu vou lutar? Se meu pai morreu por isso, por que eu vou deixar isso? Minha mãe passa por ameaças, passa por tudo isso, por que eu tenho que olhar para mim e falar: eu vou largar isso porque eu quero ir para uma festa? Não, eu acho que isso não é justo comigo nem com os meus antepassados e nem com os futuros, que estão vindo aí, os meus sobrinhos, os netos, tudo.

Fetxá, Brasília

”

“

O CCJ, ele, a gente, agora né, toda a equipe, a gente trabalha mais no enfrentamento com a juventude urbana e agora, a gente tá dialogando também com a juventude rural, do campo, já faz 3 anos... A gente também tá trabalhando com a juventude indígena, que a gente faz esse link com a galera do povo xucuru, né, entre outros. E a gente tá trabalhando mais a questão do direito à cidade, direito à mobilidade, nessa perspectiva de juventude que vive no campo e na cidade, como é que a gente pode levar esse meio de comunicação pra essa juventude que tá no meio da periferia.

Jéssica, Recife

”



Mãe Beth de Oxum, Coco de Umbigada

Mãe Beth de Oxum é nascida, criada e ainda vive no bairro de Guadalupe, em Olinda. E é aqui que ela faz política.

Alorixá de um terreiro de matriz africana, ela também realiza há 20 anos a Sambada de Coco de Guadalupe. E, como resultado, hoje coordena o Ponto de Cultura Coco de Umbigada, que agrega ações de mídia livre com um estúdio e uma rádio comunitária, um laboratório de tecnologias livres e de inovação cidadã, e um restaurante.

“Sou uma mulher, uma mãe com muitos filhos, paridos e não paridos, e tô nessa linha de frente aí, com a cultura, com a religiosidade e com uma perspectiva da

gente transformar o nosso território num lugar mais do nosso jeito negro, afro-brasileiro, com a nossa cara, com a nossa perspectiva de cidade”, ressalta ela.

Em um estado que mata 60 mil pessoas por ano – a maioria de jovens negros –, Mãe Beth aponta que o maior desafio é ter política pública que atenda a demanda da população. Por isso, em um cenário de violência, ela quer a cultura como protagonista para restabelecer relações e preservar simbologias.

“É aqui no território que se dão os processos, que se dão os embates, né, a violação de direito, o racismo, a violência. Então é aqui que a gente tem que transformar antes de transformar o país. Tem que transformar o território onde a gente vive”.



Mães da Saudade

Elisângela cresceu em Peixinhos, mas não conheceu o bairro inteiro quando era criança. Isso porque, nessa região pobre do Recife, gangues rivais disputavam o território e influenciavam o vai e vem dos moradores – a divisa era feita por ruas e não podia-se cruzar de um lado para o outro sem autorização.

A violência fazia parte da rotina da população: quase 300 jovens foram assassinados nas últimas três décadas. O irmão de Elisângela quase foi um deles. Entre idas e vindas dos presídios, ele não se ressocializou até sofrer um atentado de outro grupo. Conseguiu escapar da morte, saiu do Estado e recomeçou sua vida longe da família.

Envolvida desde os 12 anos com projetos sociais, Elisângela sabia que precisava fazer alguma coisa – e começou pelos familiares que sofriam a perda de seus filhos. Assim, há dez anos surgiram as Mães da Saudade,

grupo que presta apoio a 60 mães que perderam filhos em homicídios. “A gente facilita com que as mães tenham contato com as questões jurídicas e possam reivindicar a justiça para o crime que aconteceu com os filhos”, ela explica. Mais do que isso, elas fazem rodas de conversa, diálogos, ciclos de restauração que trabalham o sentimento em si para superar um trauma que não termina no velório.

E Elisângela sabe que seu trabalho é uma pequena parte para que a mudança aconteça de fato. “Existe um problema sério que é a sonegação do direito que a gente vive. A falta de políticas de prevenção, eu acho que é um grande desafio, porque a gente vem falando de prevenção desde o tempo que a gente surgiu. Mas a gente vê um colapso muito grande que é a falta do comprometimento desses políticos, dos representantes legais”, aponta.



Coletivo Afronte

Como você se descobriu um ser político?

O Coletivo Afronte discute questões étnico-raciais em escolas públicas e universidades do Recife. Uma das integrantes é a poeta e mestrande em História Bell Puã, que cresceu em um núcleo familiar negro considerado de classe média alta na cidade – e foi nessas contradições do dia a dia, na discriminação racial sofrida da loja ao elevador, em que ela descobriu o que era política

O papel das igrejas

As igrejas sempre tiveram papel fundamental na periferia, dialogando diretamente no território e fazendo muitas vezes a função de Estado (no assistencialismo e na gestão das urgências).

A ausência planejada dos direitos básicos pelo Estado, as crises financeiras que afetaram diversas organizações não governamentais que atuavam em territórios periféricos e o abandono de trabalhos de base de partidos e organizações políticas potencializaram o espaço de acolhimento, assistencialismo e formação política das igrejas pentecostais, neopentecostais e católicas.

O papel das igrejas muda de acordo com a perspectiva em debate. As igrejas criam redes de apoio, conscientização e entendimento sobre determinados temas, principalmente drogas e sistema penitenciário. Por um lado, esses espaços são apoio e acolhimento.

“

*A igreja faz um papel fundamental que é o de dar esperança, dentro de uma pessoa que tipo, cara, não tem nada ali, **o Estado não está te dando nada, e você precisa daquilo para resistir.***

Thamyra, Rio de Janeiro

”

“

*É a igreja que está dialogando com os viciados em crack, é a igreja que dialoga com as minorias que estão completamente abandonadas pelo sistema. A gente precisa entender isso. Se a gente não entende isso a gente segue discutindo religião e a igreja está avançando, a igreja está comprando templo, a igreja está arrancando dinheiro de fiel, **a igreja está expandindo seu território e a gente está moscando.***

Sheila, Rio de Janeiro

”

Por outro, influenciam o modo de vida e as crenças, gerando novos controles sociais. Existe um alerta em relação ao abuso de poder através de Igrejas, que podem ser um fator de risco a democracia, já que muitas vezes criam programas pautados em crenças religiosas que substituem as políticas de governo, infringindo o Estado Laico.



“ As igrejas são espaços que, meu, cê passa em qualquer quebrada tem uma igreja evangélica, uma garagem, uma porta aberta e você é acolhido, independente do que acontece no mundo, eles falam "Jesus aceita você", entendeu? É claro, acho que isso é a acolhida, é importante, o que acontece depois é o X da questão.

Se você pegar os conselhos tutelares em São Paulo, a maioria é da Universal. São pessoas da Universal que estão como conselheiros tutelares, o que que isso implica na garantia de direitos de crianças e adolescentes, sabe? Isso implica, por exemplo, o conselho tutelar acolhe aquela criança e, ao invés de caminhar pra um serviço público, pra algum serviço da assistência social, ele encaminha pra igreja... construção de um exército.

Thiago, São Paulo

”

“ Antes se via, se frequentavam muitos terreiros, centro de candomblé, umbanda, hoje eu não conheço aqui na Maré, eu tenho vergonha de falar isso porque eu não sei. Então a gente fez questão de manter, porque aquilo ali foi nas favelas de forma vagarosa, mas foi sendo viabilizado de alguma forma, seja pela religião, diretamente falando, pelo proselitismo religioso, a gente sabe, **aí principalmente pelo advento das religiões neopentecostais que vieram com muita força, com essa pegada, ou seja também pela própria dinâmica das comunidades que diz respeito aos comandos internos.**

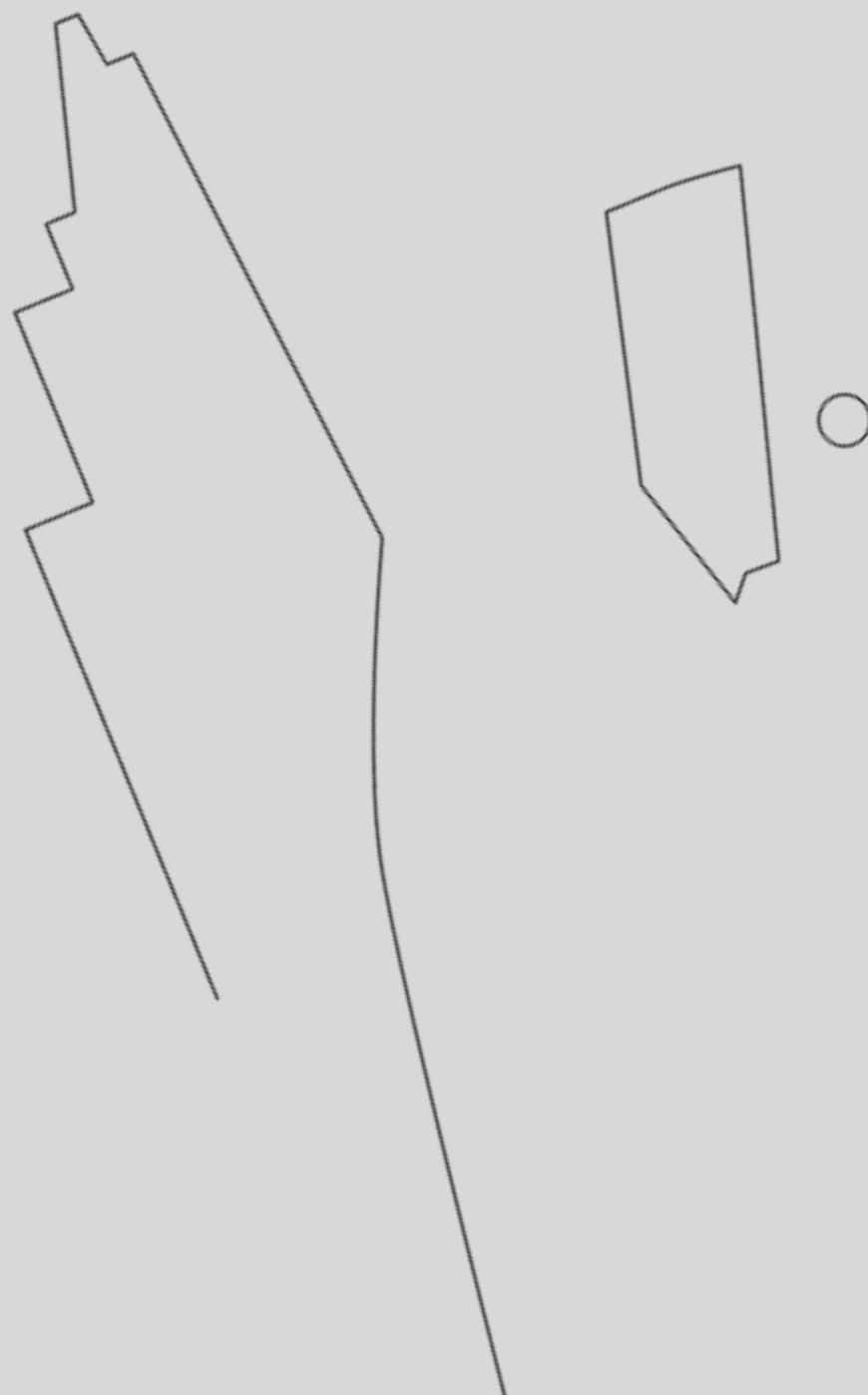
Luis, Rio de Janeiro

”

“ Um dos motivos também de eu me ver politicamente atuando, foi das mulheres da minha família, minha mãe, minhas tias que são todas professoras. né, então, atuando formalmente e informalmente como educadoras, que me influenciaram e que me deram uma referência de mulher né, de eu ser feminista hoje, e que também me afastou da igreja, porque a bíblia dizer que a mulher não pode etc, etc que ela tem o quadradinho a ser preenchido e aí está também um dos grandes motivos do afastamento. A igreja delimita o seu papel na sociedade também.

Aline, São Paulo

”



Direito à Ancestralidade e o Estado Laico

Sendo o Brasil um país de diversas religiões, origens e ancestralidades, a garantia constitucional que pode preservar as memórias da diversidade é o Estado Laico. Em contraponto a isso, o estado religioso ou o avanço de algumas igrejas que criminalizam as religiões de matriz africana criam tensão, ameaçam a memória do Brasil e não respeitam o Estado Laico, como está na Constituição. Esse risco se apresenta principalmente na configuração da bancada evangélica no Congresso Nacional.

“SE VOCÊ PEGAR, O QUE QUE É UM ESTADO LAICO? É UM ESTADO QUE SE ORGANIZA NÃO PARA A RELIGIÃO, MAS A PARTIR DAS RELIGIÕES, A PARTIR DA DIVERSIDADE...QUE É GARANTIR A EQUIDADE E O DIREITO, PORQUE GENTE, É NA DIFERENÇA QUE VOCÊ CRIA EQUIDADE...”

CELINHA, BELO HORIZONTE

“ Então a gente sofre muita opressão e perseguição, da questão dos evangélicos, é bem gritante a falta de respeito, a falta de educação. Isso influencia muito, principalmente com os nossos jovens, crianças periféricas, que tendem a não participar, muitas vezes as famílias proíbem de estar dentro do Maracatu, está dentro da cultura, porque dizia que a coisa era do diabo, tal, tal. **Eu costumo dizer que quando eu vejo um negro com a bíblia debaixo do braço, é como se um pedaço da África tivesse entrando em luto assim, porque é muito triste, você ser tão manipulado a ponto de não quero nem saber, não quero nem saber da onde vem as suas raízes,** é você negar as suas próprias raízes, negar quem você é... nós cada vez mais temos que nos unir para combater isso, porque a massa evangélica, essa massa protestante ela só aumenta, e aumenta numa proporção de estar lá nas Câmaras, em todos os meios de manipular o Brasil, a grande massa evangélica ela está lá crescendo né?

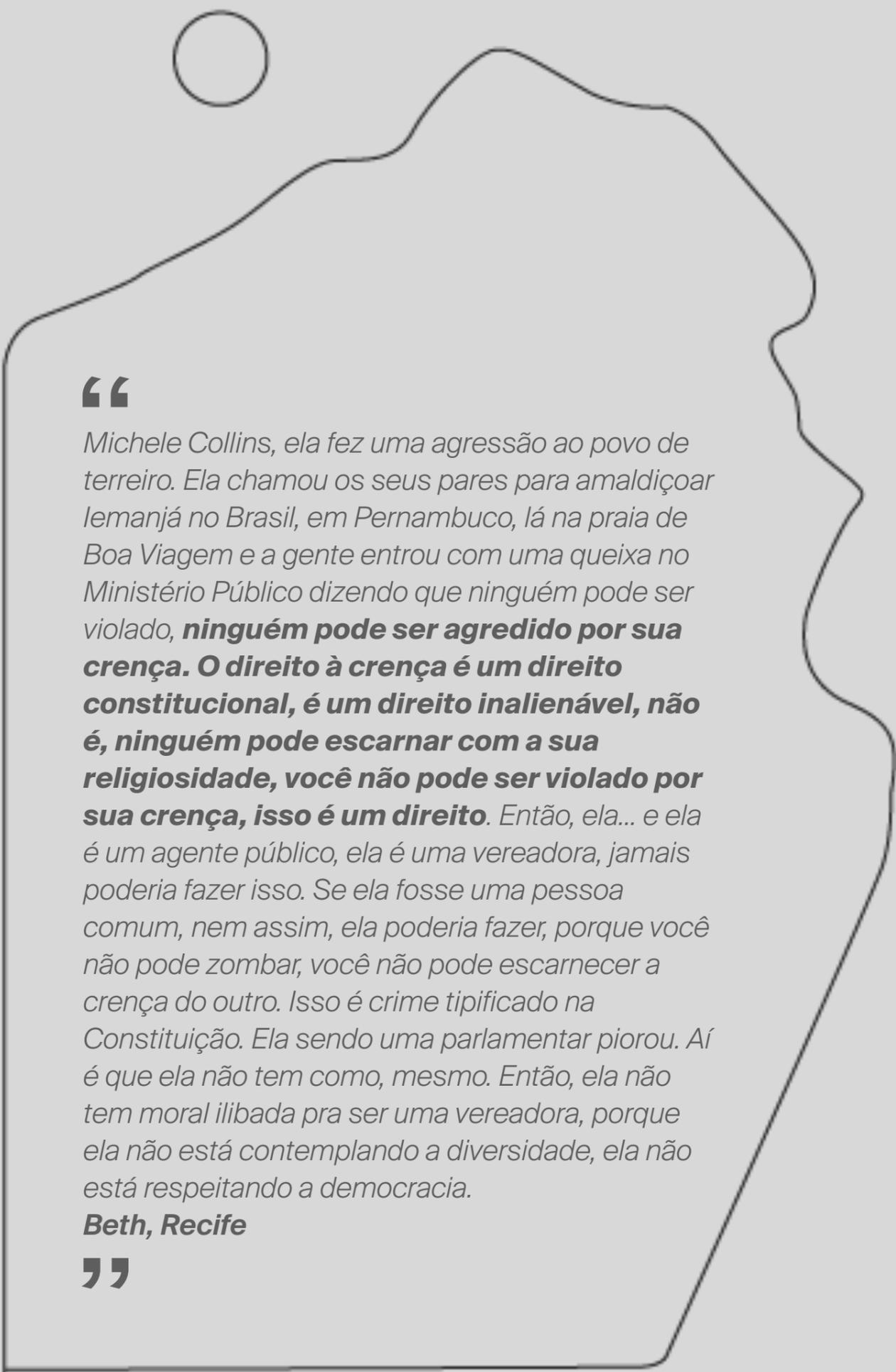
Joana, Recife

”

“

A gente estabelecer as relações culturais, **garantir que essa música seja tocada, garantir que essa simbologia seja respeitada.** Os terreiros são muito invadidos, os terreiros são muito negligenciados, **agora mais do que nunca com esse projeto político da Igreja de ocupar as casas legislativas, né?** O senado, a assembleia, enfim, ocupar o executivo, legislativo e o judiciário. Então fica muito tênue a linha de resistência, de sobrevivência, desses terreiros com agora esse projeto de, literalmente, criminalizar, punir, a apedrejar, invadir, então, a resistência se dá cotidianamente. **E o desafio que tá posto: é essa sociedade ter respeito por esse povo, ter respeito pelo povo preto, ter respeito pelo povo indígena, ribeirinho, caiçara, os pescadores, os quilombolas.** O desafio é a gente ter política pública pra atender a nossa demanda e não um Estado genocida que mata o nosso povo. ”

Beth, Recife



“

*Michele Collins, ela fez uma agressão ao povo de terreiro. Ela chamou os seus pares para amaldiçoar Iemanjá no Brasil, em Pernambuco, lá na praia de Boa Viagem e a gente entrou com uma queixa no Ministério Público dizendo que ninguém pode ser violado, **ninguém pode ser agredido por sua crença. O direito à crença é um direito constitucional, é um direito inalienável, não é, ninguém pode escarnar com a sua religiosidade, você não pode ser violado por sua crença, isso é um direito.** Então, ela... e ela é um agente público, ela é uma vereadora, jamais poderia fazer isso. Se ela fosse uma pessoa comum, nem assim, ela poderia fazer, porque você não pode zombar, você não pode escarnecer a crença do outro. Isso é crime tipificado na Constituição. Ela sendo uma parlamentar piorou. Aí é que ela não tem como, mesmo. Então, ela não tem moral ilibada pra ser uma vereadora, porque ela não está contemplando a diversidade, ela não está respeitando a democracia.*

Beth, Recife

”



Movimento Negro Evangélico

Qual é o papel das igrejas em debates sobre o racismo e o machismo, por exemplo?

“Esse espaço religioso precisa ser mexido, precisa sofrer algum tipo de abalo sísmico, nem que seja pequenininho”, responde Vanessa Barbosa, criada no candomblé até os 11 anos e convertida ao cristianismo depois disso. Depois do contato com discussões políticas na faculdade, onde também reafirmou sua negritude, Vanessa estava disposta a voltar para a igreja e pautar questões que não estavam sendo colocadas. Afinal, pra ela Jesus é preto e Deus é uma mulher negra.

Ela procurou nas redes sociais, encontrou coletivos e organizações, conversou com muita gente até descobrir o Movimento Negro Evangélico. Essa articulação nacional iniciada em 2000 chegou ao Recife no ano passado, e nesse espaço Vanessa conheceu Jackson Augusto, que ministra na Igreja Batista.

Jackson nasceu na Comunidade dos Coelhos e ficou órfão de pai aos 07 meses. A mãe se mudou para outro bairro, se casou com outro homem e sofreu violência doméstica por 08 anos, mas a igreja ignorava isso. “É muito complicado você sair da bolha que lhe impõem, mas a realidade é muito mais forte do que as teorias ou do que as mentiras que são contadas”, lembra ele, que começou a questionar por que a igreja não aceitava falar de feminismo nem tratava do racismo.

Sem essas discussões e com a omissão ou mesmo participação das igrejas cristãs na colonização e escravidão de negros, Jackson se juntou ao Movimento Negro Evangélico para discutir a teologia do ponto de vista do negro. “É uma disputa de narrativa”, diz. O objetivo é fazer o diálogo entre movimentos sociais, igrejas e com as periferias, e o trabalho de base consiste em visitar e atuar com pequenas igrejas evangélicas de comunidades. E aquelas ditas as “mais conservadoras”, até o momento, têm acolhido os debates com maior efetividade. Afinal, a realidade é preta, pobre, periférica e evangélica.

3.

DIREITO À

MEMÓRIA,

EDUCAÇÃO

E CULTURA



O Resgate da Ancestralidade e a Imaginação do Futuro



#ser
#saber
#conhecer

“ E, na verdade, acho que o fato de você nascer no Brasil, negra, pobre e em periferia, já te chama para a obrigatoriedade natural de ser alguém que resiste a toda sorte de racismo, então a gente já nasce militante, né?
Celinha, Belo Horizonte ”

“ Eu era um corpo diferente. Muitas vezes um corpo que era esnobado, que recebia piadas entendeu? Era um corpo que servia de escada para alguns alunos, as coisas foram pesando também né. Por que isso acontece? E onde que estava a raiz desse problema, eu sou o problema ou essas pessoas são esse problema?
Naia, Recife ”

O resgate da memória para imaginar o futuro

O Brasil é um país construído através de trabalho escravo, negro e indígena. A construção das desigualdades fez parte do modelo de desenvolvimento implementado. Então, o resgate desta origem, daqueles que construíram o país, e o resgate da memória e da ancestralidade para o reconhecimento do processo e identidade é fundamental para imaginar o futuro. Os laboratórios de direito à memória, educação e cultura são as iniciativas que trabalham para garantir esses direitos.

O RESGATE DA MEMÓRIA E DA ANCESTRALIDADE PARA O RECONHECIMENTO DO PROCESSO DE IDENTIDADE É FUNDAMENTAL PARA IMAGINAR O FUTURO



“ Os braços negros africanos que enriqueceram o país em todos os ciclos econômicos desde o Século XVI no Nordeste com a cana de açúcar, algodão, desde a questão da extração de minérios, o ciclo do garimpo no Centro-oeste, e no Sudeste com a questão da produção cafeeira... E que aí depois do processo de abolição não há nenhum tipo de estruturação dessa população, porque se pensa o Estado brasileiro com a população negra alheia a esse processo, e aí a população fica sem nenhum tipo de política pública, sem habitação, sem economia, sem moradia, sem trabalho, sem nada. ”

Tadeu, São Paulo

“ **O que é Política?** É aonde tá a classe média alta ou a negrada? Isso é política, eu acordo, eu abro minha porta e a polícia, é a UPP que tá aí? Ou como é aquele marzão de Boa Viagem que a classe média abre? Então, política é desde a hora que você acorda, quando você dorme, quando você come é política. Dependendo do que você come, e como come, as tuas condições que dá pra tu comer é política. A política é um negócio muito amplo. E a nossa política é a política cultural, é a política a partir da identidade, da cultura. A partir da transformação social com a cultura a gente melhora a vida das pessoas e a da gente também. ”

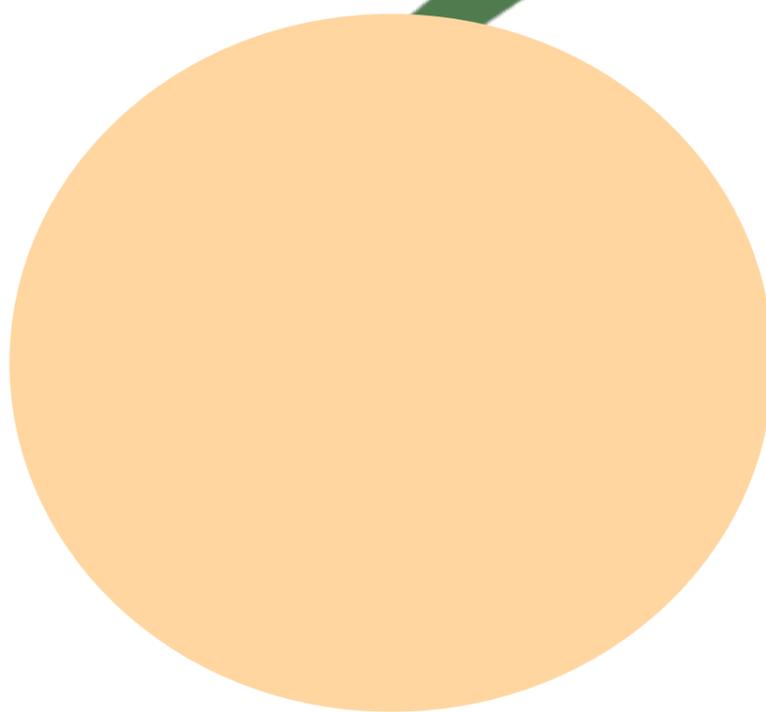
Beth, Recife

Museu da Maré

Criado por moradores e movimentos da favela da Maré, zona norte do Rio de Janeiro, o Museu da Maré concentra ações para registrar, preservar e divulgar a história das comunidades que resistem ali.



Clique abaixo para assistir o vídeo:



Laboratórios de direito à memória, à educação e à cultura

O Direito à Ancestralidade

Várias iniciativas trabalham no direito à memória, à educação e à cultura através de projetos transdisciplinares. A memória reconta a história do Brasil e revela a ancestralidade que conecta cada fazedor com a sua própria história, com seu passado e seu futuro. A ancestralidade é a conexão com essa história, principalmente dos afrodescendentes, muitas vezes acessada pela conexão espiritual com os antepassados e, portanto, com a memória ao mesmo tempo coletiva e individual de cada um.

“

Eu tirei o cara do continente dele, eu escravizei o cara, tirei a alma do cara, eu tirei a subjetividade do cara. O cara tá aqui, com identidade, a identidade étnica nossa é que nos faz ser isso, eternos. Então, é essa capacidade que o negro traz nisso, de ressignificar, de estar em uma diáspora e viver dessa diáspora. Isso pira o colonizador...

Ricardo, Belo Horizonte

”

A memória é a história na linha do tempo, o registro e o lugar. Por meio dela, a subjetividade e a identidade encontram o pertencimento histórico de cada corpo político. Através de seu apagamento, o corpo político perde a conexão com a ancestralidade, sua identidade e seu pertencimento. A história do Brasil é contada a partir do ponto de vista eurocêntrico e colonizador e o apagamento das histórias indígenas, femininas e negras no país revelam a importância do direito à memória.

Como os direitos estão garantidos a apenas alguns, a luta identitária impulsiona a luta pela garantia coletiva desses direitos através do processo de se reconhecer como sujeitos, cidadãos que possuem uma história comum. A memória, a educação e a cultura na construção da identidade estimulam a reconstrução do tecido social.

RECONHECER-SE
PERTENCER
RECONHECER-SE
PERTENCER

RECONHECER-SE
PERTENCER
RECONHECER-SE
PERTENCER

“

Na verdade não estamos nem no processo de democracia, ainda estamos no processo de sair de um lugar colonial. Eu tenho essa impressão de que a colonização ela não foi resolvida. Entende? E aí, enquanto não resolver a colonização, enquanto não resolver a abolição, a gente não vai conseguir chegar nunca na democracia

Tadeu, São Paulo

”

A inovação política se dá no processo de reconhecimento da importância e da valorização das expressões culturais, principalmente as de matriz africana, afrobrasileira, indígena, ribeirinha e caiçara. Exemplos dessas expressões são o candomblé, a capoeira, os museus de memória, a oralidade e tipos variados de registros históricos.

**TUDO QUE É COISA DE POBRE,
NEGRO, QUE FOR DA NOSSA
CULTURA, É TOTALMENTE
TRATADO COMO NADA.**

“

Eu também hoje olho no passado e vejo como fez falta eu ter algum parente, algum amigo, um primo que fosse da capoeira, que fosse do candomblé, que me aproximasse mais da minha matriz africana.

Álvaro, Belo Horizonte ”

“

Tudo que é coisa de pobre, negro, que for da nossa Cultura, é totalmente tratado como nada. Mas o desafio é esse, é permanecer unido, unir a família e a comunidade, porque sem ela não tem sentido.

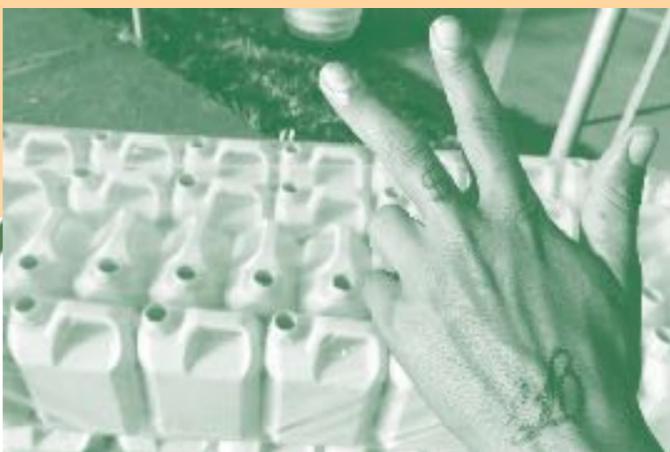
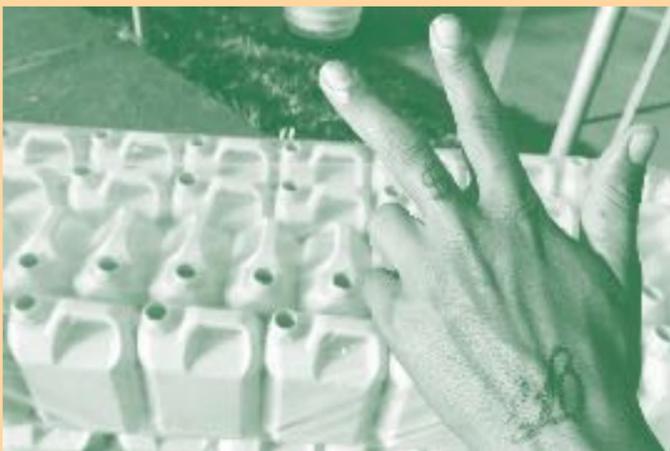
Joana, Recife ”

“

A museologia comunitária vem romper um pouco isso, criar um espaço pra uma nova museologia, ninguém quer botar fogo no Louvre, mas na verdade é pelo contrário, é você reconhecer que existe outras formas de trabalhar o conceito de museu e o que ele representa pra população no geral.

Luis, Rio de Janeiro

”





Infelizmente a trole do Rui Barbosa queimou todos os documentos que podiam nos dar maiores caminhos para ir até a África. Então, todos os documentos de registros desses africanos que vieram para cá privados de sua liberdade para o trabalho forçado, de onde vieram, quem eram, se tinham famílias, que tinham cidades, que tinham região, e que era tudo registrado por uma questão de uma hegemonia política, branca, racista, eles simplesmente apagaram nossa história queimando todos os arquivos dessa população

Tadeu, São Paulo

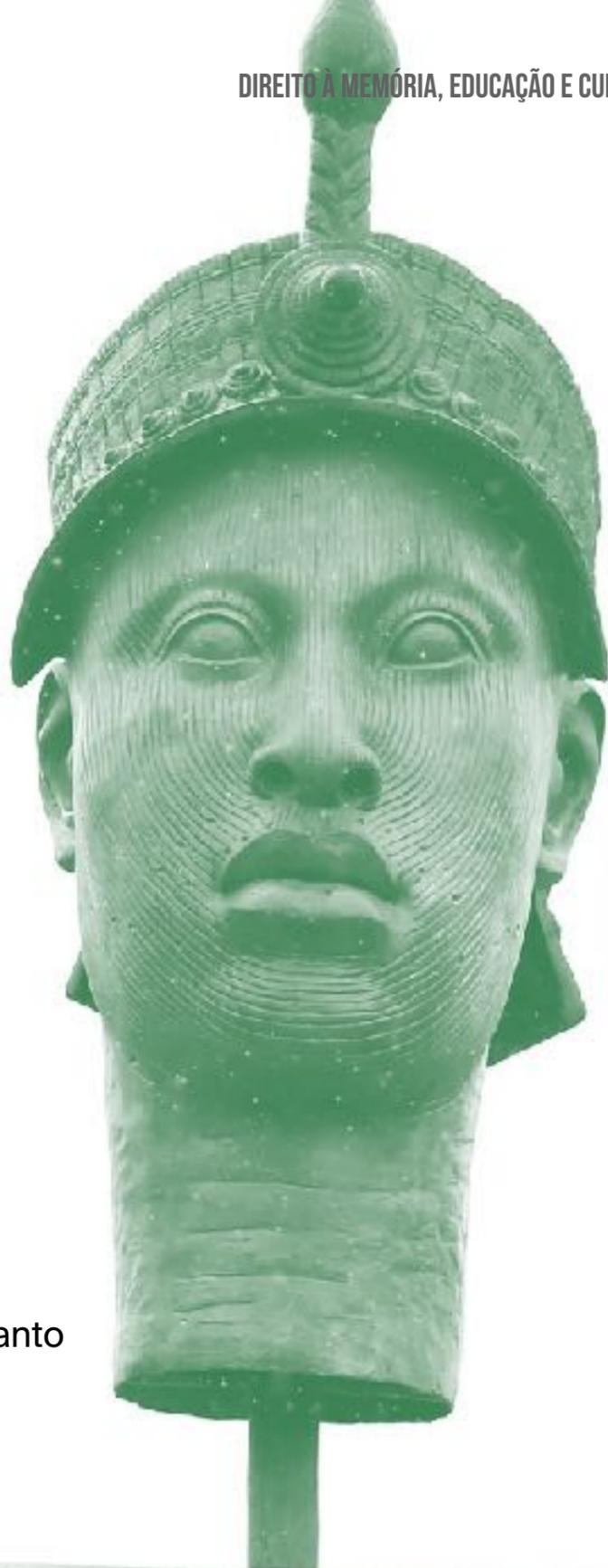


Maracatu Encanto do Pina

Mestre Joana é uma referência na cultura popular brasileira, sendo a primeira mulher mestra em um maracatu nação como o Encanto do Pina. Também atua diretamente no empoderamento feminino em seu território, envolvendo principalmente as meninas para fazer aquilo que eram impedidas de fazer.



Clique abaixo para assistir o vídeo:



Instituto Cultural Samba Autêntico



Clique abaixo para assistir o vídeo:



“

Mas é que na verdade, quando se trabalha com memória, museologia, com museu, é um ato político. Extremamente político e militante. Então eu devo, a partir do momento que eu conheço uma história seja ela a história da criação da favela, da criação de determinada favela, a história de regiões de quilombolas, ou de ribeirinhos, ou indígenas, eu vou ter uma outra identificação com isso, eu vou ressignificar, esse espaço, essa história, esse território, enfim, vou ressignificar esse espaço, essa história, esse território, enfim, vou ressignificar isso que eu conheci, estou conhecendo.

Luis, Rio de Janeiro

”

“

Essa questão de voltar para as nossas origens, a gente acabou criando um instituto que a missão é desenvolvimento local, cultural e humano através da arte. A gente encontra o galpão na Cidade Tiradentes e começa a trabalhar essa coisa de desenvolvimento local lá e aí os projetos vão surgindo da necessidade local, mas sempre a ação era artística e cultural.

Adriano, São Paulo

”

Os espaços de cultura como os espaços de formação política

“

A política que a gente quer formar é de igual para igual, de ter liberdade e, principalmente a liberdade de expressão, que é o que a gente está temendo ser calado hoje.

Adelaide, Recife

”

“

A teoria de mudança não é teoria, é a prática, começa por aí o que a gente tá fazendo. Não tem teoria, é prática. É fazer o côco, é pegar o microfone da rádio e soltar a voz, é botar a nossa música, é fazer um estúdio pras pessoas entrarem e não ficarem refém dessa produção fonográfica completamente excludente. Que às vezes o mestre nasce, morre de velho como meu pai pombo roxo e outros, outros mestres e não gravam disco, é uma coisa tão elementar. Enfim, é a prática. O que a gente tá precisando, mesmo, é de menos teoria e mais prática das pessoas pra mudar o território e mudar o país e mudando sua vida a partir da sua prática, a partir das práticas concretas das pessoas.

Beth, Recife

”

Os espaços culturais são espaços de convivência, de oportunidade, de aprendizado e formação livre, de construção de identidade, de subjetividade e de pertencimento. São **laboratórios de liberdade de expressão**, de prática e de construção de incidência política.

“

O kalango estava recitando uma poesia que fazia alusão à polícia. Não falava, mas fazia alusão. No caso, o nome da poesia é “Tudo que começa com P não presta”, alguma coisa assim. Então ele falava, falava, e você ficava na expectativa que ele ia falar polícia, mas ele não fala, então fazia alusão à polícia. E os policiais ouviram isso, ele estava falando no microfone, e tiraram ele, revistaram ele, bateram nele, quebraram o instrumento dele de trabalho, que ele trabalha no buzão, e o organizador não fez nada, sabe, viu lá a repressão na frente dele e não fez nada, disse que era trabalho de polícia, e bora continuar o movimento e deixa isso.

Adelaide, Recife

”

“

O Manifesto Hip Hop era tipo um processo de mobilização de ir para a rua fazer uma atividade cultural, mas não só cantar rap, mas mobilizar as pessoas para a discussão política do movimento hip hop, que era tipo engajar. Esse é o grande diferencial do hip hop de Minas, que não ficava só na lógica dos quatro elementos do hip hop, da dança, do grafite, do DJ, do break, mas que trazia elementos fortes na discussão política de empoderamento negro, de participação do movimento negro dentro das discussões políticas do município. Então, pensamos até nessa questão... na época a gente criou o Fórum de Juventude.

Russo, Belo Horizonte

”



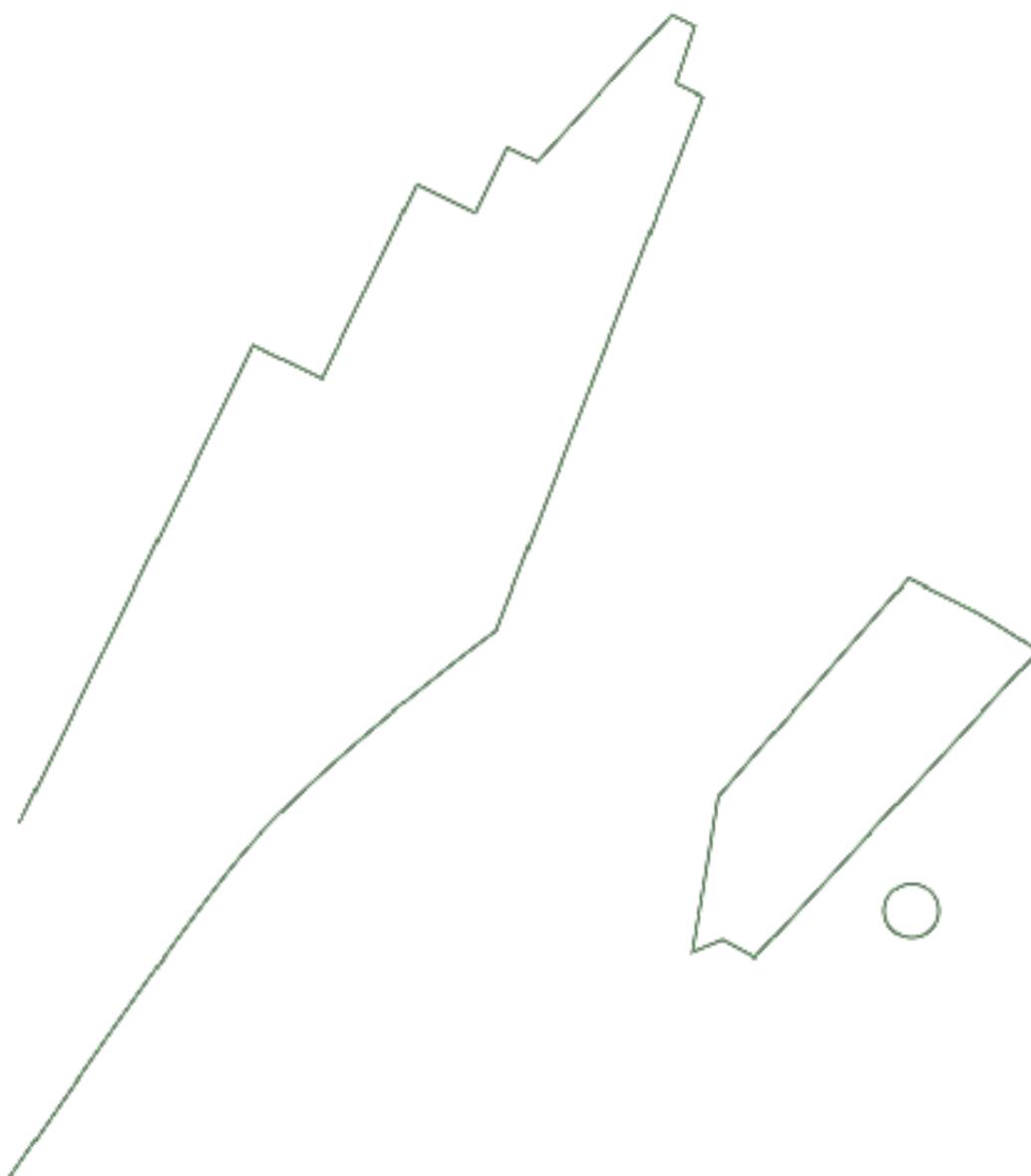
**PENSAR A CIDADE,
DISCUTIR ESSA
CIDADE, DISCUTIR
ESPAÇOS
PARTICIPATIVOS,
DISCUTIR ORÇAMENTO,
PELA PERSPECTIVA DO
SAMBA**

“

Pensar a cidade, discutir essa cidade, discutir espaços participativos, discutir orçamento, pela perspectiva do samba que ainda é marginalizado por uma parte significativa da elite paulista ou brasileira.

Tadeu, São Paulo

”





Slam das Minas

A poeta Patrícia Naia é paulistana, mas mora no Recife, onde cursa Letras na Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). Ex-estudante de escola particular, foi nesse ambiente em que ela percebeu aos 13 anos que fazia parte de uma minoria – e que isso era algo não estava certo. “Aí, eu comecei a escrever”, recorda-se. E essas escritas ganharam cadernos, foram parar no computador e de lá para um blog.

“Entrou uma parada na minha cabeça de tipo fazer uma literatura voltada para as mulheres, e cada vez mais propiciar espaço onde as mulheres pudessem conhecer a literatura e compartilhar o que elas escreviam”, lembra ela que, em agosto de 2017, se juntou a uma amiga para fazer uma versão pernambucana do Slam das Minas, que acontece em São Paulo.

A primeira competição de poesias no Recife, protagonizada apenas por mulheres, superou as expectativas: mais de 300 compareceram ao centro da cidade. O desafio agora é estar onde essas meninas moram, nas periferias, para fazer poesia e buscar uma transformação efetiva. Os versos são sua ferramenta política. “Falta um grito que fica entalado que a gente não tem espaço para falar”, completa.

**“TUDO QUE EU FALO NA
POESIA, PODERIA FALAR
NA CÂMARA OU NO
SENADO” -
PATRICIA NAIA, SLAM DAS MINAS
(RECIFE)**

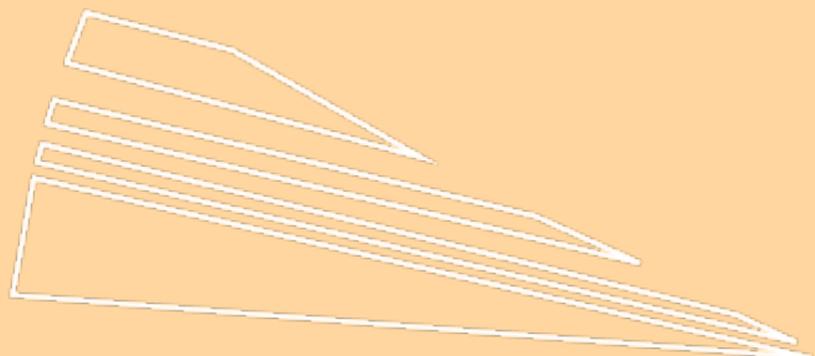


Recital Boca no Trombone

Adelaide Santos, de 20 anos, está na rua pra mudar. E foi trazida para a rua pelos ecos da poesia.

Depois de quatro anos participando de aulas de artes cênicas e dança afro, ela se apaixonou pelos versos por meio de amigos poetas. Junto ao rap, que também já conhecia, ela começa a relacionar a poesia marginal à sua própria realidade: os problemas dentro de casa, na favela, os amigos que foram presos, outros que foram assassinados.

Adelaide tinha necessidade de falar. E por isso, começou a frequentar o Recital Boca no Trombone, um sarau que acontece semanalmente em uma praça na Água Fria, zona Norte do Recife, e que ela já conhecia mas começou a fazer parte ativamente desde o ano passado. “Foi quando eu comecei a ligar para esse tal de genocídio da população negra e que eu tinha que fazer alguma coisa”, diz ela, que hoje usa a poesia como ferramenta de luta e expressão para intervir a realidade.



Do caderno policial ao caderno de cultura

“

o desafio é você fazer com que a cultura seja protagonista porque num lugar onde não tem a cultura como protagonista, quem vai ser protagonista é a violência (...) O desafio é a gente ter brinquedos e cultura que possam estar na rua porque a rua tem cultura. Ele nasce no terreiro mas se materializa na rua. E é no território que você vai ter que trabalhar essas coisas.

ONDE NÃO TEM A CULTURA COMO PROTAGONISTA, QUEM VAI SER PROTAGONISTA É A VIOLÊNCIA

”

Beth, Recife

“

*um policial de lá começou a intervir a gente dizendo que não queria mais, que iria morganar de revólver, várias coisas aconteceram. Mas a gente sempre tenta resistir. A gente foi lá conversar com eles e eles entenderam, agora está um rolê calmo, toda terça a gente está lá resistindo, inclusive agora está colando muita gente. **o rolê pesado é esse, é a criminalização do movimento mesmo.***

Adelaide, Recife

”

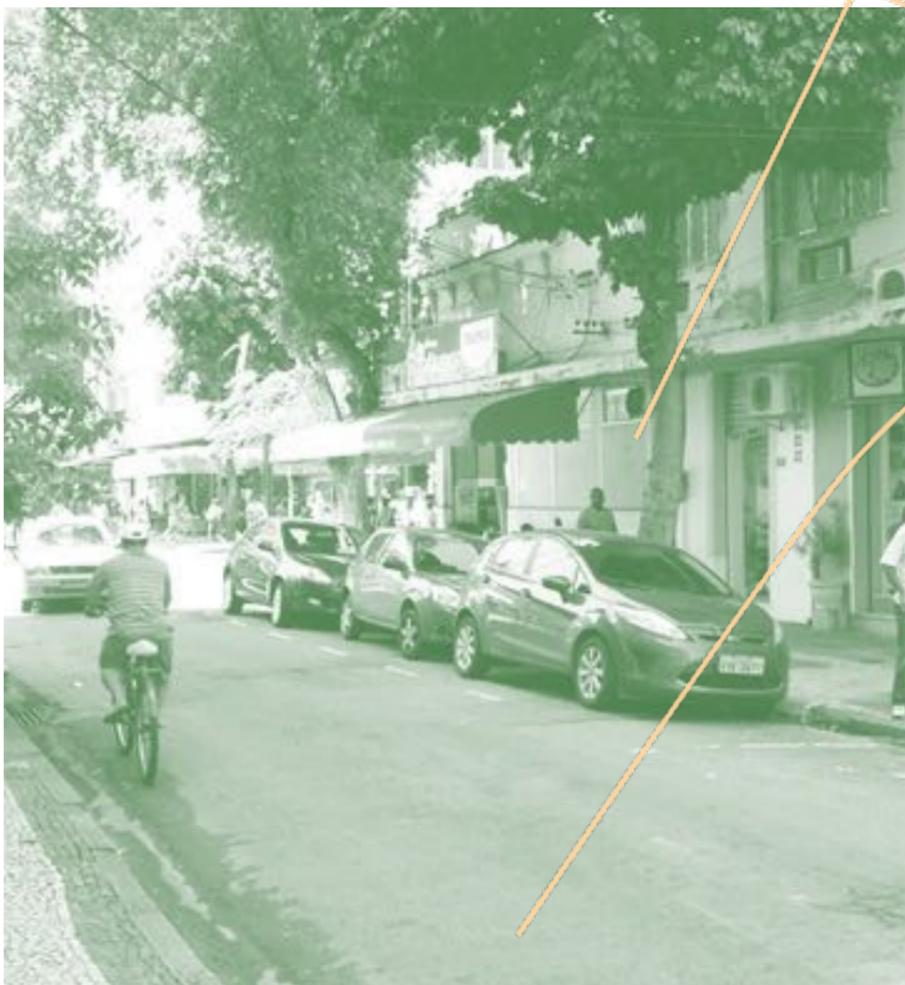
A cultura e sua capacidade de elaboração e difusão de ideias, narrativas e ressignificação de espaços, corpos e expressões, dá a possibilidade de ocupar esses espaços onde a imaginação política está sempre por um fio. As manifestações culturais periféricas, muitas vezes ocupando os espaços públicos, criam códigos e reacendem a memória e o pertencimento.

“

Como a minha criação sempre foi dentro do terreiro, no terreiro de candomblé, eu acredito que a gente tem uma educação diferenciada, de olhar mais além. Então, através disso eu sempre estive envolvido em movimentos, em reunir as meninas para a gente sempre fazer algo de que nos impediam de fazer. E aí eu fui crescendo, minha bisavó faleceu, a fundadora, e meu pai assumiu o Maracatu Encanto do Pina, e aí junto com ele fui mais a fundo assim, mas presente na organização, na coordenação, e foi quando eu me dei conta no quanto o nosso espaço era limitado enquanto mulher, nosso espaço é limitado, porque dentro da Maracatu não existe a mulher que toca. Você vê, eu nascida e criada dentro desse contexto, nunca me dei conta que eu não poderia tocar o baque do Maracatu.

Joana, Recife

”



“

Na época, esse espaço aqui ocupava no imaginário da comunidade, um lugar muito negativo, porque era um local de desova de cadáver, de prostituição infantil, tinham pontos de vendas de drogas, por exemplo, aqui ninguém queria... Às vezes evitava passar na frente desse espaço, e assim, quando a gente decidiu ocupar, muita gente alertou de não fazer isso porque era perigoso, mas na época todo mundo era muito jovem, tinha vontade de fazer as coisas, então era também muito corajoso. No começo a gente teve que com muito jogo de cintura, aprender a conviver com as pessoas que conviviam aqui que eram marginalizadas e começamos a fazer os eventos, semana de cultura, era uma semana inteira de evento de música, teatro, exibição de audio-visual, debates, recitais de poesia. O evento começou a ganhar uma proporção, a gente começou a se articular com outros bairros, o pessoal do alto falante, começou a se articular com esse pessoal e começou a ganhar uma visibilidade. E aí, Peixinhos, que só antes habitava as páginas policiais dos cadernos de imprensa, começou a sair nos cadernos de cultura.

Daniel, Recife

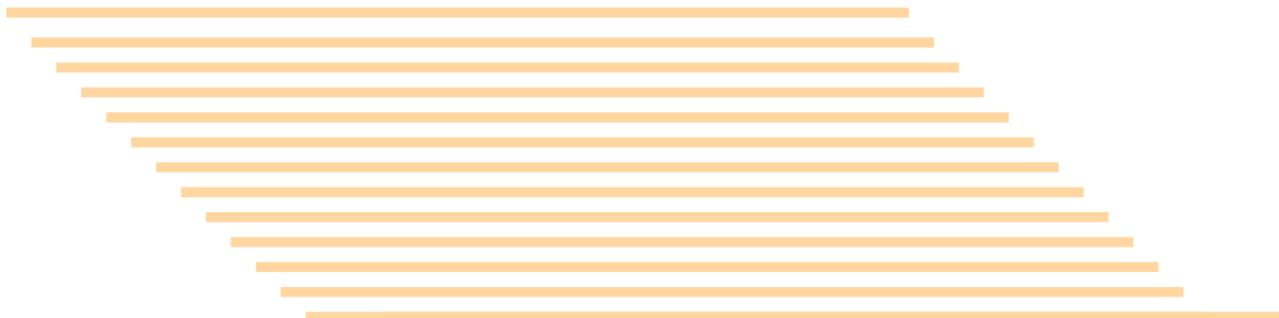
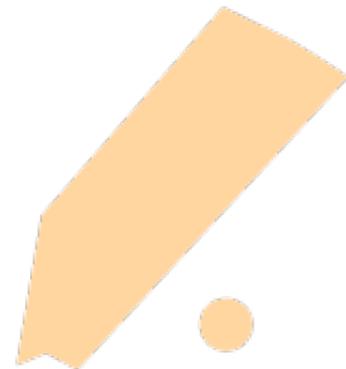
”

“

Fazer teatro para a gente era contar as histórias verdadeiras daquelas pessoas daqueles territórios, assim. Era uma forma de aproximar as pessoas da arte, então ali eu já estava fazendo política. **Eu não sabia, eu achava que eu estava fazendo só arte, mas ali eu já estava fazendo política.**

Veruska, Rio de Janeiro

”



O Direito na Diversidade

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Em 2016, foram 127, uma pessoa trans a cada 3 dias. A expectativa de vida é de 35 anos para aqueles de cor branca, e 26 anos de cor negra, menos da metade da média nacional, que é de 75 anos. Além da violação do direito à existência, vemos que o direito à educação perpetua a condição de exclusão dessas pessoas.

“

“Eu demorei para entender que 91% das mulheres travestis de Belo Horizonte não concluíram o segundo grau. Então, como é que eu monto um pré-vestibular sendo que 91% não tem segundo grau?”

Duda, Belo Horizonte

”

Sem educação se acessa punição, e não direitos

A desigualdade no direito à educação é revelado no acesso ao sistema judiciário. As pessoas que menos acessam os direitos na sociedade têm uma educação deficitária, ou muitas vezes ausente, o que gera a falta de entendimento do sistema judiciário. Mães têm seus filhos presos e não têm assessoria legal e jurídica, e o ciclo de desigualdade se mantém. O sistema judiciário é acessado apenas para punir e quase nunca para proteger.

“

Pessoas com condenações malucas, simplesmente porque não tiveram defesa nenhuma, a maioria dos familiares sem entender direito o que estava acontecendo nos processos dos seus filhos, maridos, que seja, irmãos, e ninguém dava conta muito de explicar. Na universidade os estudantes de Direito não são formados para traduzir o Direito em uma linguagem em que as pessoas entendam

Nana, Belo Horizonte

”

Segundo pesquisa do Gemma, os Tribunais Superiores são compostos majoritariamente por brancos (89,9%), havendo baixos percentuais de pretos (1,3%) e pardos (7,6%). Sendo assim, a Justiça opera pela perspectiva não apenas de classe, mas também de raça.

O racismo estrutural e a lei

A lei 10.639/03 existe há 15 anos, é obrigatória, e colabora para a construção e resgate da identidade. O número de pessoas que se auto afirmam negras tem aumentado e a luta pela memória é um possível resultado desse processo, que ainda tem muito o que desenvolver. Muitos professores ainda se recusam a falar de África nas escolas, colaborando para o racismo institucional. Temos também a [lei 11645 de 2008](#), que endossa a 10639 e inclui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos povos indígenas.

Art. 1.º A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

["Art. 26-A.](#) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1.º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2.º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

“

Essa educação que a gente precisa é não omitir a sua raiz. Tem a lei 10.639/03. Educação na escola mesmo é o que a gente não tem, é totalmente defasada, tudo é defasado.

Joana, Recife

”



Movimentos

O Movimentos surge em 2016, na zona norte do Rio, e hoje reúne jovens em diferentes periferias do país interessados em discutir a política de drogas na perspectiva de quem vive a "guerra às drogas".



Clique abaixo para assistir o vídeo:



A interseccionalidade é um conceito sociológico que estuda as interações nas vidas dos que estão na ponta das desigualdades, entre diversas estruturas de poder. A interseccionalidade é a consequência de diferentes formas de discriminação. No Brasil é a perspectiva de intersecção entre classe, gênero e cor.

“

Porque até então eu estava falando sobre o que é ser da periferia, parece que a consciência de classe e território para mim ela veio muito antes da de gênero e raça. Eu me descobri negra muito tarde, eu sempre me entendi como mulher, mas assim, quais são os desafios e problemática de ser uma mulher negra da periferia? Acho que isso eu nunca tinha verbalizado até então.

Jessica, São Paulo

”

“

Me levaram para uma festa negra em Olinda, que era uma festa promovida todo ano pelo movimento negro que chamava Noite do Cafuné. E aí eu vivenciei pela primeira vez me reconhecer negra de uma forma valorizativa, positiva. Foi a primeira vez na minha vida né, porque as pessoas negras normalmente se descobrem como negras a partir da dor, a partir da violência, a partir da discriminação e tal. Eu já me reconhecia negra nessas condições, mas naquela noite foi a primeira vez que esse reconhecimento pra mim teve uma coisa de beleza, de positividade e tal. A partir dessa noite eu me envolvi no afoxé, então eu comecei a militância negra não por uma organização política propriamente dita, mas pelo afoxé, e aí no afoxé, por exemplo, eu tive influência direta porque quando eu me aproximei do Alafin Oyó era uma direção de mulheres, era a primeira e provavelmente a única direção de mulheres que o Alafin teve.

Thaís, Recife

”

Prouni e a chegada nas universidades

O Prouni, o Fies e as cotas raciais foram programas públicos bastante citados como processo de desenvolvimento de educação dos territórios periféricos.

O Prouni é o Programa Universidade para Todos, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. O Fies, o Fundo de Financiamento Estudantil, possibilita ao bolsista parcial financiar parte da mensalidade não coberta pela bolsa do Prouni.

Muitos dos entrevistados até 30 anos conseguiram fazer faculdade através do Prouni, enquanto os acima de 30 falam do esforço desproporcional de terem pago cursos privados. **A maioria dos fazedores, independente da idade, relata serem os primeiros da família a conseguirem se formar.**

O Prouni é o Programa Universidade para Todos, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. O Fies, o Fundo de Financiamento Estudantil, possibilita ao bolsista parcial financiar parte da mensalidade não coberta pela bolsa do Prouni.

“

Quem conseguiu um Prouni? Ciência sem fronteira, sair do país, buscar intercâmbio, buscar outros conhecimentos, levar conhecimento também, quem conseguiu Minha Casa Minha Vida, quem conseguiu comprar seu carrinho usado porque teve uma queda no IPI, quem conseguiu entrar na universidade conseguiu, mano, quem não conseguiu já era, vai levar talvez mais 50 anos para a gente conseguir organizar e estabelecer uma ordem em que a gente de fato possa ter pelo menos uma farpinha do que a gente mesmo conseguiu construir, está ligado?

Tadeu, São Paulo

”

“

Nós tivemos uma travesti e indígena, ex-pessoa em situação de rua, com histórico no crack, eletrochoque, internações, e tudo mais, e ela passou em ciências biológicas na UFMG, a primeira aprovação na UFMG de uma travesti indígena.

Duda, Belo Horizonte

”

“

Do lado da minha mãe eu fui o primeiro neto da minha avó que se formou na universidade e da família do meu pai também.

João, Belo Horizonte

”

“

Com 17 anos, eu trabalhava oito horas por dia, era horário integral, carteira assinada, só que estava difícil conciliar isso com a faculdade, porque os horários não batiam. Só que eu não tinha outra escolha, porque eu tinha que pagar metade da faculdade. E aí foi o momento que eu conheci pessoas no meio do meu ciclo que me apresentaram o financiamento, Prouni. E a minha irmã conseguiu antes de mim e aí mais uma bomba na minha vida, porque minha irmã sendo Prouni, eu não poderia ser Prouni e ela já estava no final do curso, eu tinha que esperar ela terminar para poder continuar o meu curso. Então, continuei trabalhando, o primeiro e o segundo semestre foram totalmente trabalhando até que eu consegui o financiamento do Fies, que também não é lá grande coisa, mas vendo naquela situação era a única forma de estudar. Ou eu estudava daquela forma ou eu não estudava. E aí eu consegui o financiamento do Fies e fui estudar.

Natalie, Belo Horizonte

”



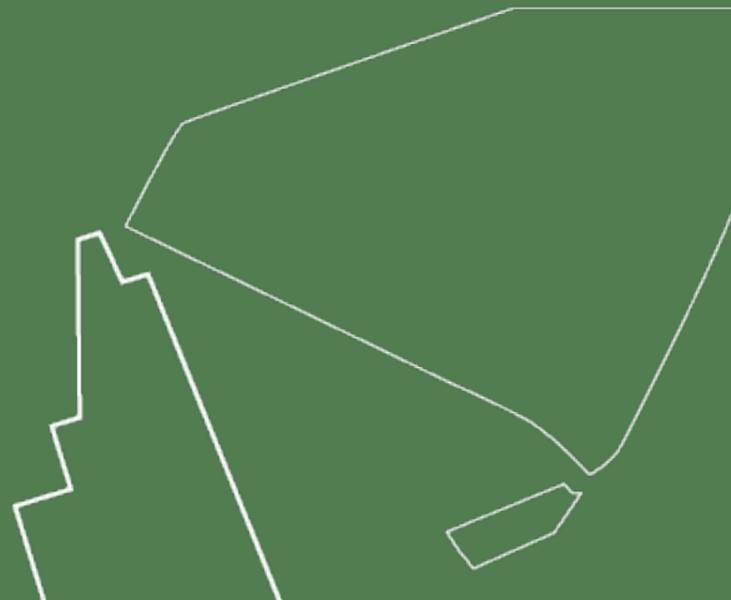
Cursinho Transformação

Pense rápido: onde está a população trans?

Diante da ausência de pessoas transgêneras, travestis e não binárias nos bancos das universidades, um grupo originalmente da PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) se reuniu para dar aulas e preparar uma população historicamente marginalizada para ocupar a academia e outros espaços. Entre idas e vindas, conseguiram parcerias com o Centro de Referência da Diversidade da Prefeitura de São Paulo para pagar a passagem, e com a ONG Ação Educativa, onde de segunda a quinta realizam aulas noturnas e ações culturais com esse público.

Para além da formação, hoje o Cursinho Popular Transformação constitui uma rede de solidariedade, com apoio a coletivos LGBTI+ das periferias da cidade e indivíduos em busca de moradia após serem expulsos de casa pela família.

Para Francisco Aldiney, ao menos por enquanto o Estado não dá expectativas de garantir os direitos plenos das pessoas trans, mas as iniciativas da sociedade civil têm a capacidade de provocar rupturas.



A entrada da diversidade no mercado de trabalho

O corpo político quando ocupa espaços no mercado, altera o mercado. Quando ocupa a política, altera a política. O corpo altera o espaço.

Há uma política do corpo, pois é ele que nos define como indivíduo e numa sociedade desigual como a brasileira, o corpo que você tem, define quem você é e até que ponto pode-se participar da política. A ocupação e a presença de corpos oprimidos nos espaços públicos de poder, altera a dinâmica do fazer político. As mulheres, negros e negras, LGBTI+, indígenas e pessoas de baixa renda vivenciam a sociedade de maneira diferente e quando fazem política, conscientes de seu papel, agregam outras perspectivas e necessidades para leis e políticas públicas.

“

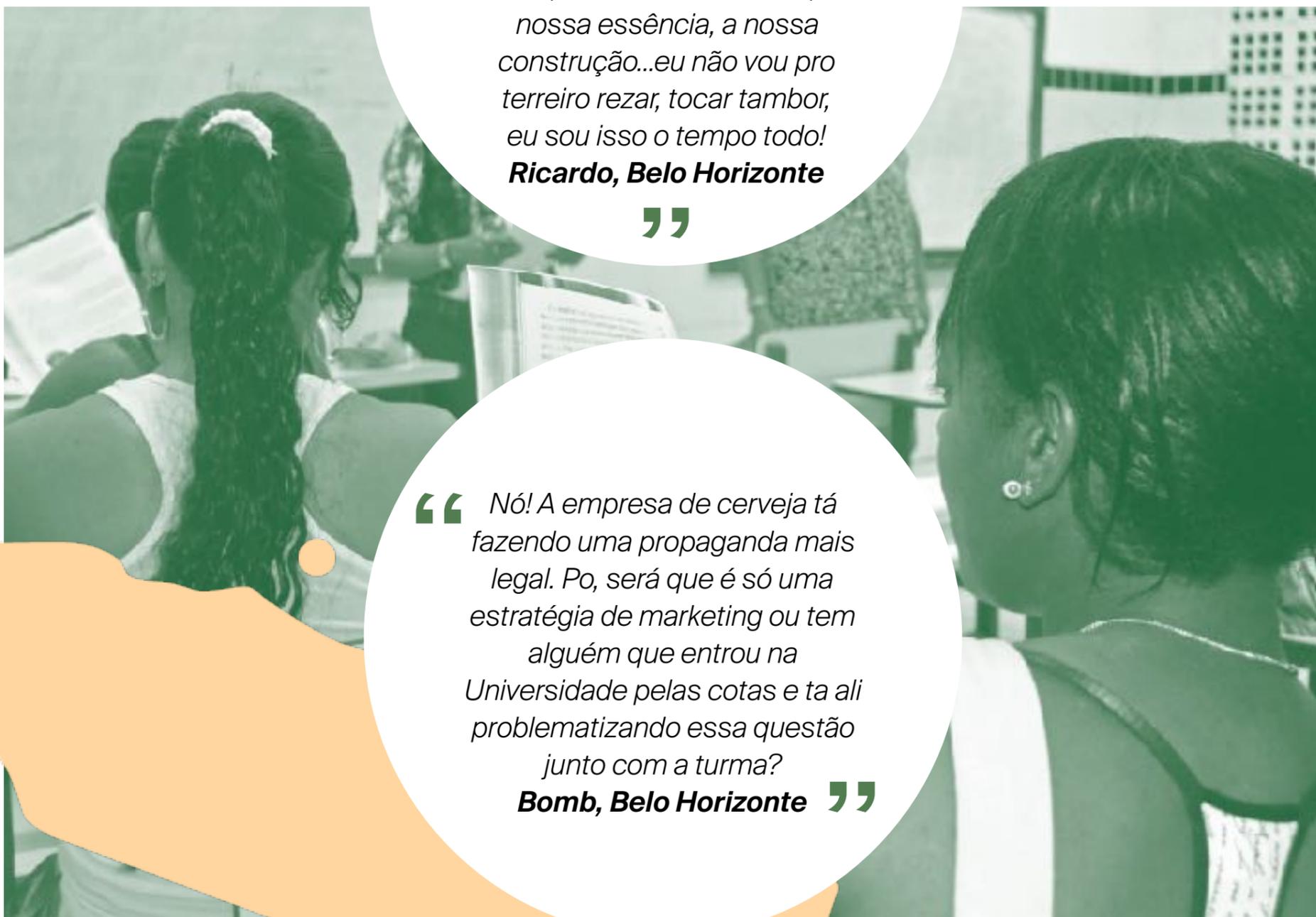
Nós somos isso o tempo todo, a nossa diversidade, a nossa essência, a nossa construção...eu não vou pro terreiro rezar, tocar tambor, eu sou isso o tempo todo!

Ricardo, Belo Horizonte

”

“ *Nó! A empresa de cerveja tá fazendo uma propaganda mais legal. Po, será que é só uma estratégia de marketing ou tem alguém que entrou na Universidade pelas cotas e ta ali problematizando essa questão junto com a turma?*

Bomb, Belo Horizonte ”



Lá Da Favelinha

O Centro Cultural Lá da Favelinha é um espaço independente do Aglomerado da Serra, que busca difundir a leitura e as artes, por meio da Cultura Hip Hop!



Clique abaixo para assistir o vídeo:



Bonobando

O Bonobando é do Rio de Janeiro e se auto-intitula como uma “bando de artistas”.



Clique abaixo para assistir o vídeo:



O laboratório América Latina

A América Latina não é um território integrado no processo de ação da maioria das iniciativas periféricas do Brasil. Mesmo assim, o continente de lutas similares desperta o imaginário do território conectado pelas pautas e pelos “tecedores”, e principalmente pelas mulheres.

“

Essa força das mulheres, principalmente das mulheres negras que são o alicerce de todo o nosso país, para não falar assim mundial. Pelo que eu venho pesquisando na América Latina como um todo, com certeza o comando vital predomina, por mais que ele às vezes vai ter uma conceituação diferente, que vai permear pela ideia da Pachamama ou então pela ideia do Bem Viver, ou então por outras perspectivas que estão relacionadas a natureza, a terra, ao cuidado e a proteção.

Álvaro, Belo Horizonte

”

“É O SUL, NOSSO NORTE É O SUL.”
HELEN, BRASÍLIA

“AMÉRICA LATINA? EU ACHO QUE EU SÓ CONSIGO PENSAR NA FRASE: VAI SER TODA FEMINISTA.”
VANESSA, BELO HORIZONTE

“REVOLUÇÃO VAI SER DA AMÉRICA LATINA, COM CERTEZA”,
DUDA, BELO HORIZONTE

4.

DIREITO

À

ECONOMIA

E AO

100% FAVÉLA

BEM VIVER

Os laboratórios de direito à economia

e ao bem viver são pautados nas pessoas e no desenvolvimento comunitário para a gestão de recursos públicos e privados. Funcionam como alternativas práticas para a redução das desigualdades.

EMPREENDEDORISMO COMO ATO POLÍTICO COMO GUERRILHA COMO SOBREVIVÊNCIA

#ACESSAR
#DISTRIBUIR
#GERIR

O autoemprego é um meio de sobrevivência, resistência e um catalisador da economia nas periferias. Esse "empreendedorismo de sobrevivência" é uma alternativa de atividade econômica à ausência do emprego formal, seja por pouca formação educacional, rejeição no mercado ou crises econômicas que atingem primeiro os assalariados de base. Não se trata de um "empreendedorismo formal", de oportunidade de mercado, o qual se encontra uma brecha para atuar, mas sim, a necessidade de trabalho e renda urgentes. Moradores das periferias, principalmente moradores de áreas periféricas ocupadas, muitas vezes não possuem comprovante de residência e, por consequência, não existem no sistema, impedindo essa formalização, tornando-os mais uma vez ilegais e invisíveis ao mercado de trabalho. **Empreender nas periferias é um ato político.**

“

Esse corre da minha mãe pra poder me sustentar e tudo e fazer as coisas lá. Ela sempre foi muito arrimo de família, era a filha mais velha e tal. E sempre tinha essa coisa assim de, eu não sabia que o nome disso era empreendedorismo e nem sabia que, por exemplo, isso tinha um caráter político, porque empreender na favela e na periferia é um ato de resistência. Porque nem legalmente as pessoas não podem ter negócios dentro da favela e periferia.”

João, Belo Horizonte

”



Tradução de linguagem e desenvolvimento compartilhado

Os códigos de linguagem produzidos e utilizados por grupos que detêm e acessam os recursos são fatores de exclusão econômica. Existe uma diferença entre as linguagens exigidas pelos editais, mercado de trabalho, meios jurídicos e a linguagem menos burocratizada e usual dos grupos periféricos. Decodificar a linguagem e traduzir processos é um dos desafios na busca por acesso a recursos.

“

Eu não vou chegar lá no buraco quente, no terreiro do Ricardo, e falar pras véinha uma análise de conjuntura, não é isto! Eu tenho que chegar pra ela e falar, “Ó tia! É o seguinte, eles vão tirar a pensão da senhora, se o seu marido morrer, a senhora vai ter que ficar só com um salário, porque o outro, o governo vai levar embora.” Aí ela vai entender o que o governo está fazendo com ela...Você tem que facilitar.

Celinha, Belo Horizonte

”

A necessidade de atuação em coletivo e em bloco vem da vivência dos fazedores e das bases organizacionais desses territórios, onde a laje das casas é levantada nos finais de semana por todos os vizinhos, onde as crianças crescem juntas nas ruas. A colaboração pelo comum e o crescimento compartilhado fazem parte daqueles que se propõem a criar políticas públicas.





A gente estava brincando, comparando coworking, e falamos assim: ah, coworking de favela na verdade é o nosso puxadinho, porque você vai ver uma igreja dividindo o mesmo espaço, você vai subir em cima é um boteco, o boteco embaixo, aí do lado é o cara do açaí, e aí o cara vai no boteco, vai no açaí e vai na igreja, então está tudo ali compartilhado, a gente está brincando disso. E também muito com a necessidade de ter um espaço para desaguar tudo o que todo mundo já fazia, então tinha gente de vários coletivos ou projetos ligados à comunicação, mídia, tecnologia, entretenimento, cultura, que precisava de um espaço, e a gente pensava muito nesse espaço ser a favela. Mas assim, tem vários espaços de ONGs e tudo mais, mas tinha uma necessidade também de ter um espaço autônomo, e também que gerasse renda, falar afinal de money, de dinheiro.

Thamyra, Rio de Janeiro ”

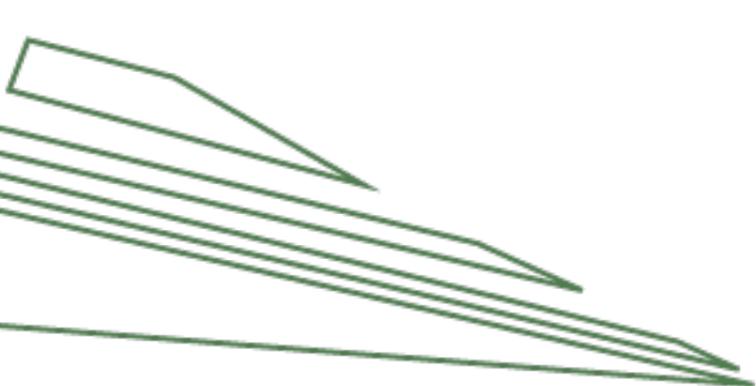
Ampliar o diálogo dos fazedores nos territórios e, através de intercâmbios, potencializa a transformação e acelera a diminuição das desigualdades.

“ A maneira mais efetiva é se tivesse um centro de mídia em cada território, em cada distrito de São Paulo. Um espaço extremamente dedicado à informação. Eu acho que isso sim, a gente estaria indo no calcanhar de Aquiles de quem detém o poder privado, o poder público, porque a informação está aí, e pegando a minha história, por exemplo, eu não sabia o que era um Prouni quando eu saí da escola pública. Só fui descobrir essa política pública cinco anos depois. **Esse acesso à informação é o que vai definir o que você vai ser no futuro, é o que vai fazer com que a gente pegue essa desigualdade social aí de uma forma mais brutal, para a gente quebrar essa estrutura.** ”

Ronaldo, São Paulo

“ A gente está abrindo o código dentro da favela para a galera de favela, tendo a periferia como centro, colocando os jovens de favela que já sabem sobre isso, de alguma forma tem alguma projeção, ou tem um caminho de aprendizado para também estar trocando. Porque eu acho que o espelho é o que mais ensina.”

Thamyra, Rio de Janeiro ”



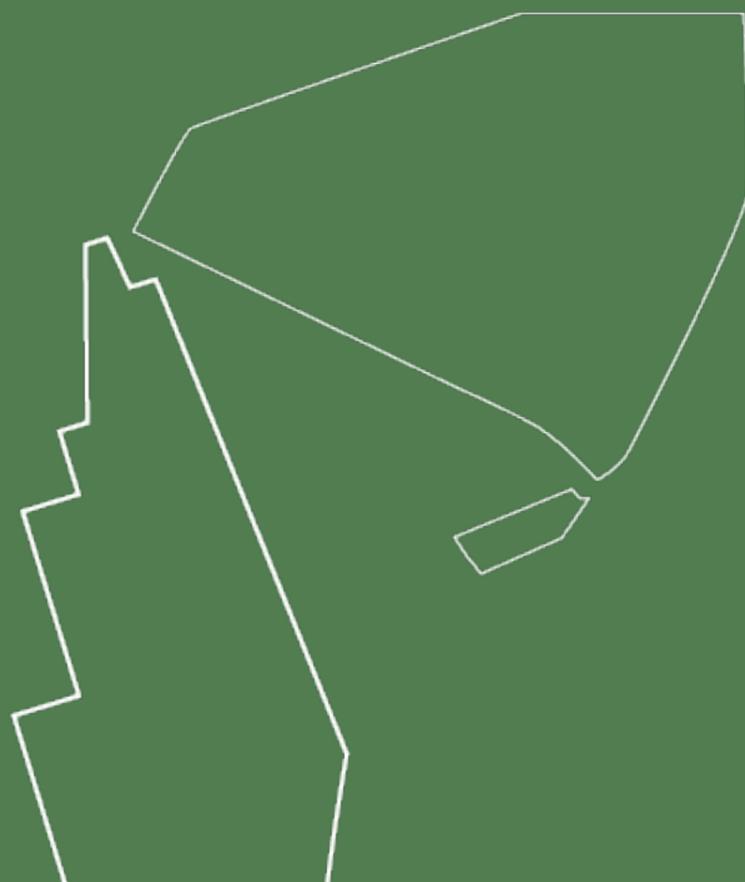


Desenrola e Não Me Enrola

A primeira vez que Ronaldo Matos tomou uma atitude para transformar sua realidade foi quando entendeu que a informação tem o poder de fazer com que as pessoas mudem seu modo de vida. Isso aconteceu quando ainda era criança, mas bateu forte mesmo quando Ronaldo já era adulto e trabalhava no setor corporativo.

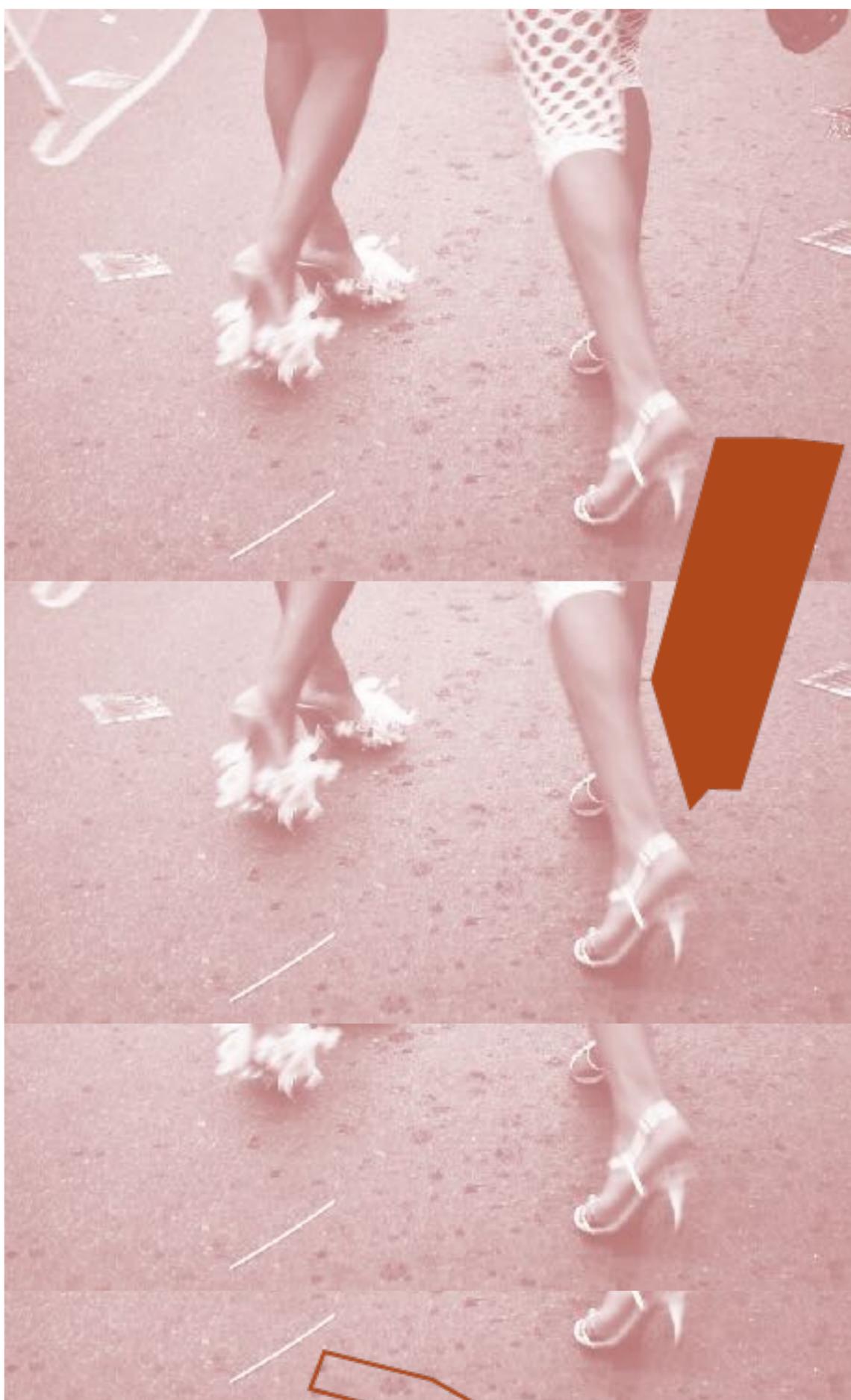
A inquietação foi o impulso para criar o Desenrola e Não Me Enrola, um coletivo de comunicação do Jardim Ângela (SP) que tem o objetivo de retratar os fatos socioculturais das periferias de São Paulo. Além da produção de conteúdo, o coletivo também realiza o “Você Repórter da Periferia”, projeto de educomunicação para jovens; o “Congresso de Escritores da Periferia de São Paulo”, que visa destacar a literatura periférica e seus escritores; e, desde 2017, gerencia o “Centro de Mídia e Comunicação Popular M’Boi Mirim”, um espaço aberto à comunidade que abriga um escritório colaborativo, estúdio multimídia de fotografia e vídeo, auditório para palestras e workshops e a redação do portal.

O coletivo faz política, mas principalmente faz o meio de campo para quem busca informação para atuar politicamente também. “Para mim, a principal característica de quem faz política hoje são pessoas que estão abertas ao encontro, a entender outras narrativas, outros contextos, adquirir novos conhecimentos”, completa Ronaldo.



Intercâmbio

As trocas entre os territórios periféricos e os não periféricos são fundamentais para a criação de repertório e estratégias para o acesso aos direitos. O intercâmbio possibilita a vivência daquilo que não é “natural” e “comum” no dia a dia, e que, mesmo sendo direito constitucional, fica restrito a grupos menores e ganha status de privilégios ao se comparar os diferentes níveis de acesso.



“

Eu descobri que a minha avó tinha diabetes e que boa parte dos meus amigos também tinham diabetes e que a questão alimentar era fundamental para a resolução destes problemas. A galera que tem mais grana e tem a chance de optar por melhores alimentações e a minha comunidade nem conhece isso, quando eu trago isso para discussões eles falam que é cultural, o pobre come feijão e farinha sabe, aí eu falo meu, tipo tem alguma coisa muito errada aí. Trabalhei nesse lugar durante 1 ano, pedi demissão e todas as coisas que eu via lá eu quis trazer para a minha comunidade e foi aí que surgiu o Saladorama, é uma ideia de mostrar que a alimentação de fato é direito e não é privilégio.

Hamilton, Recife

”

Bem Viver como construção de alternativas

O bem viver, remixando ideias registradas no livro “O Bem Viver”, de Alberto Acosta, é o processo de construção de alternativas de economia e subsistência humana conectada com princípios democráticos e com os Direitos da Natureza, amplamente encontrado nas civilizações andinas e indígenas das Américas. Falar de economia na periferia é falar de mudança da lógica capitalista, que esgota as forças de trabalho e não partilha dos benefícios previstos.

Os laboratórios de direito à economia e ao bem viver nessa pesquisa são iniciativas pautadas na alimentação saudável, hortas, gestão das águas urbanas, mobilidade... alternativas para a redução das desigualdades.

“

Eu acho que entra a lógica do capitalismo também a questão de que falta pra gente que está na periferia, que está nessa favela e tal, uma indicação para o consumo. A gente não consegue entender como o consumo é um ato político. Tipo cara, não é o cara que sei lá, mora no Alphaville em São Paulo, mora no Sion ou Belvedere aqui que mantém aí o negócio da Unilever girando, tá ligado? Quem mantém o negócio da Unilever é a gente cara, é a massa que compra sabe?

Um negócio é um ato político.

João, Belo Horizonte

”



Saladorama

Comida de rico X Comida de pobre. Isso existe?

Hamilton Henrique morava na Comunidade Menino de Deus, em São Gonçalo (município pobre da região metropolitana do Rio), quando teve a oportunidade de trabalhar em um bairro rico da capital onde o almoço era por conta da empresa. E ali, tinha uma alimentação completamente diferente da que tinha em casa, mais saudável.

Foi nesse momento em que ele entendeu que não fazia sentido sua família não ter acesso a esse tipo de comida e ter de enfrentar problemas de saúde, como diabetes ou hipertensão, por exemplo.

Desse questionamento e aprendizado surge a Saladorama, um negócio social que busca democratizar a alimentação saudável no Brasil como um direito, não um privilégio. Hoje, a empresa discute soluções para isso em várias cidades país afora, como Florianópolis, São Luís e no Recife.

Deixem o Onça Beber Água Limpa

Movimento de proteção da nascente do Ribeirão do Onça e mobilização para a criação de um parque para sua preservação.



Clique abaixo para assistir o vídeo:





As microrrevoluções e o comportamento

Os fazedores em seus territórios alteram os hábitos culturais daqueles que estão mais próximos através de microrrevoluções, - pequenas mudanças no dia a dia das pessoas impactam outras ao redor, criando novas referências e possibilidades comportamentais. As iniciativas integram necessidades básicas e fortalecimento da identidade e cultura do indivíduo. Andar de bicicleta, plantar uma horta, cada movimento pode se tornar uma microrrevolução.

.Um dos reflexos da convivência e criação de novos repertórios como ato político envolve a estética, o reconhecimento de poder e beleza como potencializadores da autoestima e da valorização desses corpos socialmente marginalizados.

“ As possibilidades para pessoas irem e virem pra onde quiserem amplia o pertencimento à cidade, amplia suas ocupações espaciais e territoriais, o lazer, o bem estar, a qualidade de vida. Amplia ainda a possibilidade de criar empreendimentos com a bike, e principalmente para as mulheres periféricas e na maioria negras, ampliarem suas escassas possibilidades de trabalho
Jô, São Paulo ”

“ A coisa da estética foi muito forte. Hoje ela já cortou o cabelo bem curtinho. Dona Isabel, ela até faleceu, mas antes, no processo, ela participou de todo o processo (de entender o cabelo natural), foi lindo com ela. Eu vejo o impacto quando as pessoas, quando os vizinhos tão começando a plantar também. **Isso rola muito, da galera começar a ter essa cultura.** É, a gente vê que vai disseminando as hortinhas... Troca sementes, troca de mudas.
Aline, Belo Horizonte ”

Roots Ativa

Roots Ativa nasce do encontro de amigos para promover a consciência ambiental e gerar renda entre jovens das periferias de Belo Horizonte, a partir da cultura Rastafári.

Clique abaixo para assistir o vídeo:

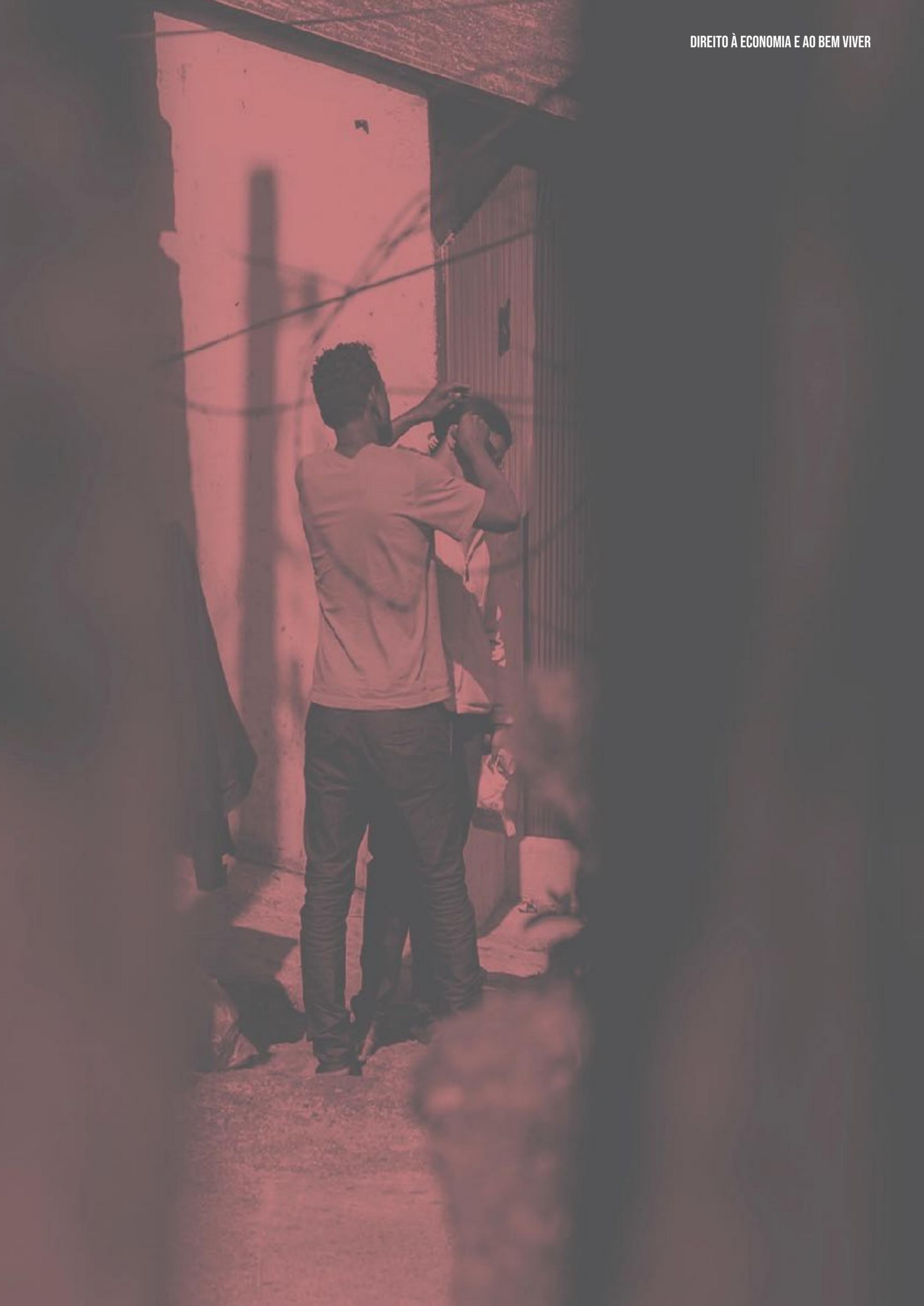


Coletivo Habitantes

Formado principalmente por mulheres negras e lésbicas, o Coletivo Habitantes promove feiras alternativas e intervenções culturais em Belo Horizonte, gerando renda a jovens artistas locais.

Clique abaixo para assistir o vídeo:





Gestão de rede como recurso

A falta de recursos financeiros é uma questão inerente ligada às desigualdades sociais que os territórios periféricos enfrentam. Mas a colaboração é um recurso valioso no desenvolvimento de projetos e soluções de problemas. O compartilhamento dos equipamentos, tecnologias, serviços e o poder da rede de contatos criam novas possibilidades de autonomia e ainda distribuem a renda no próprio território.

Casa Brota

A casa funciona no Complexo do Alemão, zona norte do Rio, e funciona como um 'coworking de favela', com espaço de trabalho de artistas, jornalistas, designers, fotógrafos e outros fazedores da favela, gerando renda e significados.

“

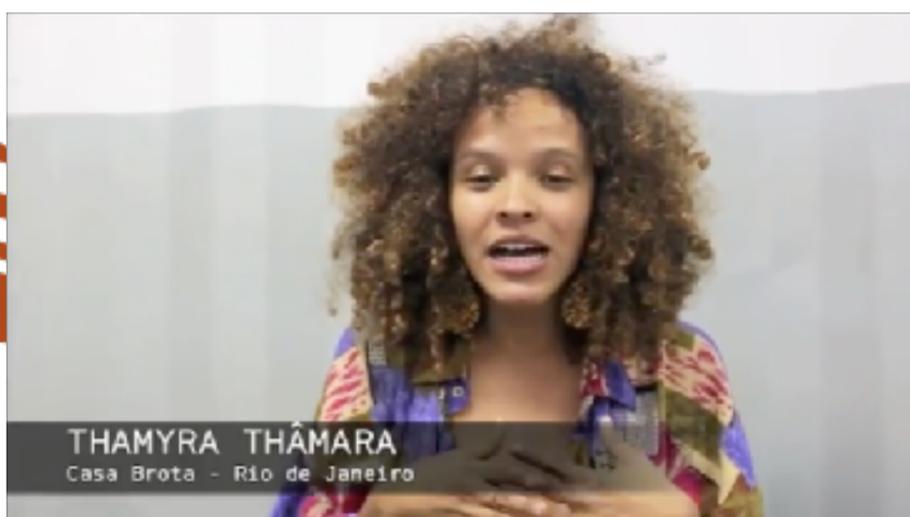
Na Casa Brota eu vejo duas coisas: o primeiro é o fato de gerar renda para todo mundo que está ali de alguma forma pensando nos projetos e, segundo, que o **impacto social pra gente que é pobre e negro é autonomia financeira.**

Thamyra, Rio de Janeiro ”

“

Infelizmente, a gente não tem como, se a gente fosse operar com uma estrutura toda, sei lá pagando por tudo vamos dizer assim, ficaria muito caro. E aí rede para a gente é essencial para entregar aquilo no qual a gente se objetiva. Com a mão na massa mesmo, são mais de 50 pessoas, de empresas diversas, diversos lugares, vão lá e se dispõem.

João, Belo Horizonte ”



Clique abaixo para assistir o vídeo:



Militância x Boletos pagos

O encontro entre as pautas de luta e a manutenção da vida é um lugar que está sempre em negociação nas prioridades coletivas e individuais. **Quando os fazedores acessam os direitos, se tornam multiplicadores de informação e militantes da causa, pautando e abrindo caminhos para aumentar o acesso do coletivo.** No entanto, a necessidade de trabalhar nessa missão entra em conflito com a necessidade particular, familiar, das contas e do dia a dia.

“

Eu ser da mídia, eu fazer a mídia é uma coisa que eu sinto como, além de um querer meu, é uma obrigação minha, porque eu tive o privilégio de estudar, de formar em cinema. E aí eu tenho que fazer por onde a mídia que eu trabalho atender o público que não teve esse privilégio, que não pode estar numa faculdade. Eu tenho que pegar a minha câmera, pegar meu trabalho e subir lá Morro do Papagaio e falar: 'Olha aqui, essa galera aqui está sendo despejada, está sendo despejada!'. E o que a prefeitura falou: 'Olha, tem aqui R\$500 para vocês pagarem um aluguel'. Quem paga aluguel com R\$500 tendo três filhos? 'Ah, então, se você não pode, tem um abrigo para você na prefeitura'. Quem quer sair de casa para ter um abrigo? Quem construiu tijolo por tijolo? **É para isso que é minha mídia, é para isso que eu quero minha mídia. Só que isso não paga as minhas contas, o que eu vou fazer?** Então, é esse o meu questionamento.

Natalie, Belo Horizonte

”

“

A gente precisa crescer mas sem morrer de trabalhar. **Hoje eu avalio que é importante que a gente amplie os financiamentos por projeto, porque tem questões que nós não vamos conseguir atuar sem esse financiamento.** A violência policial e o homicídio por parte do Estado contra jovens negros de periferia é uma pauta central e que a gente não conseguiu atuar ainda de forma contundente porque as famílias não têm recurso para nos pagar. **Fernanda, Belo Horizonte**

”

A NECESSIDADE DE TRABALHAR NESSA MISSÃO ENTRA EM CONFLITO COM A NECESSIDADE PARTICULAR, FAMILIAR, DAS CONTAS E DO DIA A DIA.



É para isso que é minha
mídia, é para isso que eu
quero minha mídia.
Só que isso não paga as
minhas contas, o que eu
vou fazer?

Formalização

A formalização das organizações para que seja possível o acesso a recursos financeiros e o próprio reconhecimento de sua existência são problemáticas levantadas. Qual a necessidade real de CNPJ, ou seja, de pessoa jurídica? E como se dá a relação de gestão compartilhada entre os órgãos governamentais e privados quanto às ações desenvolvidas?

A necessidade de formalização se apresenta de maneira diferente para indivíduos e organizações periféricas. A criação de uma MEI (Micro Empreendedor Individual) é uma possibilidade de acessar trabalhos temporários e produzir dentro do território, como também é um dos mecanismos de precarização dos direitos trabalhistas.

Segundo pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2013, com dados do IBGE/PNAD, 50% dos empreendedores são pessoas pretas/pardas, 49% brancas e 1% outros. Esses dados nos apresentam que o faturamento e serviços prestados por pessoas negras são, em sua maioria, serviços domésticos, serviços de beleza (cabelereiras, manicures), comércio de cosméticos, vestuário e alimentação, com o faturamento 50% menor que dos empreendedores brancos, que possuem escolaridade maior e acesso à informações e tecnologias.

“ A gente está se formalizando, a gente está tirando estatuto, está tirando CNPJ, tal, e tudo mais... porque para captar recurso é mais fácil. Mas a gente fazer tudo assim, tirando do nosso bolso, é difícil, é pesado, é trabalhoso, o retorno é pequeno. Porque depois de um certo momento atuando, algumas organizações começaram a procurar a gente, não foi o caminho de a gente procurar, foi o contrário, essas organizações procuraram a gente. Então a financiadora internacional entra em contato, fornece um monte de equipamento, um monte de parada, mas é uma instituição, sabe? Tem que prestar conta, tem que assinar documento, tem papelada, e aí, como é que faz se a gente não tem CNPJ, se a gente não é uma pessoa jurídica? **Não tem acesso.** **Thainã, Rio de Janeiro.** ”

“ A gente não sente (necessidade) porque eu tenho MEI, todo mundo que tem os seus coletivos têm MEI, então assim, quando é para uma instituição de fora alugar a casa, o MEI de alguém funciona. **Thamyra, Rio de Janeiro** ”



Empreende Aí

Empreender é um ato político?

Direto do Jardim São Luís, no Extremo Sul de São Paulo, Luís Henrique Coelho e Jennifer Rodrigues dão a letra: disputar e ocupar os espaços é a forma de pautar o que as populações periféricas demandam e provocar as mudanças necessárias. Por isso, eles criaram o Empreende Aí, que capacita, acompanha e busca apoios financeiros para jovens criarem os próprios negócios e, assim, gerar renda.



Fa.Vela

Inovar não é necessariamente reinventar a roda, mas fazer o que precisa ser feito com o que se tem. E isso tá no cerne do Fa.Vela, aceleradora mineira que nasceu no Morro do Papagaio (Centro-Sul de Belo Horizonte) e hoje estimula e capacita empreendedores em outras favelas de BH a partir das demandas e potências de cada território.

Porém, se a população sabe que garantir o básico já é um grande avanço, isso nem sempre é realidade na política institucional. “O sistema não é feito pra pró-atividade e pra resolução dos problemas. Se um vereador leva uma demanda hoje, vai ter que passar por tantas esferas e afins pra poder virar uma solução, que eu tenho medo do sistema me engolir e me engessar”, aponta João Souza, um dos fundadores do Fa.Vela, com a Tatiana Silva.

Por outro lado, movimentos como as Muitxs, que em 2016 conseguiu eleger duas novas vereadoras na capital mineira sem grana e com muita mobilização, ajudam a oxigenar esses espaços e a mostrar mais uma vez que as dificuldades do cotidiano já indicam os caminhos a serem seguidos. “Inovação política são candidaturas autônomas para as favelas e periferias”, aponta João.

Território como potência criativa

Ao entender o território como potência inventiva e criativa, os fazedores buscam alterar os estigmas que carregam para fomentar a permanência de moradia no mesmo local, já que existe uma grande chance de saída, seja por melhores condições de vida, mobilidade ou mudança de poder aquisitivo.

“

As mães da favela, elas tinham uma lógica de que 'você vai trabalhar, vai arrumar um emprego e tal' e tipo assim, 'vai sair daqui'. Entendeu? As mães queriam que os filhos saíssem da favela. Porque não faz sentido. Elas entendem como um lugar ruim. Hoje querendo ou não, da minha geração pra cá, e outras gerações e tudo, a gente consegue reconhecer aquilo como território rico e afins, que você pode produzir muito ali dentro, mas naquela época não.

”

João, Belo Horizonte

Reciclação

Reciclação existe desde 2013 e trabalha na construção de um ciclo autossustentável no Morro dos Prazeres, em Santa Tereza. A partir da coleta de materiais recicláveis dos moradores, o projeto vende e reinveste o dinheiro em educação ambiental.



A partir do reconhecimento como potência criativa, novas possibilidades de economia e de qualidade de vida começam a ser pensadas e geradas, diminuindo os deslocamentos pela cidade e aumentando a importância do território.

“ No mesmo mês, foi junho se eu não me engano, que teve tiroteio para caramba, sabe, tipo 60% dos dias de tiro, e tínhamos 26 medalhas em esportes: judô, tae-kwon-do. Uma menina no levantamento de peso ganhou um mundial, e um cara que não é do esporte, o cara é o segundo melhor cabeleireiro do Rio de Janeiro, e mora aqui no Complexo do Alemão. A gente vende esse negócio todo e fala, olha só, mesmo tendo tiroteio para caramba, a gente consegue gerar medalha. Por que é que vocês ao invés de investirem em tanque para cá não criam um centro esportivo focado em artes marciais, por exemplo? Pô, seria incrível, primeiro centro de artes marciais feito dentro de uma favela, totalmente de graça, com várias lutas ali. Pô, o pessoal, com tiroteio, sem ter essas paradas já faz o que faz, olha a potência aí, sabe? ”

Thainã, Rio de Janeiro

“ O nosso público são os moradores. Porque aqui dentro circula muito dinheiro, muito dinheiro, e em outras favelas também, a classe C e D consomem para caramba. Então, como a gente se torna objeto de desejo da galera que gasta muito dinheiro no baile, 100, 200 contos, e que poderia estar gastando isso no Slam? Um dia eu vou levar minha família para comer uma comida ali, e ao mesmo tempo ter um cineclubes junto com a comida, ou então um dia de brechó, vou falar de roupa sustentável, mas de forma que atraia as pessoas. Eu acho que esse é o nosso foco e nosso desafio na casa. ”

Thamyra, Rio de Janeiro

5.

DIREITO À

PARTICIPAÇÃO

POLÍTICA



“A INOVAÇÃO POLÍTICA É A SAÍDA E A PERIFERIA, A CHAVE” RAYANE, BRASÍLIA

Os laboratórios de direitos apresentados anteriormente - direito à existência, direito à educação, cultura e memória e direito à economia e ao bem viver - prototipam as políticas públicas pautadas na **gestão das urgências**.

Essas prototipagens, ações e iniciativas mostram dois lados da democracia: de um lado o atraso, onde o processo democrático já deveria ter garantido os direitos constitucionais, e que na prática ainda permanecem no papel; e do outro, a oportunidade de aceleração, pois são ações que impactam diretamente a redução das desigualdades. Como incidir em programas e políticas públicas a partir das ações que na prática garantem esses direitos?

/ENVOLVER

/MOBILIZAR

/INCIDIR

/INFLUENCIAR POLÍTICAS LOCAIS

/INFLUENCIAR POLÍTICAS PÚBLICAS



A periferia é locus de construção de alternativas.

Thaísa, Recife ”

Nas iniciativas que chamamos de laboratórios de participação política, se dá o encontro entre **a incidência da sociedade civil e a viabilização das experimentações e ações como políticas públicas**. São participações na construção de leis e programas a partir da incidência em conselhos participativos, articulações, advocacy e incidência com os poderes executivo, legislativo e judiciário.

“

A política que eles olham é apenas aquela política do eu quero sempre mais, eu vou falar com esse deputado que é o meu amigo, eu te dou tanto, mas eu quero essa licitação para mim. Então, isso para mim não é política, isso é corrupção. A periferia é política, a periferia é luta, é resistência. É da periferia que estão saindo os grandes debates. São pessoas da periferia, são mulheres, são negras e negros. É a minoria em direitos e a maioria populacional. Eu creio que a política do futuro está na periferia.

”

Luiza, Recife

“

O exemplo mais forte que eu já tive até hoje de política institucional é de ter uma oportunidade de me reunir com um secretário da cidade de São Paulo para discutir o rumo de uma política pública. E foi forte não só porque ele estava me escutando, mas porque ele demonstrou o entendimento que aquela política pública não teria o valor devido sem a minha e a participação de outras pessoas. Esse olhar coletivo é o que pode transformar o Estado, a transformação não vai sair de dentro dele, vai sair de fora.

”

Ronaldo, São Paulo

Iniciativa Negra por Uma Nova Política sobre Drogas (INNPD)

A INNPD discute alternativas para a política sobre drogas levando em consideração que a "guerra às drogas" promove o genocídio e o encarceramento da população negra, atuando principalmente nas periferias da cidade de São Paulo.

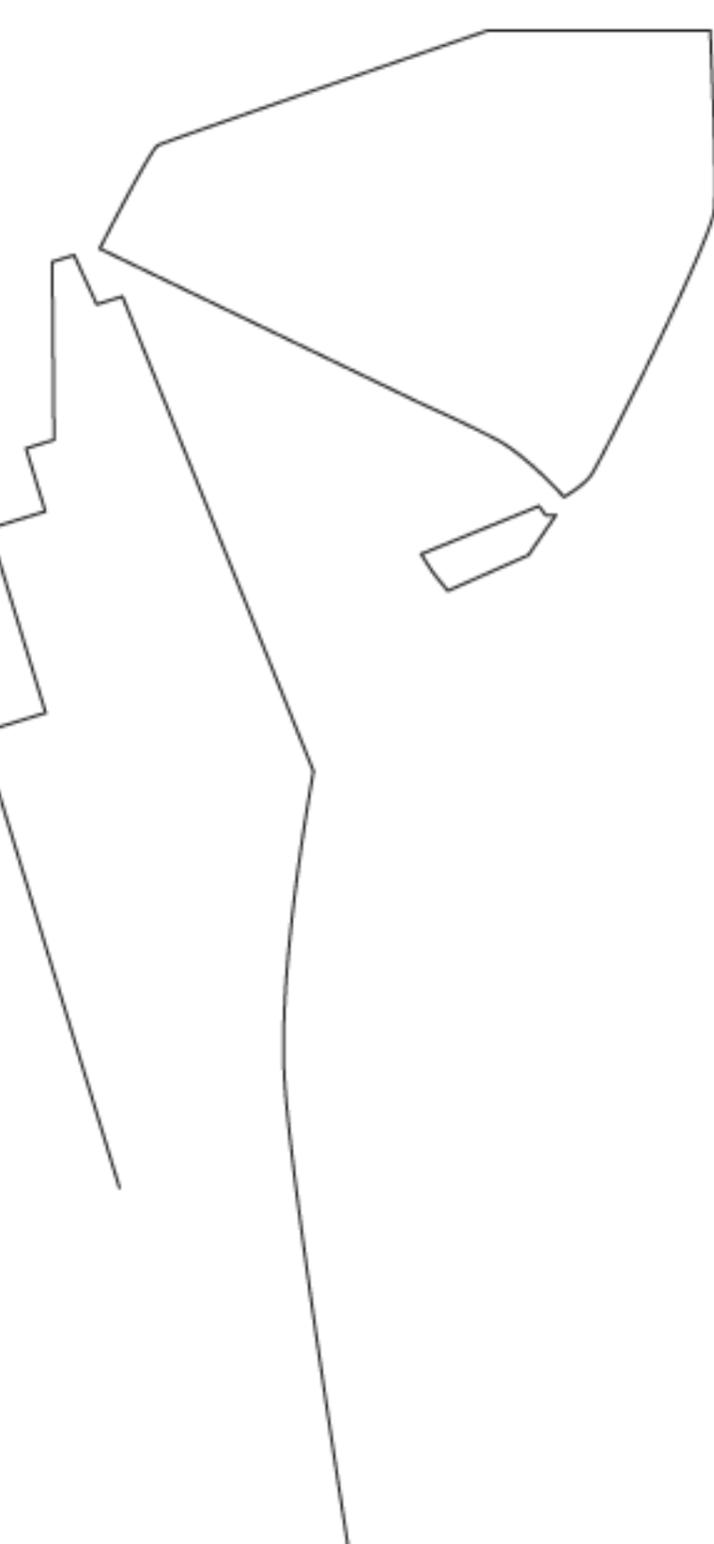


Clique abaixo para assistir o vídeo:



O papel da cultura na articulação

Os editais e as leis de fomento à cultura são políticas públicas que se mostram atualmente como um dos principais exemplos de caminho para o exercício de gestão compartilhada do orçamento público. Elas são frutos de articulações da categoria cultural e de conquistas ao longo dos anos. As leis de fomento ao teatro e à dança em São Paulo são exemplos desse processos. Vários entrevistados de São Paulo trazem o VAI (Lei do VAI, Valorização de Iniciativas Culturais, em vigor desde 2004) como um fundamental mecanismo de acesso à recursos públicos e de apoio as iniciativas.



“ **A ideia do teatro vocacional naquela época, que acontecia nos CEUs, era contar a história daquele bairro, envolver as crianças, adolescentes do bairro.** Começou a ter teatro nessa época aí, os primeiros anos da década de 2000, de 2000 até 2010, e vários grupos culturais começaram a pipocar no bairro, vários grupos de teatro, de dança, de música, e também com outra política, que é o VAI. A gente na periferia teve coisas muito importantes nesse momento, e eu acho que todo mundo que está na periferia bebeu pelo menos um pouquinho disso. ”

Jéssica, São Paulo

“ Aí veio o programa VAI, a gente conseguiu ser aprovado, depois de várias tentativas a gente conseguiu ser aprovado. Conseguiu melhorar o equipamento, tudo na garagem. Aí chamava a gente para bater papo, não só pra tocar, mas levava o Dexter lá, juntou a molecada pra trocar ideia, levou o Gaspar, levou o GOG, isso na garagem. ”

Márcio, São Paulo

Esse exercício de articulação e de gestão de recursos públicos organizados a partir da cultura, gerou um grande experimento que foi a formulação a partir da sociedade civil organizada, intitulada de “Movimento Cultural das Periferias”, da Lei de Fomento a Cultura da Periferia (Lei nº 16.496/2016 em vigor desde 2016)

Mas existem outras leis, como por exemplo a Lei Rouanet, de isenção fiscal para incentivo à cultura, que ainda não cumpre seu papel na redução das desigualdades porque não valoriza a produção cultural periférica

Outras leis, não apenas as relacionadas à cultura, também revelam dificuldade na redução das desigualdades.

O que fica claro em todas as alternativas, programas, incentivos, leis e ações do governo, é que é fundamental a participação de quem articula e promove ações no território - de dentro para dentro ou de dentro para fora - ou seja: deve ser formulado e pactuado com as periferias, as necessidades, desafios e oportunidades.

“

(O Movimento Cultural das Periferias) tinha escrito, estava num processo que a galera colou nas quebradas pra poder apresentar a lei e perguntar para galera, e aí, pessoal, vocês acham que está massa? Foi meio que uma escuta que a galera fez, foi tipo um processo de escuta, sabe? E foi um processo daora, foi foda mesmo, e fortaleceu. O Movimento Cultural foi uma faculdade de políticas públicas porque deu muito embasamento para a gente pensar em “n” coisas que a gente faz hoje.

Jesus, São Paulo

”

“

Aí você vai no patrocinador, o cara olha assim e fala “pô, se vocês fizessem no centro, até que era melhor para nós, porque aí a gente tem mais retorno de mídia”. Entendeu como é que funciona? O cara está olhando para você como retorno de mídia. Aí você vai ter que conseguir achar um empresário que vai ter até uma visão de mercado, falar “não, é importante estar lá, porque nosso produto também tem que estar lá.

Antônio, Brasília

”

“

Infelizmente a Lei Complementar 150 já foi aprovada com uma certa discriminação, os outros trabalhadores têm direito a 5 parcelas do seguro-desemprego no valor do salário que ele recebia, Nós (trabalhadoras domésticas) só temos direitos a 3 no valor de um salário mínimo. Então, isso aí foi altamente discriminatório para a gente.

Luiza, Recife

”

Espaços de formação

Locais e espaços de formação cultural, política e de convivência como os CEUs em São Paulo, CCJ em Recife, Jovem de Expressão em Brasília, são fundamentais para aumentar a participação política.

“

Foi importante pra mim ter entrado no CCJ e eu ter me visto, eu me encontrei ali, na realidade. E aí eu tô lá até hoje e num saio, as pessoas não me deixam, também. Então assim, o CCJ foi a porta de tudo, a porta de entrada pra vários espaços onde eu participo, como pra minha vida social mesmo, político, assim, sabe. E como isso é importante deixar bem claro como coletivos e organizações que trabalham com juventude, salvam vidas. Porque eu não sei, se eu não tivesse conseguido encontrar essa porta, não sei o que eu seria hoje, não sei se eu já teria virado estatística.

Jéssica, Recife

”

“

As desabrigadas daqui estão dentro das nossas discussões do tema política, participando dos nosso atos. Às vezes uma abrigada que chegou aqui de repente mais quietinha e agora ela tá conseguindo reivindicar os direitos dela, tá metendo o pé na porta, não aceitando menos do que ela quer.

Clarice, Belo Horizonte

”



Casa no Meio do Mundo

Jardim Brasil, Extremo Norte de São Paulo, encostadinho na Serra da Cantareira. O meio do mundo é aqui. Ou melhor, a Casa no Meio do Mundo, um espaço coletivo que articula agentes culturais, comunicadores e pesquisadores periféricos interessados na transformação social a partir de uma perspectiva hiperlocal.

Ingrid Felix e Jesus dos Santos, integrantes do coletivo, têm ciência do que querem. Militantes do Movimento Cultural das Periferias, ajudaram a elaborar uma lei popular de Fomento à Cultura das Periferias, baseada no índice de desenvolvimento humano das quebradas paulistanas. A lei sancionada em 2016 destina mais recursos para manifestações culturais nas regiões menos assistidas pelo poder público.

Essa experiência das ruas, das lutas, alimenta a Casa no Meio do Mundo, que articula e forma sujeitos políticos para seguirem na linha de frente, na disputa por recursos do orçamento municipal para fortalecer o desenvolvimento local, de forma horizontal e com afeto como partes fundamentais desse processo. “Antes, os representantes que estavam onde a gente não estava falavam por nós. Hoje, nós estamos falando por nós, dos nossos locais de fala”, aponta Jesus.



Jovem de Expressão

Rayane da Silva Soares está há cinco anos no Jovem de Expressão. Ela entrou como educanda da oficina de audiovisual por meio de uma amiga, se tornou funcionária e hoje está na coordenação.

O programa foi criado em 2007, a partir de uma pesquisa que demonstrou como a violência afeta a juventude. Sua tecnologia social uniu a promoção da saúde ao potencial criativo de pessoas entre 18 e 29 anos e sua capacidade única de gerar respostas, promovendo a colaboração e autonomia da juventude por meio de oficinas e ações culturais.

Para Rayane, formada em pedagogia e cujo contato com a política se deu ainda na escola quando participou do movimento estudantil, é de lugares como esse que virão as lideranças políticas que representam a população.

“A mudança vai vir do Estado, mas não das pessoas que estão lá agora. São dessas pessoas que estão entrando nas universidades, são desses jovens que estão fazendo trabalho de base nas comunidades e ocupando esses espaços, porque os que estão lá agora não querem não, não querem mudar”, diz ela.

Metodologias de participação

// pedagogia política

// mobilização



*Se dependesse, obviamente da galera, da população pobre, preta, indígena, brancos pobres que estão na mesma vibe e que de repente estão pensando em um projeto de nação mais inclusiva, mais participativa, obviamente o país estaria em uma situação muito diferente da que está hoje. Então, você tem um processo que é muito foda, um olhar mais interessado nessa população quando se estabelece em 1988 a nova Constituição. Porque aí é uma democracia, **não tem como você pensar uma democracia sem participação plena do povo.***

Tadeu, São Paulo



As metodologias de participação social garantem a inclusão e o debate das pautas periféricas e de suas perspectivas. Hoje ainda temos uma pequena quantidade de fazedores dos territórios discutindo e direcionando decisões. Os laboratórios de participação social são aqueles que se organizam para influenciar as políticas públicas a partir do ponto de vista de quem é diretamente impactado pela pauta.



Nesse universo de política de gestão de recursos cívicos, de águas, o controle de gestão das águas no estado e tudo mais... Ali já rolou pra mim essa coisa muito visível de não ver os grupos que de fato têm problema de acessar saneamento, não estão nem participando desse processo de tomada de decisão. Então você vai em reunião na área de recursos hídricos e é um grupo completamente elitizado de homem branco, engenheiro civil, que discute política de água e saneamento. E aí você vê eles nos conselhos, nas secretarias e tudo mais e a gente: “poxa, é a periferia que não tem água, é comunidade quilombola, é comunidade indígena!”

Tatiana, Belo Horizonte



Em todas as cidades, os conselhos são citados como espaços de formação e incidência. Vale apontar que os conselhos de juventude têm uma natureza especial ao funcionarem de maneira transversal em relação às outras secretarias. Eles têm o papel de interlocutor em relação às diversas pautas como Educação, Cultura, Trabalho, Transportes e Mobilidades, entre as outras todas.

Desenvolver um espaço convidativo depende também de vontade política para que um conselho de juventude não burocratize sua metodologia a ponto de afastar jovens.



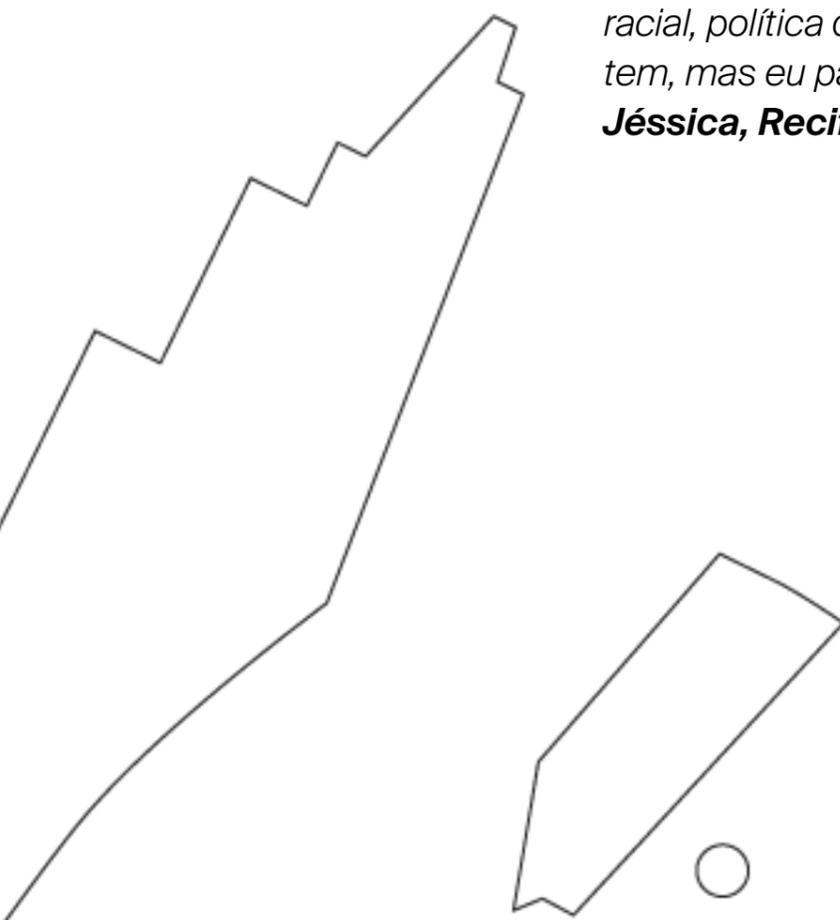
Eu comecei a estudar mais o que era política de juventude. Saber que juventude tem direito, que tem o estatuto da juventude e porque a gente tem direito a um conselho municipal e estadual de juventude, porque a gente tem direito a conferência, os nossos direitos que foram garantidos. Daí a gente começou a pautar o conselho de juventude e votar no conselho. Hoje a gente tem uma cadeira no conselho de políticas públicas da juventude e quem tá presente sou eu, e no estadual também. A gente tem uma cadeira no Direitos Humanos. Igualdade racial, política de drogas a gente não tem, mas eu participo das reuniões.

Jéssica, Recife



Porque não tem política pública de juventude nesse país, muito menos há 10 anos atrás. A gente salva a molecada quando criança mas a gente mata eles quando é jovem. Entendeu? Isso mostra a falta de política pública. A taxa de homicídio do jovem brasileiro mostra que não tem política pública de juventude. A pauta que importa sempre vai ser a mesma. É saúde, é segurança pública. Enquanto a gente não quebrar isso, porque a juventude ela é transversal, pô. A juventude, ela é pauta de segurança pública, ela é pauta de saúde pública. Ela é pauta do empreendedorismo de uma nação. Ela passa pela pauta da indústria.

Antônio, Brasília



“ Mobilizar jovem às vezes é uma dificuldade. E assim, a juventude, da forma como a gente estuda, ela é muito dinâmica, né? Então, às vezes a gente pára um pouquinho no tempo e a gente pensa naquele jovem de cinco anos atrás, como ele já não é mais o mesmo. ”

Bomb, Belo Horizonte

Observatório da Juventude

O Observatório da Juventude da UFMG reúne estudantes, professores e jovens que não estão na vida acadêmica para levantar dados, fazer estudos e incidir em políticas públicas para juventudes da região metropolitana de Belo Horizonte.



Clique abaixo para assistir o vídeo:



Mobilização no território

“ A rede é fundamental, eu acho que tem a questão da ferramenta, da tecnologia, que abriu **essa possibilidade de você se conectar com pessoas de outras cidades e do mundo**. Mas a gente pensa muito, acredito muito no off e no on toda hora.
Thamyra, Rio de Janeiro ”

É difícil mensurar o impacto de pequenas mobilizações como rodas de conversa, panfletos e visitas em escolas. Porém, essas ações são apontadas pelos fazedores como muito importantes na articulação do território e nas pautas comuns. Elas não são substituídas por mídia e produção de conteúdo nas redes sociais, são complementares.

“ Perus, por exemplo, lutou muito contra um lixão que tinha lá, e nessa época, que foi 2001, as pessoas passavam na minha escola para entregar panfleto. Isso me inspirava enquanto criança. Eu meio que mobilizava as minhas coleguinhas de classe para a gente pensar alguma coisa ambiental dentro da escola, porque estava acontecendo uma mobilização naquele bairro.
Jéssica, São Paulo ”

“ Eu acho que os movimentos estudantis, eles estão fazendo algo bem legal, porque muitas pessoas jovens começam a ter acesso à política pela questão do movimento estudantil que entra nas escolas.
Rayane, Brasília ”

“ Velho, vamos focar no nosso território? Em vez de a gente querer expandir, a gente precisa não expandir, a gente precisa apoiar. Então vamos apoiar lá. Vamos lançar um edital para apoiar atividade na praça do cidadão. Vamos lançar edital para apoiar atividades coletivas que estão aí.
Antônio, Brasília ”

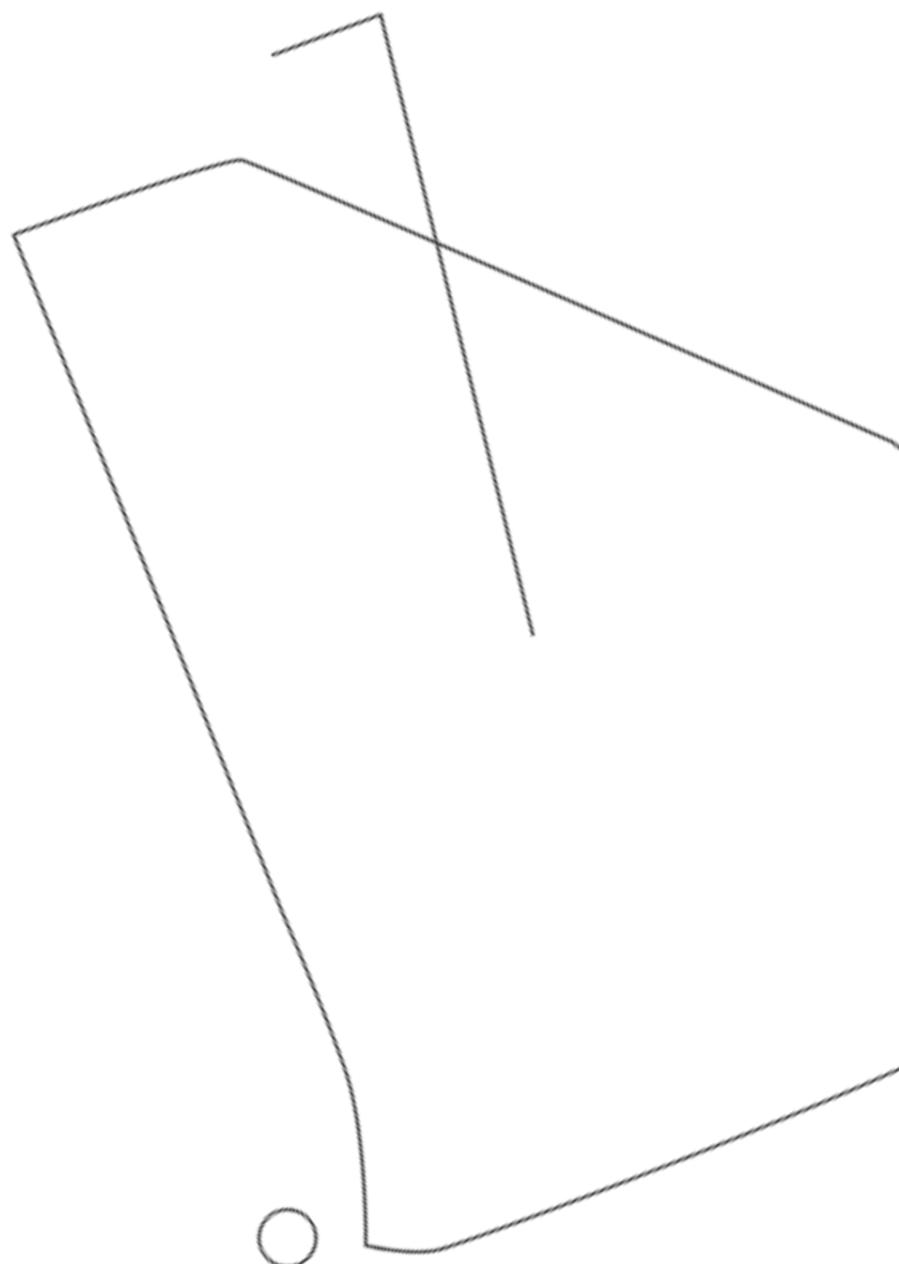
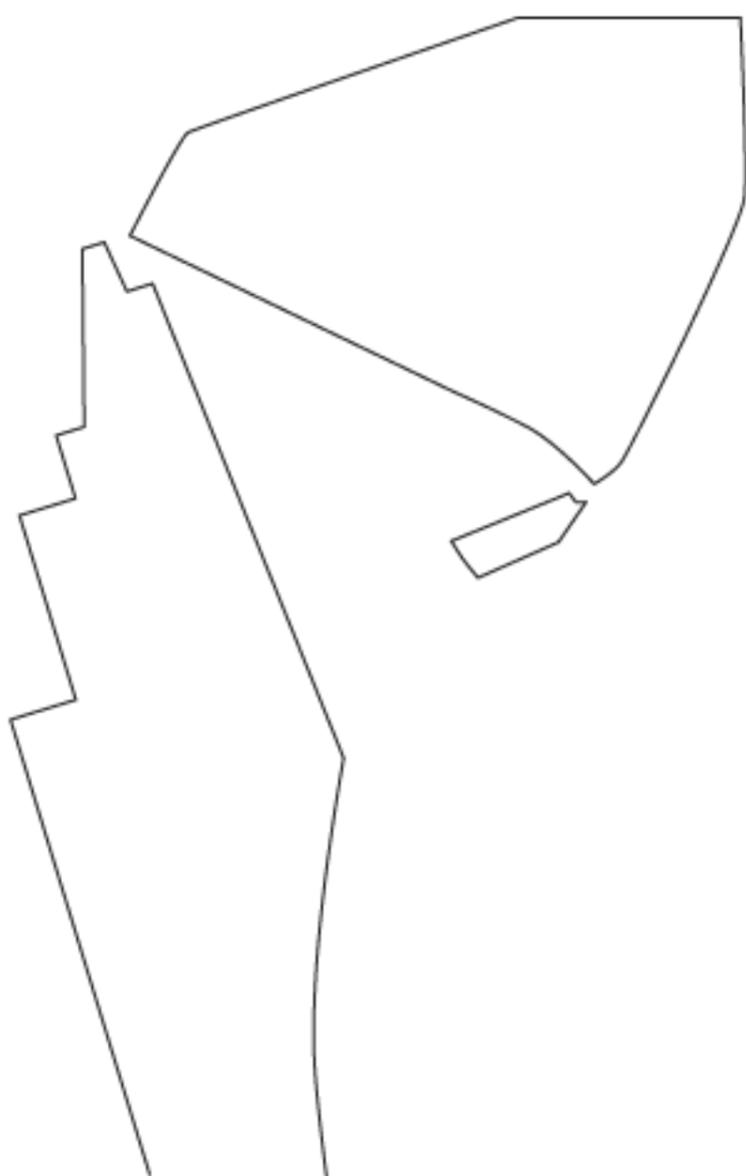


Família de Rua

O Família de Rua ocupa um viaduto no centro de Belo Horizonte com manifestações do Hip Hop, entre elas uma famosa batalha de MCs, e luta pelo direito à cidade.



Clique abaixo para assistir o vídeo:



A emancipação cidadã

“O processo de reconstrução do tecido social parte do entendimento de que não há um único “salvador” que nos libertará da condição de “cidadãos à espera de um “milagre”. Cidadãos livres do poder patriarcal, independentes, autônomos e conscientes de sua responsabilidade geram o ambiente para que mais pessoas se emancipem”.

Esse trecho da pesquisa Emergência Política América Latina explica o processo de emancipação cidadã. No contexto periférico, a gestão das urgências provoca a emancipação dos fazedores e os impulsionam à ação autônoma na construção do processo político.

“ A participação é um processo que acontece de forma muito autônoma quando rola a necessidade. Eu desconhecia o que era Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Sabia que existia. Ponto.
Marcelo, São Paulo ”

“ Queriam levar os meninos numa exposição e uma maneira da direção da escola barrar a iniciativa foi: “ah, cadê o projeto?” Então, tem essa desigualdade, que é também violenta, né? Daquele que tem a instrumentalização e daquele que não tem de ir ali e elaborar o projeto. Você sabe que, a linguagem é uma maneira das pessoas de ficarem excluídas, né?
Bomb, Belo Horizonte ”

“

Querendo ou não, a comunicação periférica que a gente está se pretendendo fazer é uma inovação, porque não é mais ninguém falando por mim e não é mais ninguém falando o que eu tenho que fazer ou como eu tenho que fazer, sou eu entendendo quais são as minhas necessidades, qual é a minha complexidade, e eu dizendo, talvez esse caminho dê certo, talvez não, mas talvez esse caminho dê certo.

Jéssica, São Paulo

”

Nós, Mulheres da Periferia

O coletivo Nós, Mulheres da Periferia aborda questões do cotidiano das mulheres que vivem nas periferias de São Paulo.



Clique abaixo para assistir o vídeo:



A participação é a resposta contra o retrocesso

Existe uma percepção generalizada entre os entrevistados de que o cenário político-social está pautado em retrocessos nos direitos conquistados e na garantia da Constituição Federal.

“

A gente tá correndo risco de entrar num período muito difícil politicamente falando, de retrocesso, de perder vários direitos que a gente achava que eram nossos.

A gente é de uma geração que cresceu com o direito sendo nosso, a gente não teve que conquistar. Fui bolsista pelo Prouni, fiz duas faculdades, meu pai conseguiu casa, carro, não sei o que... porque eu tava inserida dentro desse contexto político-social que me permitiu isso. Eu tenho certeza absoluta que dependendo das eleições deste ano a gente vai ter tipo 90% disso aqui jogado fora e a gente vai ter que correr atrás disso. E aí será que a gente tá preparado pra conquistar isso de novo? Será que eu que passei parte da minha infância e adolescência e comecei minha vida adulta dentro de um sistema que, por todos os defeitos que tinha, tava favorável, será que eu vou estar pronta pra lutar?

Jéssica, São Paulo

“ *E é isso, a gente não pode parar, por causa dessa retirada de direitos, esse governo ilegítimo que vem retirando direitos de toda a classe trabalhadora, de toda a população brasileira, das pessoas que mais precisam de políticas públicas.*

Luiza, Recife

“

Não está tendo democracia, porque tiraram uma pessoa que foi eleita. Foi um golpe, eu acredito que foi um golpe e ainda mais foi um golpe duas vezes, porque era uma mulher. Foi a primeira presidente mulher e essa primeira presidente mulher foi tirada do poder. E isso pra mim foi muito ruim, porque as mulheres já têm poucos espaços e quando ela consegue é tirada.

Rayane, Brasília

”

Reconhecimento das políticas públicas como avanço democrático

As políticas públicas no campo social e educacional que o governo do PT proporcionou durante os 13 anos em que esteve no poder, favoreceram às novas gerações no acesso à educação e economia, criando uma geração periférica muito mais preparada para pesquisar, pautar e demandar as necessidades dos territórios.

“ Eu não sou petista partidária mas eu consigo enxergar como na minha trajetória todas essas políticas elas foram fundamentais para que eu esteja aqui falando delas inclusive.
Jéssica, São Paulo ”

“ Essa repressão toda de não deixar a esquerda se estabelecer é o medo da revolução do povo de fato disputar e ocupar esses espaços de poder. Então, eu acho que ela tem que ser de fora para dentro, e eu acho que a principal maneira de se estabelecer uma revolução no estado é na eleição. ”
Tadeu, São Paulo

Do invisível ao visível, de fora para dentro do governo

“

Até pouco tempo nós (trabalhadoras domésticas) não éramos consideradas da classe trabalhadora, ela é uma categoria invisível. O nosso trabalho continua desvalorizado, agora, invisível nós não somos, nós conseguimos aprovar uma Emenda à Constituição do país, e isso não é pouca coisa, certo?

Luiza, Recife

”

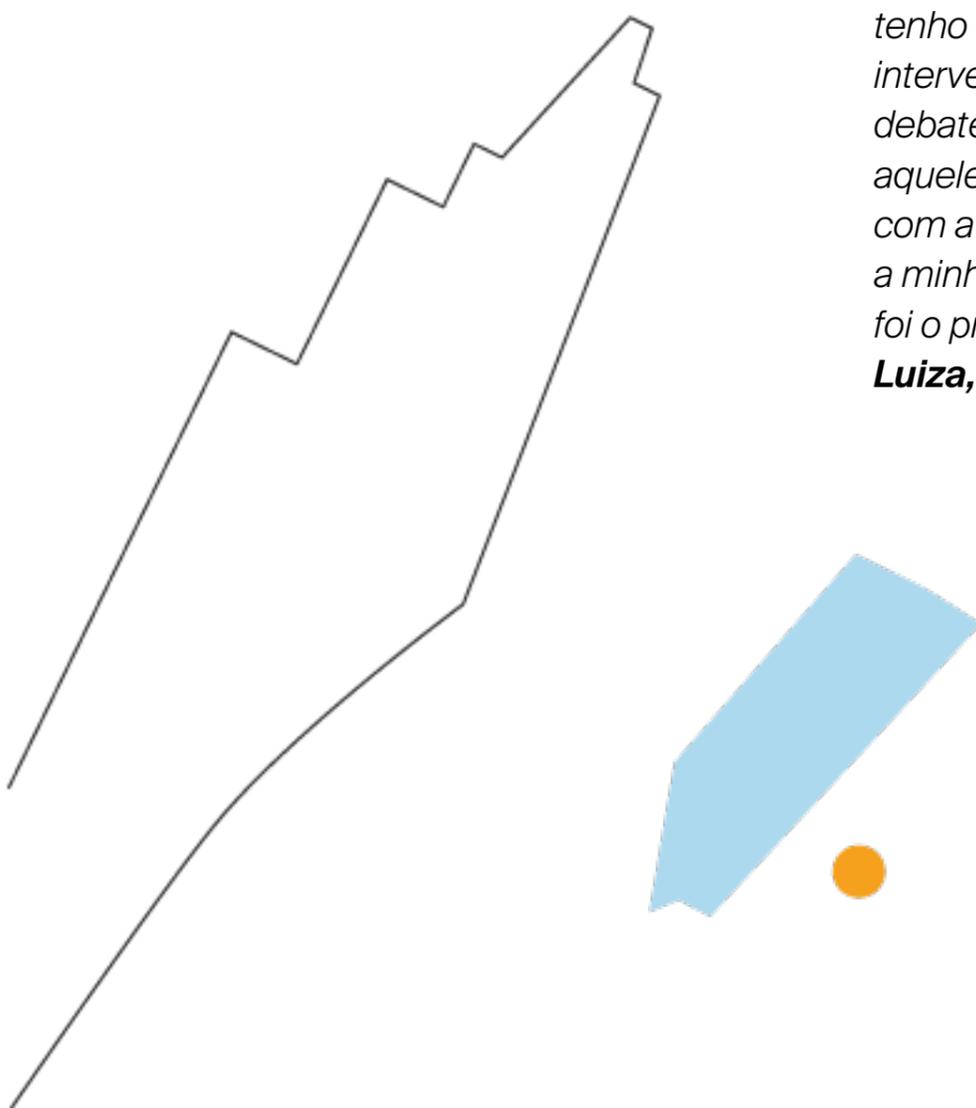
Por uma questão de desigualdade na representatividade nos poderes executivo, legislativo, judiciário e imprensa, as pautas periféricas têm pouca visibilidade. É através dos espaços participativos, conquistas na legislação e políticas públicas que se dá o avanço do invisível para o visível, de fora para dentro do governo.

“

A mudança da sociedade vindo de dentro do Estado? Sempre que eu tenho oportunidade de fazer alguma intervenção em algum seminário, algum debate, eu digo: “em 2014, quando aquele Congresso foi eleito, eu mesma com a minha pouca escolaridade, com a minha pouca visão política, eu disse: foi o pior dos últimos 25 anos.”

Luiza, Recife

”





Sindicato das Trabalhadoras Domésticas

“A gente tem a oportunidade de mudar se a gente fizer a reforma também no Congresso” - Luiza Batista Pereira, Sindicato das Trabalhadoras Domésticas (Recife)

Luiza Batista Pereira passou uma noite sem dormir. E, acordada, despertou para a política. Isso porque ela não conseguia parar de pensar no que ouviu da presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Cidade do Recife. “Quer dizer então que a minha aposentadoria, da qual eu não participei dessa luta, não foi de mão beijada?”, questionava-se.

Filha de agricultores muito pobres, Luiza começou a trabalhar como empregada doméstica aos 9 anos de idade. Não teve infância. Aos 36, teve um câncer de mama e ficou afastada do trabalho. Foi quando conheceu o Sindicato. Depois, ao romper um relacionamento que durou 21 anos e quase cair em depressão, ela resolveu voltar a estudar por meio de um curso das próprias sindicalistas. “Foi um divisor de águas na minha vida, que maravilha!”.

Com filhos criados e aposentada por invalidez desde os 43 anos, Luiza se filiou ao Sindicato assim mesmo. E começou a viver. Seguiu com os estudos, participou de marchas em Brasília, seminários e, em 2009, foi convidada a concorrer à presidência da organização – e já está em seu terceiro mandato. Nesse período, acumulou muitas conquistas coletivas, como a estabilidade da trabalhadora doméstica gestante, as férias de 30 dias, o direito de folha aos feriados, a emenda constitucional que reconhece a categoria.

Hoje, aos 62 anos, Luiza sabe que ainda há muito a ser feito diante do retrocesso da garantia de direitos e do racismo, machismo e LGBTfobia, que são estruturais da sociedade – e que isso passa por ocupar os espaços de poder. “A gente não luta só por nós, a gente luta também ao lado dessa minoria que é perseguida, minoria em direitos”.

Mulheres na política

Segundo o IBGE, as mulheres representam 52% da população brasileira e apenas 12% do Congresso Nacional, em 2018, é composto por mulheres. Ao mesmo tempo, o Brasil possui a 5ª maior taxa de feminicídio no mundo. Para combater tamanha subrepresentatividade e violência, as fazedoras atuam tanto para garantir a existência das mulheres quanto para ampliar sua participação nas esferas de poder. Quando uma mulher compreende a importância desse movimento, cria-se um ambiente para o despertar de outras.

“

Eu acho que esse é um desafio também, a gente conseguir conciliar isso, a gente conseguir, além de manter essa mulher viva, conseguir manter essa mulher digna e estender isso para todas. É um trabalho, realmente... o desafio é fazer com que esse trabalho se estenda para tudo.

Clarice, Belo Horizonte

”

“

A Marielle morreu semana passada, na hora foi o baque, e o susto, tipo, caralho e agora, eu tenho uma filha pequena, não posso morrer. Mas depois, é: velho, o fato de ter acontecido como aconteceu vai fazer com que várias outras mulheres tenham ainda mais coragem, saca?

Hellen, Brasília

”

“

50% de cadeiras (do Congresso Nacional) pra mulheres politicamente conscientes...Por mais mulheres negras, mais mulheres de luta, mais mulheres que preenchem os vários espaços, os vários aspectos da sociedade. E isso, às vezes a gente fala isso e a galera acha “você só quer mulher de esquerda”, não, tem mulher de direita fazendo debate importante pro que ela acredita, entendeu? E que tá capacitada pra estar ali. Então é isso, eu acrescentaria, faria um desejo, e que a gente tenha 50/50, e esse 50 seja combativo. Combativo, representativo, e que de fato proponha mudanças pro conjunto das mulheres, todas as mulheres. Pras mulheres brancas, pras mulheres negras, pras mulheres periféricas, pras mulheres de classe média, mulheres indígenas, deficientes, enfim, é isso que a gente precisa.

Thayene, Brasília

”



Casa Tina Martins

“A gente coloca alguém lá no governo, mas faz a pressão por fora também” - Clarice Filgueiras.

Manter a mulher viva. Esse é o desafio das responsáveis pela Casa Tina Martins, um centro de referência independente que presta apoio jurídico, psicológico e abriga mulheres em situação de vulnerabilidade ou vítimas de violência doméstica.

A Casa surgiu em 2016, quando mulheres ocuparam um prédio público abandonado em Belo Horizonte com objetivo de chamar atenção aos casos de feminicídio no Brasil. A ocupação, que era para ser simbólica, durou 87 dias.

“Quando o governo federal pediu de volta a casa, a gente falou: bom, vocês vão dar outra coisa pra gente”, lembra Clarice Filgueiras, uma das responsáveis. Segundo ela, não havia como o poder público retroceder, uma vez que elas já tinham construído vínculos com outras mulheres.

Hoje, a Casa Tina Martins é referência até para órgãos governamentais, apesar de ter pouco suporte do Estado – ao menos, por enquanto. A proposta é seguir pressionando e mostrando possibilidades que nascem das demandas reais da população.

Rede de Mulheres Negras de Pernambuco

“O grande desafio é convencer as pessoas de que, sem elas, não haverá solução”

2015. Milhares de mulheres negras marcham em Brasília por conta do 20 de novembro. E algumas delas que partiram do Recife se reencontraram, discutiram e perceberam a importância de manter o movimento firme. Assim começa a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco (RMNPE), uma articulação sem fins lucrativos que atua contra o racismo, o machismo e pelo bem viver sem violência.

O desafio não é pouco. As mulheres negras são a base da pirâmide social brasileira, as que sofrem com o feminicídio e os homicídios de jovens negros, com o encarceramento, com as piores taxas de alfabetização, de emprego formal e de renda. Por isso, a RMNPE não parte do zero, mas do reconhecimento de conquistas de quem veio antes, do Movimento Negro Unificado (MNU), e aglutina jovens que chegaram às universidades e as trabalhadoras e empreendedoras das periferias – e essas, especificamente, muitas vezes subestimadas pela esquerda branca.

“Nós somos uma população vitoriosa, porque nós conseguimos não ser eliminadas quando o Estado planejou e executou suas estratégias, então valorizamos a forma como as pessoas resistem, sobrevivem no cotidiano”, dizem elas.





Coletivo Nós por Nós

2016. O Brasil fica chocado com a notícia de um estupro coletivo de uma adolescente praticado por mais de 30 homens. Em Cidade Ocidental, um município do estado de Goiás que faz parte do entorno do Distrito Federal, mulheres se reúnem para fazer alguma coisa além da revolta.

Assim surge o Coletivo Nós por Nós, que nasce da ideia de mulheres ajudarem outras mulheres, com apoio inclusive emocional e o objetivo de contribuir de maneira positiva para mudanças efetivas na vida de todas. Para além do apoio mútuo, elas se mobilizam em torno de ações efetivas em Cidade Ocidental, com eixos de trabalho, serviços e participação em audiências públicas e conselhos.

O limite da incidência

O Estado está presente, mesmo quando não está. Sua ausência nas periferias é visível e planejada, assim como a ausência da periferia nos poderes. É nesse limite, entre o fora e o dentro, que se constrói o entendimento da necessidade de representação dos fazedores nos espaços de tomada de decisão.



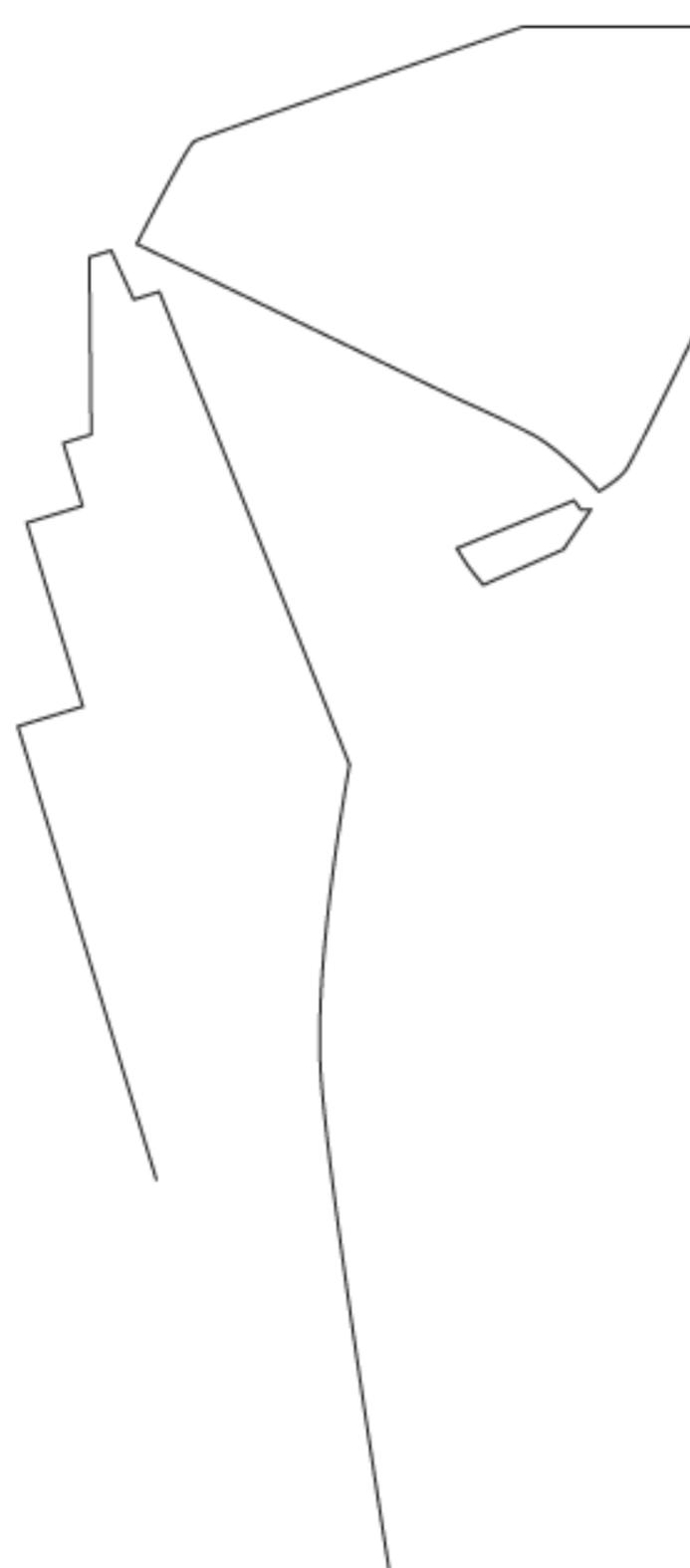
A minha experiência na Campanha Nacional pelo Direito à Educação foi muito rica porque eu vi o que é a incidência política, você, a sua militância ser ali tão perto da Câmara dos Deputados, do Senado, tal, e eu pensava assim, que é muito importante a gente ter pessoas que tenham mão firme para decidir coisas, e que essas pessoas, se elas forem do meu campo, se elas forem do meu lado, talvez elas possam pensar o que é importante defender lá dentro.

Jéssica, São Paulo



Estou na assessoria parlamentar, também é um outro lugar muito inóspito para a gente, a gente presencia cenas de machismo e racismo assombrosas ali naquela Câmara de Vereadores, você fica assim: não é possível.

Fernanda, Belo Horizonte



6.

DIREITO

OCCUPAÇÃO

À
DO

PODER

#FORMULAR

#REPRESENTAR

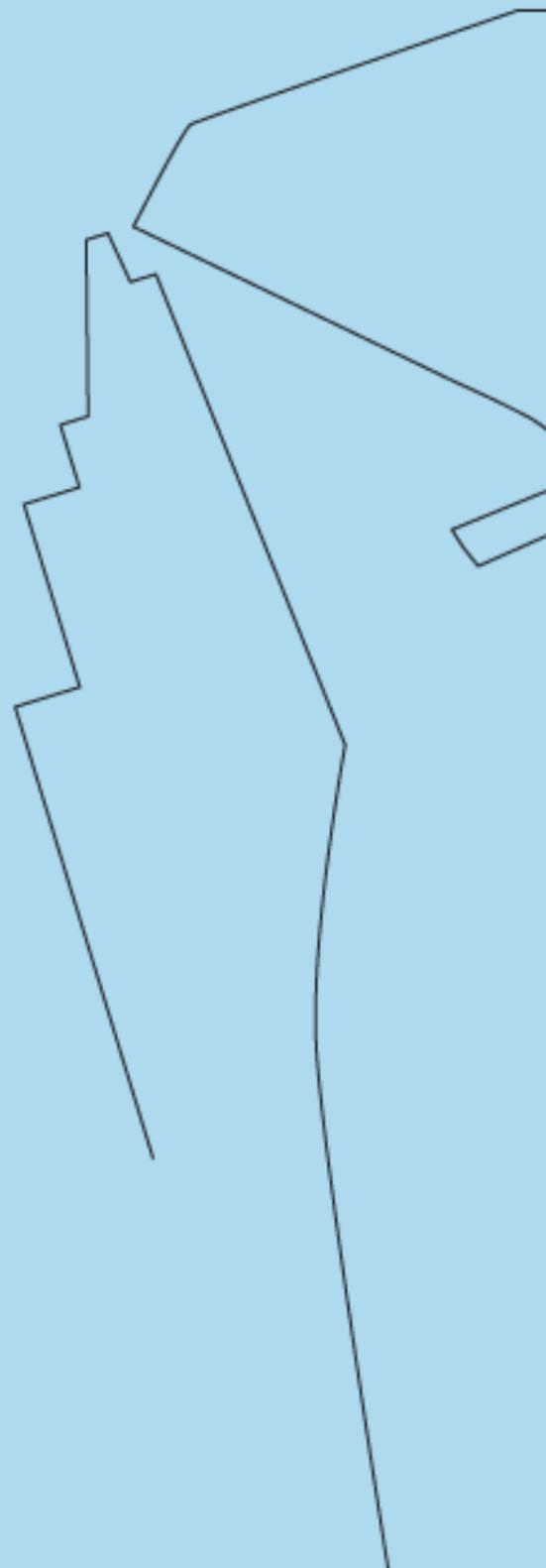
#DECIDIR

Ocupar e pautar a política nacional Direito à legislar

O assassinato da vereadora Marielle Franco, em 14 de março de 2018 no Rio de Janeiro, foi citado em diversos momentos como atentado político, um ataque à ocupação dos corpos políticos femininos, negros e periféricos nos espaços de decisão. Isso gerou, mais uma vez, o sentimento de impotência com relação às mudanças necessárias na sociedade. Estruturas patriarcais, racistas e sexistas eram o foco de Marielle, que hoje é símbolo dessas lutas.

*"Ah, mortalidade", que mortalidade, isso é genocídio! Arquetado, articulado, planejado...conceituado e executado. **Essa é a grande questão que nós vivemos no país hoje... a política é fundamental, fazer política, ocupar espaços é fundamental. Tanto é que a morte de Marielle vem colocar isso, aqui não é o lugar de vocês...** vixi os caras foram pra rede social, com a foto dela, esculhambar em cima do assassinato de uma mulher negra, lésbica...Essa minha preocupação com o futuro. É a preocupação de que se nós não dermos um basta, aí sim nós corremos risco de não existir, porque bicho é muito fácil, os caras têm as armas, os caras têm um status."*

Celinha, Belo Horizonte

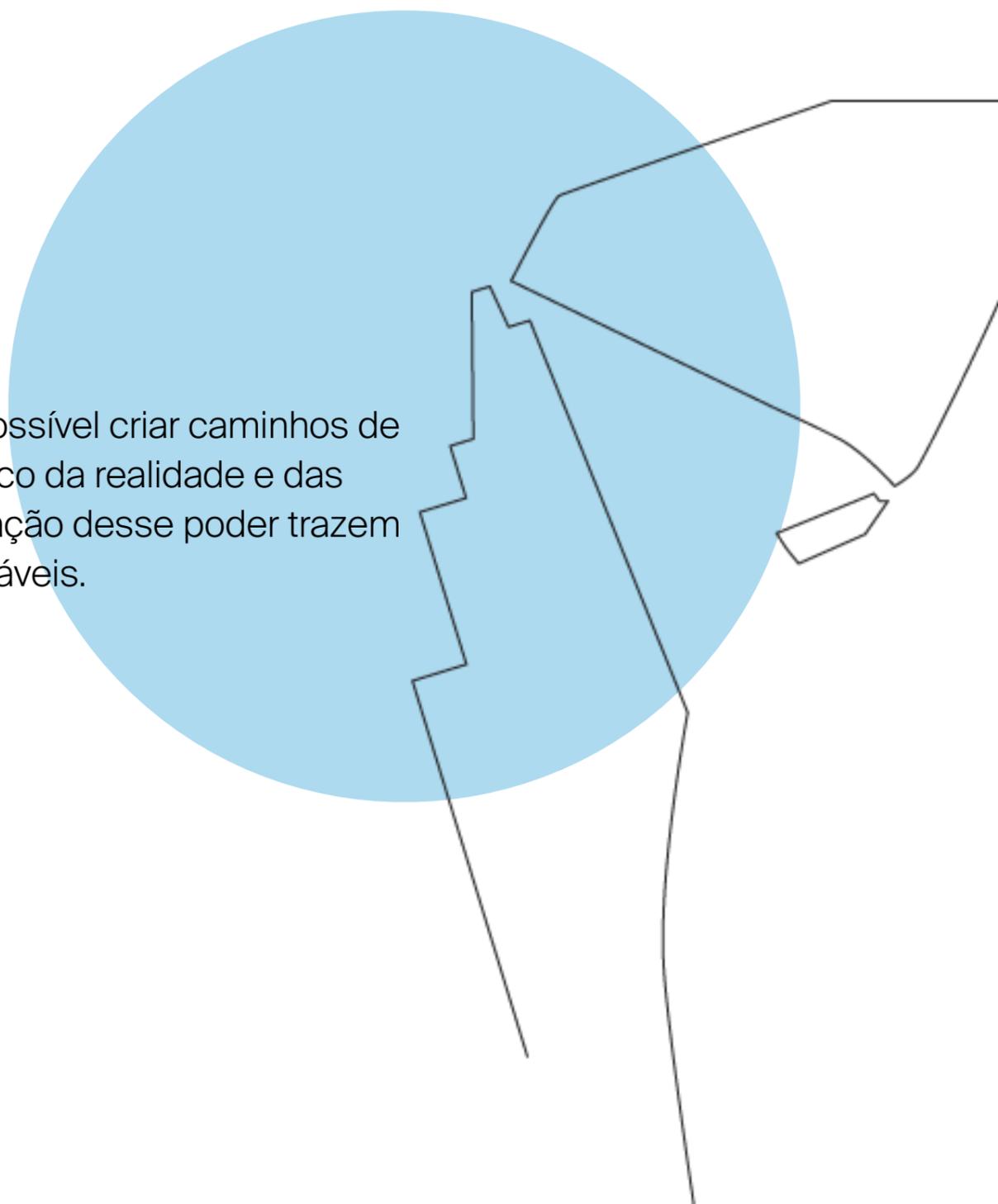


O poder institucional é um espaço ainda a ser ocupado pelas periferias, suas lideranças e suas pautas. Hoje a política brasileira é formada por uma classe de senhores de meia idade, brancos e, em grande parte, homens. Os mandatos se renovam e a mesma classe política permanece nos poderes. Os partidos pouco inovam para incluir diversidade e as regras do jogo das eleições só valem para quem tem muito dinheiro.

Os laboratórios de direito à ocupação do poder são aqueles que tentam, na linha de frente, furar a bolha institucional e garantir a presença da população periférica no poder, já que é a maioria da população. Nessa busca, o fazedor reforça suas potências, ao mesmo tempo que encontra inúmeras dificuldades para se colocar em par de igualdade para disputar e acessar o direito a legislar.

Urgência em ocupar e pautar a política

A partir da visão dessas lideranças é possível criar caminhos de poder para as periferias, ampliando o eco da realidade e das demandas. Os processos para a ocupação desse poder trazem abordagens diferentes e pouco negociáveis.



Diálogo e reconhecimento de pares para o fortalecimento de causas

“Tem também a importância da reciprocidade em questão da mobilização social. Se a gente parte de um ponto, de mobilização social comunitária, da comunicação popular dentro da linguagem, discurso, narrativa, a gente também se engaja em outras lutas da cidade para ter esse retorno e o fortalecimento dessa rede. A gente não fica só acionando a rede. É uma rede que se retroalimenta através de colaboração.”

Vanessa, Belo Horizonte

“A política também é a arte de você resolver os problemas dos extremos, tem que dialogar, é o mecanismo que a gente encontrou, porque senão a gente ia para a guerra, não é?”

Rose, Belo Horizonte

O Corpo Político e a força da presença coletiva

Formar frentes que naturalmente se identificam é fortalecer a atuação que antes se isolava. Ainda que representado por um ou uma, o coletivo está por trás, forte, forçando e reforçando as estruturas.

“Ocupar esse espaço é imprimir um novo olhar. Um olhar trans, um olhar periférico, um olhar negro é uma nova forma de ver o mundo. Eu não sou descrente da política, eu sou descrente dessa política que tem esse olhar do homem branco, heteronormativo. Essa política fracassou.”

Duda, Belo Horizonte

“A gente não está falando só de representação, a gente está falando de corpos que de forma secular são excluídos desses espaços, logo eliminados.”

Vanessa, Belo Horizonte



Daniella Monteiro

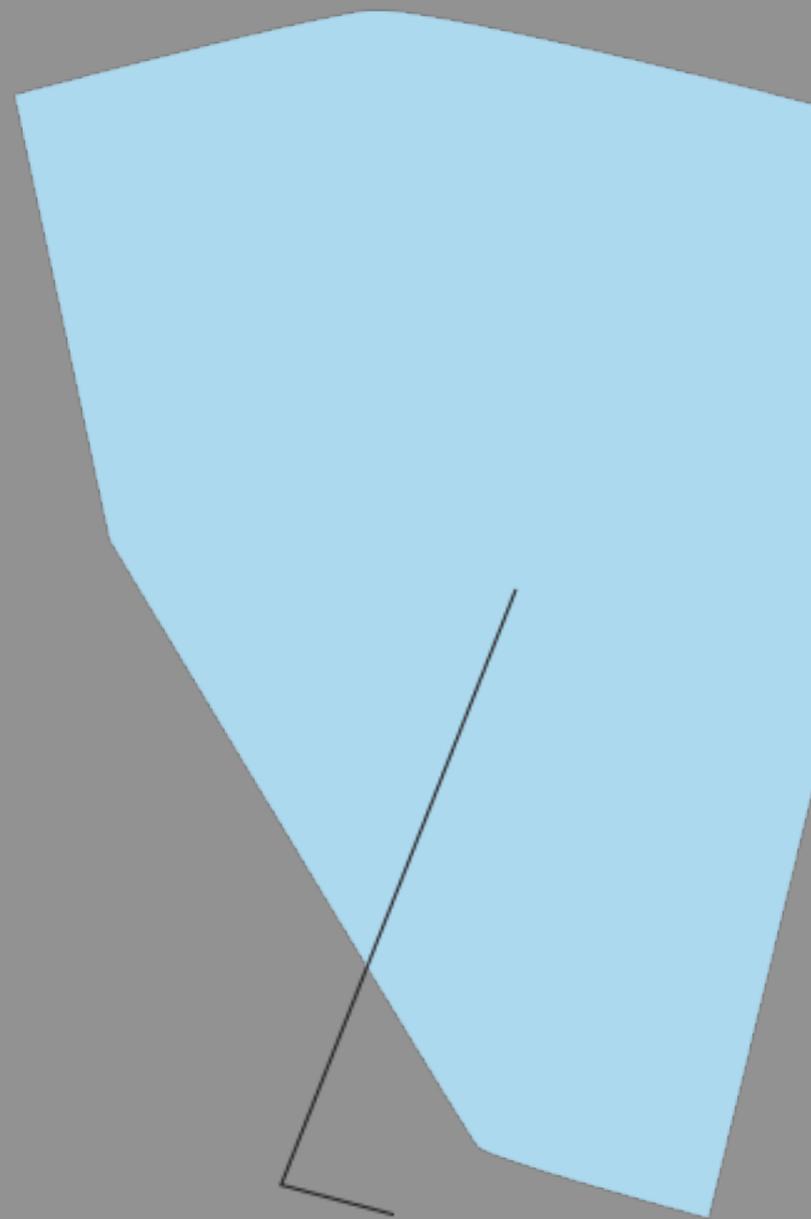
“Cresci como qualquer criança de favela que, não por querer, naturalizou a violência do dia a dia. A gente naturaliza uma série de coisas”, lembra ela. Depois, a família comprou uma casa fora do morro, onde ela continuou sabendo que tinha algo que não era pra ser assim. Era a única criança negra da rua, onde até as brincadeiras eram diferentes.

O contato com a política - e com todo esse linguajar complicado - foi acontecer de fato na faculdade, quando ela iniciou o curso de Ciências Sociais na UERJ e se envolveu no movimento estudantil. “Você entende o que parlamentares, ministros, juízes estão falando? E pesquisadores das universidades?” Hoje, Daniella atua para transpor a linguagem das ruas nos espaços de poder e busca garantir direitos aos quais ela teve acesso mas outras mulheres e jovens negros de favelas continuam sem ter. Por isso, pretende se candidatar à deputada estadual nas eleições deste ano. “A gente não pode recuar. A gente tá em marcha, avançando um passo de cada vez”.



Rede Umunna

A Rede Umunna é formada por mulheres negras que pesquisam e promovem a presença de mulheres negras na política institucional. O trabalho da Umunna envolve formação política para mulheres negras, reposicionamento de temas na agenda pública e pesquisas centradas em dados. Neste ano eleitoral, a Umunna realiza a campanha #MulheresNegrasDecidem com o objetivo de qualificar o debate da sub-representação das mulheres negras na política do Brasil.



Impedimento estrutural econômico

As lideranças que emergem desse campo questionam um ponto fundamental: militância é um privilégio de poucos e as demandas urgentes da vida e da sustentabilidade econômica não permitem entrar no jogo político.

“O desafio é o reconhecimento por alguns partidos de que para aumentar o quadro de mulheres negras na política é necessário mais que o aumento de candidaturas, precisamos pensar em financiamento prioritariamente.”

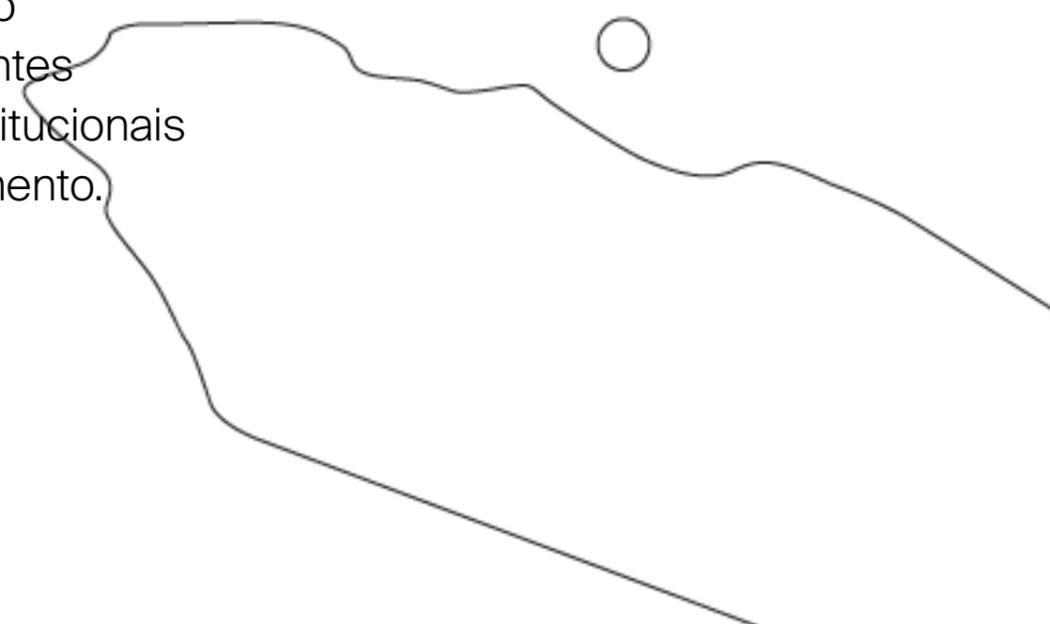
Juliana, Rio de Janeiro

“Eu aceitei por que que a gente tem que disputar símbolos também. A palavra Senado é simbólica, porque Senado significa senhor. Uma pessoa travesti tem que disputar esse espaço, para ressignificar esse espaço e é um cargo que historicamente é feito para senhores mais velhos. A idade mínima para concorrer ao Senado é 35 anos, então é um cargo que não é para pessoas travestis, porque a expectativa de vida de uma travesti é 35 anos.”

Duda, Belo Horizonte

Ausência no poder judiciário

A ausência das periferias em cargos na justiça brasileira cria uma lacuna de referências. Juízes e juízas negros e/ou que compreendem a realidade periférica são exceções, e não dão conta de revelar os diferentes contextos da falta de acesso aos direitos constitucionais para criar parâmetros interseccionais no julgamento.



“O último lugar que você vai alcançar a justiça é no judiciário brasileiro, é o último lugar. São mulheres e homens brancos julgando mulheres e homens negros. Mulheres e homens brancos que sempre tiveram uma condição material confortável, julgando mulheres e homens negros que acordam às 5 horas da manhã, às 4:30 da manhã para trabalhar o dia inteiro, chegar em casa 8, 9 horas da noite para ganhar um salário e meio, um salário, e com a reforma trabalhista hoje em dia pode ser até menos. E aí qual é a imparcialidade se você não considera quando você vai analisar um caso que você não está tratando de pessoas em condições iguais? É uma corrida absolutamente desigual.”

Fernanda, Belo Horizonte

Marcelo Rocha

Marcelo Rocha tem 20 anos e já entende muito bem o valor da participação cidadã como ferramenta de transformação real da sociedade. Ele fez parte do movimento secundarista, integrando também movimentos de luta pela educação e pelo povo negro.



Clique abaixo para assistir o vídeo:



Papel da esquerda em reconstrução

O status de fragmentação do campo ideológico da esquerda passou a ser provocado e ocupado constantemente por essas lideranças, já que a esquerda historicamente pauta mais as demandas das periferias se comparada ao campo da direita tradicional. As novas lideranças políticas que se constroem a partir das periferias não querem negociar com esses símbolos ultrapassados de poder, como empresários e políticos de longa data. As periferias demandam por renovação urgente e, agora, garantindo sua representatividade de forma inegociável.

“E a esquerda, se ela quiser ser esquerda de verdade mesmo, vai ter que ir para quebrar os ricos e não para conciliar com eles, no nosso modo de ver. Esse é o papel. Partido de verdade de esquerda tem que ser para quebrar os ricos. Se ele conciliar, os ricos vão cooptar, é o que o aconteceu historicamente.”

Leonardo, Belo Horizonte

“Na esquerda, fomos extremamente perversos com nós mesmos, por isso que eu acho que hoje, o movimento social, tem que investir na formação de quadros. Para no futuro não ter essa lacuna, sabe? Quem que fala por nós?”

Celinha, Belo Horizonte



Max Maciel

Perto do poder, longe das tomadas de decisões. Mas não por muito tempo.

Max Maciel tem 35 anos e vive em Ceilândia, cidade-satélite de Brasília, a capital federal. Empreendedor social, pedagogo por formação com especialização em gestão de políticas públicas em gênero e raça, ele coordena a Rede Urbana de Ações Socioculturais (RUAS). É nesse lugar, em um cenário de desigualdade que a capital federal propicia, que ele milita há 17 anos por mudanças. Candidato a deputado distrital em 2018.



Pretas em Movimento

Onde estão os negros e as negras? E quais espaços que ocupam?

O fato é que, quanto mais subalterna a função, mais negros a exercem. E quanto mais elevada, mais brancos a ocupam. A partir dessa inquietação, um grupo de militantes negros de Belo Horizonte deu início em 2015 à criação do Partido Preto em Movimento para disputar espaços institucionais. A proposta foi deixada de lado ao notarem que o caminho mais viável é fortalecer candidaturas negras.

Assim, o partido se transforma nas Pretas em Movimento, um coletivo que atua na identificação e fortalecimento de sujeitos políticos negros dispostos a ocupar espaços de poder – de conselhos a legislaturas.

“A gente está sempre na base, sempre constrói, sempre mobiliza, sempre articula, nós estamos sempre nessa movimentação, mas nós nunca chegamos a ocupar esses espaços”, dizem os integrantes.

Hoje, o coletivo tem representantes no Conselho Municipal de Cultura e no Conselho Estadual de Cultura, em universidades e gabinetes de vereadoras da capital mineira. É apenas o começo para reverter o cenário de opressão no País.



Frente Autônoma LGBTQ de BH

Depois de décadas escondido, o Carnaval de Rua de Belo Horizonte ressurgiu com força nos anos 2000, trazendo um debate sobre o direito à cidade e à ocupação do espaço público. E junto dele, diversos movimentos identitários, como de negros, mulheres e a população LGBTQ. Em outros espaços como as universidades, esses debates também se ampliam.

Uma série de iniciativas surge a partir desse processo. Entre a população LGBTQ, ela está reunida em uma frente com o objetivo de potencializar o discurso e ampliar sua efetividade, seja com presença em conselhos municipais e estaduais, seja fazendo parte de mandatos no legislativo. “Quando você reconhece a sua história e a história dos que estão ao seu lado, você é capaz de propor”, dizem integrantes da Frente Autônoma LGBTQ na cidade.

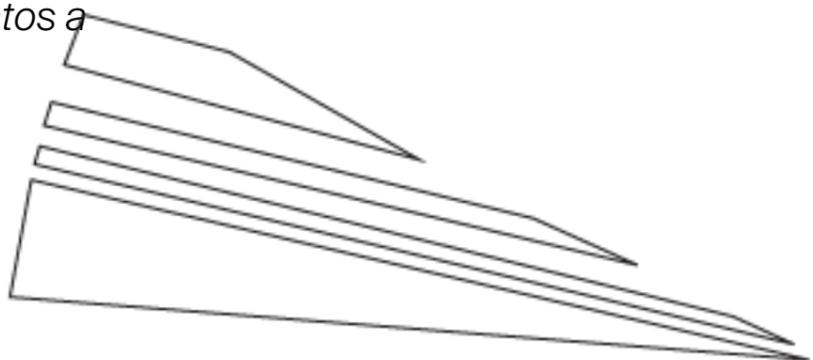
A ocupação de poder é risco

ATENTADO POLÍTICO

A chegada e ocupação desse espaço político institucional traz duas realidades e consequências que colocam essas lideranças em um lugar de alto risco de vida. Se de um lado esse poder é capaz de informar, denunciar, pautar e questionar o status-quo, trazendo um caráter combativo de denúncia e demanda de atitudes imediatas, do outro lado expõe essa representatividade e a coloca em perigo real, através de ameaças, pressões políticas e violência.

*“A gente está em fase de planejamento, mas queremos pautar as eleições, alguns temas a partir dos nossos princípios que rompem com várias questões, com vários vícios problemáticos da institucionalidade. Pautar debates públicos, uma carta que seja assinada para se comprometer com o apoio à candidaturas engajadas no desenho de uma outra política, de uma política que não seja viciada. Não temos interesse em troca de cargo, lotear cargo e mandar. **A gente tem interesse em transformar o modo de fazer política, em tentar efetivar de fato uma democracia para parte de uma representação que não seja uma representação exclusiva.** Ninguém quer ter um preto no gabinete ou uma preta na Câmara Municipal. Se a maioria são mulheres e negras na sociedade, acreditamos que um gabinete que tem 20 pessoas tem que ter uma maioria de mulheres negras ali dentro. Isso é algo que a gente pauta e isso não é negociável, são tipos de concessão que a gente não vai fazer. São candidatos negros, ok!? E vocês estão dispostos a assinarem isso com a gente?”*

Evandro, Belo Horizonte





“Esse ano é de longe um dos mais fudas, assim, de tudo que a gente viu. A gente não conseguiu avançar em nada do que a gente se propôs a fazer com relação aos direitos humanos e garantia de direitos.”
Thainã, Rio de Janeiro

Marielle Franco representa o fim, o meio e o começo desta pesquisa. Foi ocupando o poder com seu corpo político que Marielle perdeu o direito à existência.

Sua luta representa o direito à existência, à memória, à educação, à cultura, à economia, ao bem viver, à participação política e à ocupação do poder. Sua luta representa a garantia à Constituição.

“A perseguição política rola não só aqui como em outros estados, pelo menos é o caso da Marielle, não é?. Todo mundo sabe que isso foi pela política, um assassinato, porque ela apoiava as minorias. Muitas, não só, como, por exemplo, lideranças indígenas, que apoiam outras causas, são assassinadas também.”
Fetxá, Brasília

Um medo.

Um sonho.

Um desafio.

A política.

América Latina.

A inovação política.

O Brasil.

Eu sou porque nós somos.

Um medo? Cair.

Se manter firme.

Manter equilibrada, pra não cair e se manter firme.

Responsabilidade. Uma das maiores responsabilidades da minha vida hoje.

Visão em perspectiva.

Formas de viabilizar esse novo século.
O século XXI.

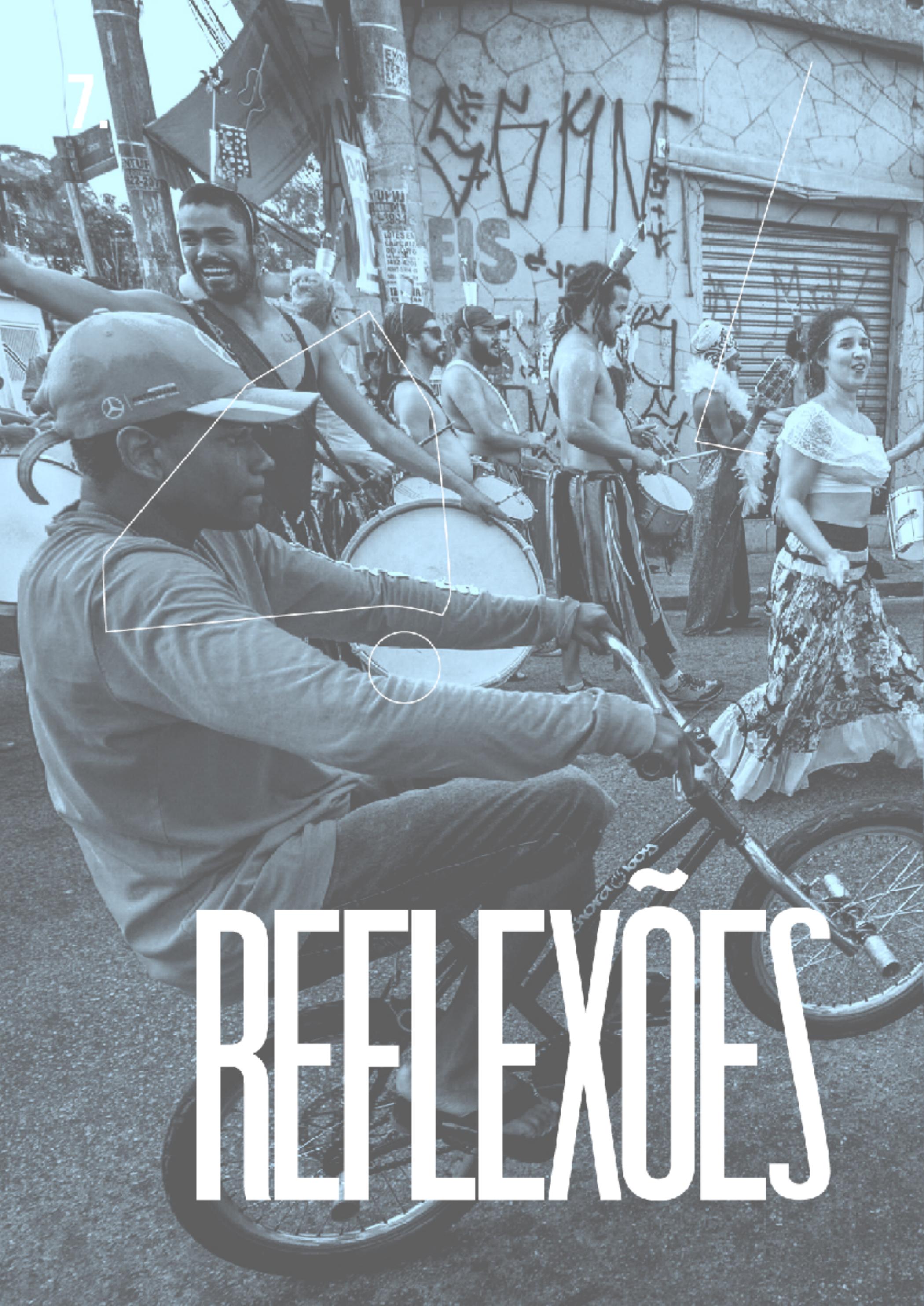
Desigual mas importante de acolhedor.

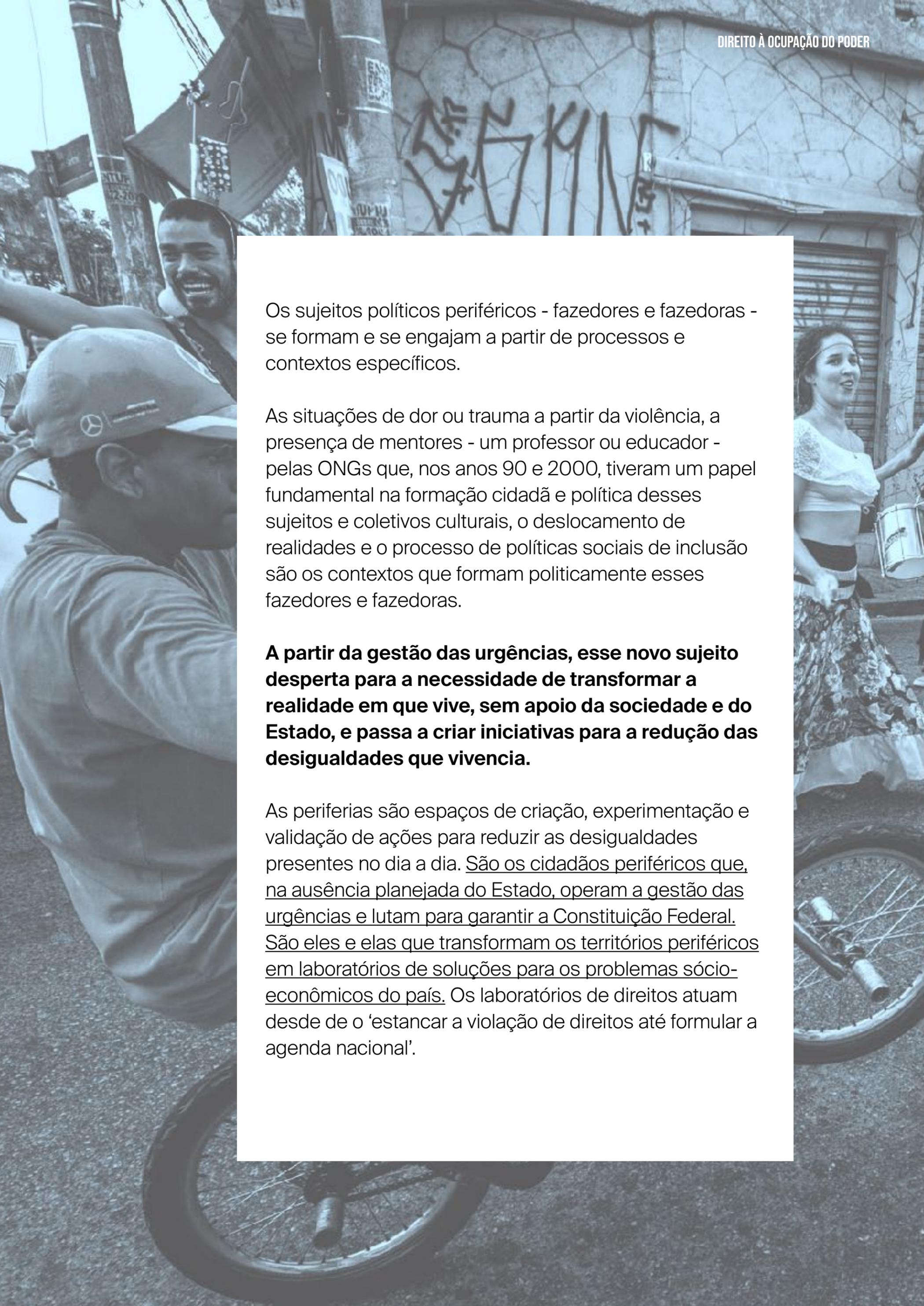
Não acho que seja isso, mas me vem a desigualdade.
Uma desigualdade nas diferenças.

Marielle Franco, agosto de 2017

7.

REFLEXÕES





Os sujeitos políticos periféricos - fazedores e fazedoras - se formam e se engajam a partir de processos e contextos específicos.

As situações de dor ou trauma a partir da violência, a presença de mentores - um professor ou educador - pelas ONGs que, nos anos 90 e 2000, tiveram um papel fundamental na formação cidadã e política desses sujeitos e coletivos culturais, o deslocamento de realidades e o processo de políticas sociais de inclusão são os contextos que formam politicamente esses fazedores e fazedoras.

A partir da gestão das urgências, esse novo sujeito desperta para a necessidade de transformar a realidade em que vive, sem apoio da sociedade e do Estado, e passa a criar iniciativas para a redução das desigualdades que vivencia.

As periferias são espaços de criação, experimentação e validação de ações para reduzir as desigualdades presentes no dia a dia. São os cidadãos periféricos que, na ausência planejada do Estado, operam a gestão das urgências e lutam para garantir a Constituição Federal. São eles e elas que transformam os territórios periféricos em laboratórios de soluções para os problemas sócio-econômicos do país. Os laboratórios de direitos atuam desde de o 'estancar a violação de direitos até formular a agenda nacional'.

A pesquisa identificou 5 principais laboratórios que garantem:

Direito à Existência:

defender os direitos humanos básicos para garantir a vida.

Direito à Memória, Educação e Cultura:

defender os direitos conquistados para garantir a dignidade e identidade.

Direito à Economia e ao Bem Viver:

defender o acesso ao capital e recursos naturais para garantir a qualidade de vida.

Direito à Participação Social:

defender e criar espaços para influenciar políticas públicas e garantir voz nos espaços de decisão e incidência.

Direito à Ocupação do Poder:

defender o direito a legislar, ocupar e pautar a política nacional para a garantir a democracia.

Os laboratórios são processos contínuos e simultâneos. **Quem ocupa espaços de poder passa a garantir o direito à existência para a coletividade.** Um

exemplo claro disso é Marielle Franco que ao se tornar vereadora atuava para que todos os outros direitos fossem garantidos pelo Estado.

Se a inovação política passa pela redução das desigualdades para o aprofundamento da democracia, o futuro já está sendo revelado nas periferias.

1. Legislativo é uma pauta urgente de ocupação pelos sujeitos periféricos. É nesse espaço de poder onde os direitos são e devem ser construídos e garantidos. A construção de leis e políticas feitas a partir das periferias é uma oportunidade de inovação política e incidência para a redução das desigualdades.

2. Inovação política é mulher, negra e periférica - porque é o grupo social predominante na sociedade e o que mais sofre com o racismo, sexismo e discriminação social. Ela é a gestora das urgências, quem legitimamente conhece as prioridades. Quando esse grupo estiver pautando a política institucional, a política estará sendo devidamente representativa e é por si só uma mudança de perspectiva para a construção de sociedade mais justa, igual e democrática.

3. Laboratórios de direitos são experimentos de políticas públicas - se o Estado tiver interesse em criar políticas públicas que funcionem deveriam entender e investir nas soluções que os fazedores estão encontrando e desenvolvendo. São verdadeiros laboratórios de validação da garantia dos direitos constitucionais. Política feita a partir do território e da identidade é inovação política - uma agenda construída a partir dos problemas reais e das vozes que foram silenciadas sistematicamente pelo Estado.

4. **As periferias são territórios da cidade:**

deslocar o olhar de uma sociedade sociocêntrica para a pluralidade e diversidade.

5. **Necessidade de ampliação de financiamento**

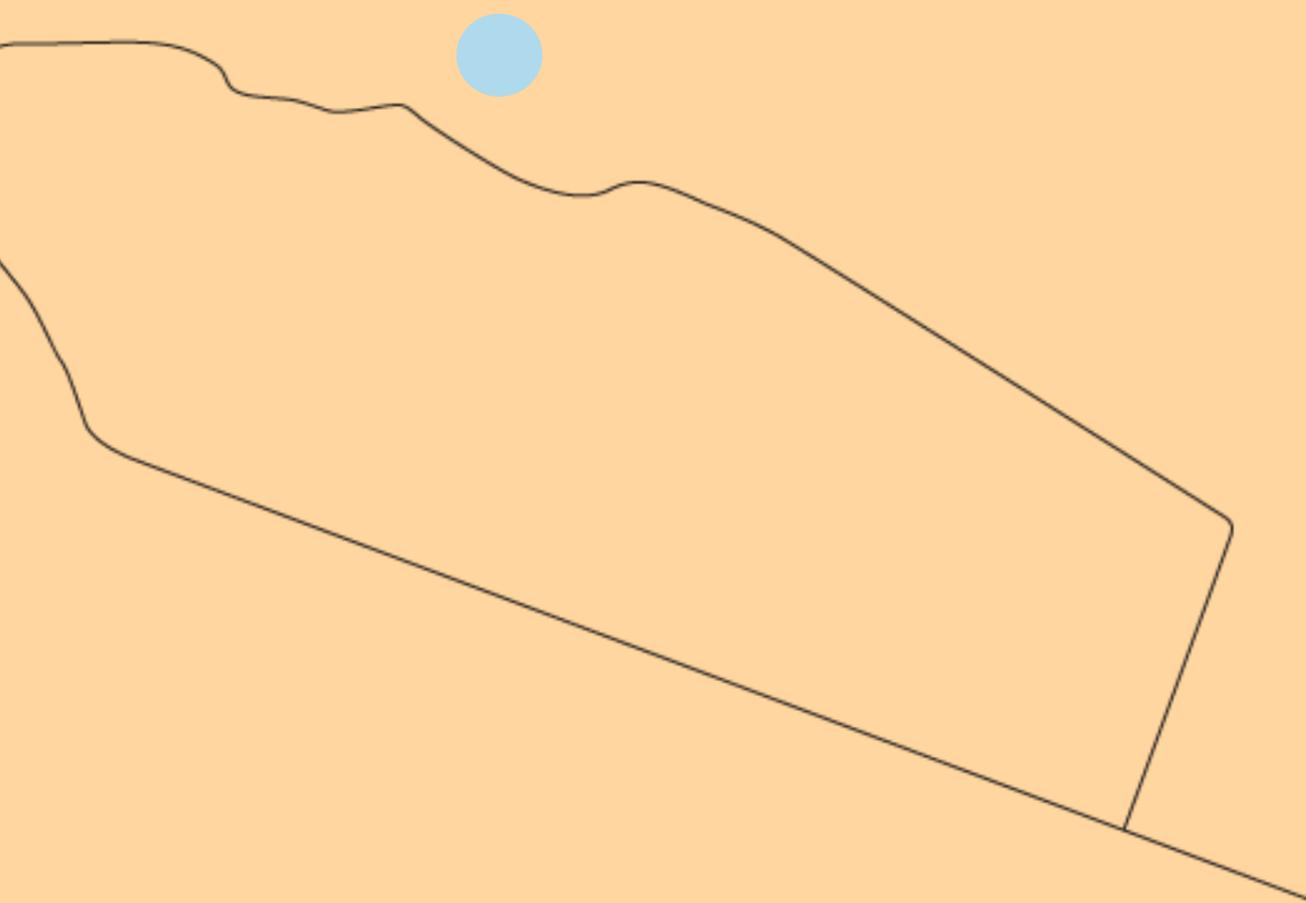
A falta de financiamento é um dos maiores desafios para o desenvolvimento contínuo e saudável desse ecossistema. Aumentar o acesso e a distribuição de recursos financeiros permite saúde, formação, tempo e continuidade para construir ações de médio a longo prazo. Seja por meio de editais públicos, privados ou ONGs, é preciso investir nessa agenda para que continue crescendo e incidindo de maneira sustentável.

6. **Visualização da rede/ecossistema** Embora as periferias estejam conectadas nas cidades, entre estados o contato é mais pontual. Essa pesquisa permite uma perspectiva mais ampla e de movimento - onde várias pessoas e iniciativas se movem organicamente usando estratégias e ferramentas parecidas para garantir seus direitos. Visualizar uma rede nacional de inovação política nas periferias, é fundamental para se reconhecer, pertencer e ganhar potência.

7. Valorização das políticas públicas e sua continuidade - os fazedores se desenvolveram em parte (ou grande parte) por acessarem políticas públicas. Essa pesquisa mostra o potencial de impacto que tais medidas têm para emancipar cidadãos para lutarem por seus direitos e ocuparem seu papel político. Reconhecer e dar continuidade às políticas públicas reduz as desigualdades e aprofunda a democracia.

8. Estratégias de incidência - a pesquisa serve de apoio para instrumentalizar o ecossistema de inovação política através de ferramentas de incidência e advocacy. O exercício de aproximação dos objetivos organizados pela sociedade civil aos objetivos dos governantes visa gerar um ambiente favorável para uma gestão pública sustentável e socialmente responsável.

9. Circulação da pesquisa aberta
(presencial, pdf e online) nas 5 cidades, como devolução do conteúdo e da inteligência para os territórios.



Iniciativas Entrevistadas

Rede Umunna

Banobando

Coletivo Papo Reto

Casa Brota

Agência de Redes
para Juventude

Fala Roça

Nós, cursinho
pré-vestibular

Museu da Maré

EDUCAP

Brasilidade

RIO DE JANEIRO

Favela

Reciclação

data_labe

Movimentos

Instituto Black Bom

Observatório
das Favelas

Banobando

Instituto Raízes
em Movimento

ANF

Favela Orgânica

CDDv na Web

Iniciativas Entrevistadas



Iniciativas Entrevistadas

Tranvest

Casa Tina Martins

Cenarab - Centro Nacional
de Africanidade e
Resistência Afro-Brasileira

Fa.Vela

Coletivo Habitantes

Associação Arebelia Cultural

Bloco Arrasta-Bloco de Favela

Assessoria Popular Maria Felipa

Roots Ativa

BELO HORIZONTE

Frente LGBTQ

Movimento Parque América

REDE de Intercâmbio
de Tecnologias Alternativas

Observatorio da Juventude da UFMG

Coletivo Terra Firme

Movimento de Luta nos
Bairros, Vilas e Favelas

Coletivo Pretas
em Movimento

Centro Cultural
Lá da favelinha

Quilombo Manzo

Família de RuA

Oficina de Imagens

Iniciativas Entrevistadas

Favela News

Rádio Caranguejo Uçá

Coletivo Força Tururu

CCJ REC

Grupo Espaço Mulher

Recital Boco
do Trombone

Saladorama

Ponto de Cultura
Coco de Umbigada

Ocupe Passarinho

RENFA

Movimento
Negro Evangélico

Cores do Amanhã

RECIFE

Coletivo Afronte

Maracatu Encanto
Pina - Baque Mulher

Sindicato das
Domésticas

Redes das Mulheres
Negras de PE

ICASS - Instituto Casa
Amarela Sustentável

Biblioteca Multicultural de
Peixinhos - Boca do Lixo

Horta Comunitária
Casa Amarela

Mães da
Saúde

Grupo Comunidade
Assumindo Suas Crianças

Slam das Minas

Centro Artístico, Popular
e Social - Palaffit

Iniciativas Entrevistadas

Casa do Meio do Mundo

Instituto Cultural
Samba Autêntico

Imargem

Periferia em Movimento

Empreende Aí

Cursinho Popular
Transformação

Preta Vem de Bike

Ocupações
Secundaristas

Movimento NÓS

Composição
Urbana

SÃO PAULO

Liga do Funk

Quebrada Sustentável

Iniciativa Negra
por uma Nova
Política de Drogas

Aceleradora de
Negocios da Periferia

Nós Mulheres
da Periferia

Desenrola e
não me enrola

LabExperimental

Comunidade Cultural
Quilombaque

8.

INTRODUÇÃO:

SOBRE O

INSTITUTO

UPDATE



INSTITUTO UPDATE

O Instituto Update é uma associação civil sem fins lucrativos que fomenta a inovação política na América Latina. Parte-se do princípio de que a região, pelas suas semelhanças culturais e políticas, pode compartilhar práticas e experimentos políticos inovadores que são mais aplicáveis à realidade e contexto desses países.

Com o objetivo de fortalecer a democracia na América Latina, desenvolvemos projetos capazes de resgatar a confiança na política e de atualizar as práticas democráticas a partir da visão de renovação política calcada na diversidade e inovação e que contribuam para o resgate da confiança do cidadão na política.

Atuamos por meio de dois eixos:

PESQUISA E DIFUSÃO -

Núcleo dedicado à realização de pesquisas de comportamento, mapeamentos e análises que sirvam como insumo para a criação de novas narrativas de comunicação e difusão.

INOVAÇÃO E INCIDÊNCIA -

Núcleo dedicado ao desenvolvimento de tecnologias e metodologias que democratizem os processos políticos.

Núcleo de Inteligência Update

**“Sem uma nova história
positiva e propositiva, ao
invés de reativa e oposta,
nada muda. Com essa outra
história, tudo muda.”**

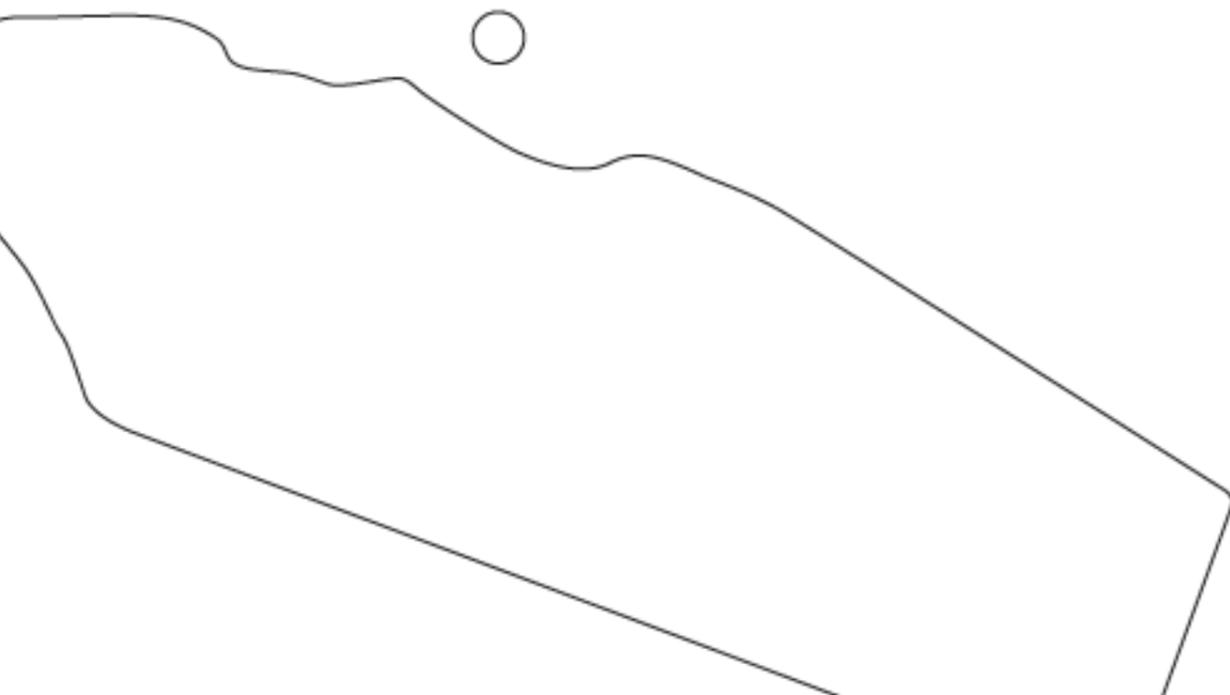
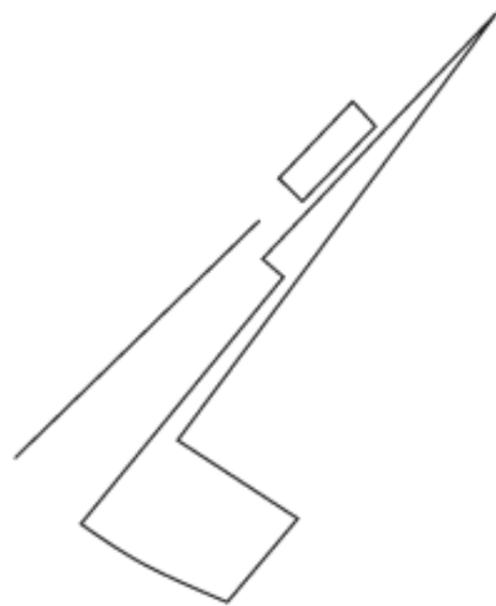
**George Monbiot
- CALI**

O núcleo de inteligência do Update acredita no poder das histórias. E histórias sobre uma nova política são cruciais para superar a crise que estamos vivenciando em toda a região e mundo democrático.

Nossa abordagem consiste em entender e analisar comportamentos políticos emergentes na América Latina a partir de diferentes perspectivas. O objetivo é produzir novos conhecimentos, linguagens, formatos e narrativas acessíveis que contem histórias sobre uma nova política possível e que está acontecendo agora.

Utilizamos uma combinação de metodologias que exploram o comportamento humano com olhar positivo e propositivo sobre as novas maneiras de estar em sociedade no século 21.

A equipe é composta por jovens cientistas políticos, jornalistas, economistas e produtores culturais engajados na inovação política.



--	--	--	--	--	--

Metodologia



Pesquisa Orgânica

Uma abordagem que incorpora e se vale das descobertas ao longo do percurso, afetando objetivos, roteiros e a própria segmentação.

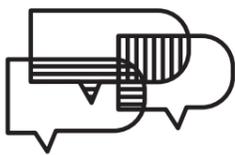
Esta é uma abordagem que contempla elementos verbais e não verbais, e que entende a pluralidade e as contradições como fundamentos do indivíduo e da sociedade.



Cadeia de Envolvimento e Influência

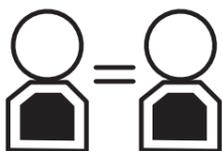
Pessoas têm níveis distintos de envolvimento e influência em um universo social.

Desta forma, é necessário reconhecer estes níveis individuais e calibrar o valor daquela informação e pontos de vista individual dentro do contexto do estudo.



Transparência e Informalidade

A profundidade e o engajamento do entrevistado depende de sua percepção sobre o entrevistador, que precisa conhecer e utilizar os códigos e referências do outro para conseguir atingir lugares mais profundos e delicados na conversa.



Entrevistador = Entrevistado

Nossas pesquisas sempre são realizadas por pessoas que estão sintonizadas nas pautas investigadas, possibilitando um entendimento baseado numa conexão de pares.

Política: Modo de Fazer

Com objetivo de difundir os achados dessa investigação, **Política: Modo de Fazer** é o nome da série de 4 episódios que vai ao ar no horário nobre da GloboNews em setembro de 2018 e conta histórias encontradas durante o processo de campo do Emergência Política.

Esse programa foi uma parceria entre Maria Farinha Filmes, Instituto Update e GloboNews. Com apoio da Fundação Tide e Fundação Ford.

No ano passado, a mesma série foi exibida no canal, revelando o ecossistema de inovação política na América Latina, com o nome “Política: modo de usar”.

É possível assistir na íntegra através da plataforma VideoCamp.



INSTITUTO
UPDATE

GLOBO
NEWS



Pesquisadores Update



Hércules Laino

É músico e cientista social. Natural do Morro do Querosene, ZO, SP. Pesquisador dos ritmos e manifestações da cultura popular brasileira. Interessado na questão da identidade nacional e no tema da segurança pública. Membro fundador da Cia. Cambona e do Samba do Querosene. Faz parte do labExperimental onde foi co-idealizador do projeto CyberQuilombo.



Jéssica Cerqueira

Produtora cultural, gestora de projetos, pesquisadora, turismóloga, educadora popular e fazedora nos processos que atua, juntando ideias e tecnologias para atuar com cultura negra e periférica. Cria do Rio Pequeno, atua a partir dos territórios que vive e desenvolveu o workshop #Ondeéorole que discute a partir destes locais o direito à cidade e acesso livre as informações. Compõe as Adelinas - Coletiva autônoma de mulheres pretas



Monique Evelle

Baiana, tem 23 anos e já é reconhecida pela Forbes como uma das 30 jovens abaixo de 30 anos mais promissoras do país. Formada em Gestão Cultural pela UFBA, é fundadora do Desabafo Social, uma organização sem fins lucrativos sobre Direitos Humanos com recorte racial e de gênero. Atualmente, colabora como jornalista no Profissão Repórter, na TV Globo.



Tony Marlon

Formado em Jornalismo pela UNISA. Morador do Campo Limpo, em São Paulo, é co-fundador da Escola de Notícias, iniciativa liderada por jovens do mesmo bairro com o propósito de impulsionar transformações em diferentes tipos de Comunidades usando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) a partir de oficinas e escola comunitária.



Well Amorim

Morador da zona sul, jornalista, cineasta independente, fotógrafo, produtor cultural e “sevirologista”. Seu propósito hoje é promover uma transformação social através do audiovisual, construindo o que é a ideia de política para as pessoas. Está finalizando seu primeiro longa metragem, o documentário Raízes, que traz uma denúncia do apagamento da história do negro no Brasil.

Equipe Update

coordenação da pesquisa



Beatriz Pedreira

Cientista social e tradutora do subjetivo. Tem 12 anos de experiência em inovação pública e política. É diretora do Núcleo de Inteligência Update, onde conduz a série de pesquisas Emergência Política, Mapeamento e Tendências sobre novos comportamentos e práticas políticas na América Latina. Apresentou a 1ª temporada da série ‘Política: Modo de Usar’, na GloboNews e possui um canal no Quebrando Tabu sobre política.



Jonaya Castro

É jornalista e gestora cultural, organiza laboratórios experimentais, vê de perto a violência do estado contra as pessoas e remixa conteúdo para a construção de timeline. Faz parte do Núcleo de Inteligência do Update.



Larissa Dionísio

Relações Públicas formada pela Unesp. Acredita que a realidade é o melhor para sonhar e por isso mergulhou no mundo da produção executiva de projetos e gestão de comunidades, com atuação em festivais, coletivos e organizações do terceiro setor. Faz parte do Núcleo de Inteligência do Update.



Luciana Minami

Formada em comunicação e inovação social, é pesquisadora de comportamentos e cultura, estrategista em inovação e metodologias de criatividade. Acredita que o entendimento dos comportamentos é o que aponta a mudança no futuro e nos ajuda a entender onde podemos criar impacto e mudança de cultura para algo maior e melhor. Trabalha entre Brasil, Estados Unidos e Portugal. Faz parte do Núcleo de Inteligência do Update.



Produtores Locais



Belo Horizonte - Vanessa Beco

Educadora social, articuladora social e especializada em Moderação de Processos Grupais e temáticas sociais, com experiência ampla em mobilização e articulação. Ativista social com atuação na garantia de direitos das Juventudes, combate ao racismo, Cultura Hip Hop e Feminismos. Integra coletivos e redes de garantias de direitos de inserções locais, nacionais e internacionais.



Brasília - Lucas Pinheiro

Produtor cultural com atuação no DF e fundador do MUB (Movimento Underground Brasília). Grande atuação em festivais e empreendimentos criativos em Brasília e Ceilândia. Tem certificado em empreendedorismo, política, produção e organização de eventos pelo SENAC e integra diversos coletivos de economia criativa.



Recife: Rebecca França

Historiadora com especialização em Direitos Humanos, integra o movimento feminista do Recife há 10 anos. Atua como educadora, produtora cultural e em pesquisas sociais, além disso é uma das gestoras da loja colaborativa de arte urbana Cordalama.



Rio de Janeiro: Marcelo Magano

Cria da Cidade de Deus Marcelo Magano é ator, comediante e gestor da Casa Brota, espaço de tecnologia e entretenimento no Complexo do Alemão. Seu foco é o riso e a arte periférica em todas as plataformas.

Apoio:



FORD
FOUNDATION



Parceria:



Agradecimentos:

Agência de comunicação:



Projeto gráfico:

Trovoa

Agradecimentos especiais:

Equipe Instituto UPDATE: Tulio Malaspina, Caio Tendolini, Luisa Oliveira, Mariana Belmont, Miguel Peixe, Marcelo Bolzan.

Equipe Tide: Maria Alice Setubal, Paula Galeano, Fernanda Nobre, Margarida Gorecki, Viviane Soranso, Handemba Mutana e Mirene Rodrigues

Equipe Maria Farinha: Marcos Nisti, Luciana Bobadilha, Viviane Zangrossi

Michel Brum de Almeida

Thiago Borges

Simone Lira Lopes

Yasmin Thainá

E
+ P
**BR
FFRIAS**

INSTITUTO
UPDATE

